



**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO**

**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO EM LETRAS  
Campus I – Prédio B4, sala 106 – Bairro São José – Cep. 99001-970 - Passo Fundo/RS  
Fone (54) 3316-8341 – Fax (54) 3316-8330 – E-mail: mestradoletras@upf.br

---

LISIANE DE CESARO

**JOSUÉ EM CENA: PROCESSOS DISCURSIVOS E ASSUNÇÃO  
DA AUTORIA NA OBRA DONA ANJA**

Passo Fundo, Março de 2013

Lisiane De Cesaro

JOSUÉ EM CENA: PROCESSOS DISCURSIVOS E ASSUNÇÃO  
DA AUTORIA NA OBRA DONA ANJA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras, sob a orientação da Professora Dra. Carme Regina Schons.

Passo Fundo

2013

Dedico este trabalho à Deus e  
àqueles que deixaram saudades e marcas  
eternas das suas participações em minha vida.

## AGRADECIMENTOS

*Neste momento, necessito expressar a minha gratidão àqueles que trilharam ao meu lado esta caminhada que, a cada dia, aproxima-se mais e mais da conclusão da jornada. Esses dois últimos anos foram marcados por muitas lutas, muitas angústias, tristezas, despedidas prematuras e inesperadas de familiares e amigos, que deixam saudades que só podem ser – parcialmente – saciadas por intermédio das lembranças dos bons momentos em que juntos convivemos. Assim, lembrar as coisas boas e tudo que compartilhei com essas pessoas queridas, me faz crer, de uma forma diferente, que elas permanecem vivas na minha memória. Confesso que superar essas despedidas não foi nada fácil. Mas ao chegar nesta fase, que embora próxima da conclusão ainda não representa o fim do percurso, o sentimento é de vitória. Superação por ter enfrentado todas essas adversidades vencendo o desejo de abandonar tudo, o que seria mais fácil, confortável e compreensível. Por isso é que necessito agradecer. Em primeiro lugar agradeço à Deus pela vida, pela oportunidade de acesso ao conhecimento e pela ajuda espiritual, indispensável para que eu pudesse seguir em frente.*

*Em segundo, agradeço à minha família pela ajuda, pelo apoio e pela compreensão, especialmente à minha mãe. Também, necessito retribuir o apoio que recebi dos meus colegas e amigos que me ajudaram a superar os momentos difíceis que enfrentei durante esses dois anos. Felizmente, foram muitos os que me ajudaram, mas, infelizmente, isso impossibilita que eu cite o nome de todos os que contribuíram para a realização, não só deste trabalho, mas de toda a trajetória nesta importante conquista. Dessa forma, se faz necessário eleger alguns para aqui citar, não necessariamente os mais importantes, mas aqueles que estiveram mais presentes durante a realização deste trabalho.*

*Aqui registro minha gratidão, então:*

*À Deus, pois sem Ele nada sou.*

*À minha família, pai, mãe, filhas Lois e Lauren, pela compreensão das minhas ausências e falta de tempo.*

*Ao meu esposo, Leandro Francisco Viapiana, por fazer parte da minha vida, compreendendo meus momentos de angústia e tristeza e por ter possibilitado momentos de descontração em que pude me desligar da tensão deste trabalho e de outras.*

*Aos colegas de mestrado Keli Almeida Bortoli Paz, Patrícia Gomes de Oliveira, Jaqueline Pieri, Josué Frizon e Viviane Demetrio, que se tornaram meus amigos e compartilharam das mesmas angústias. Vocês tornaram esses dois anos de convivência prazerosos!*

*Em especial, também quero agradecer à CAPES pela bolsa de estudos, pois sem esse auxílio o mestrado seria apenas um sonho, um desejo que meus recursos não me permitiriam realizar. Também agradeço aos herdeiros do Josué Guimarães, que confiaram à*

*Universidade de Passo Fundo a guarda dos materiais que compõem o Acervo Literário Josué Guimarães- ALJOG/UPF, em especial à filha de Josué, Adriana Guimarães. Agradeço ainda ao professor Miguel Rettenmaier pela acolhida no ALJOG/UPF permitindo a minha pesquisa e me fornecendo ajuda constante com materiais, orientações e livros para que a minha pesquisa acontecesse. Agradeço à minha orientadora, professora Dra. Carme Regina Schons, que me acompanha desde o meu ingresso nesta instituição, me aceitando inicialmente como bolsista de Iniciação Científica durante a graduação de Letras, pelas horas dedicadas à orientação deste trabalho, e acima de tudo, pelo seu exemplo de perseverança diante dos obstáculos da vida. Sem sua valiosa dedicação e compreensão este trabalho, sem dúvida, não seria possível. Obrigada a todos vocês! Por fim, reforço meu*

*agradecimento à Deus, mas desta vez pela benção que me deu ao me agraciar com a geração de uma nova vida que se desenvolve a cada dia em meu ventre: meu filho Lui Francesco De Cesaro Tocolini Viapiana, que irá nascer no mês de abril de 2013 e que é perfeito e saudável.*

*Somente quem tem a vocação da política terá certeza de não desmoronar quando o mundo, do seu ponto de vista, for demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para o que ele deseja oferecer. Somente quem, frente a todas as dificuldades, pode dizer "Apesar de tudo!" tem a vocação para a política.*

Max Weber

## RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em investigar os processos discursivos referentes ao processo de constituição do sujeito em um “eu” constitutivo da autoria, ou seja, a constituição do sujeito em autor presente na obra *Dona Anja de Josué Guimarães*. Busca-se, com esta pesquisa, analisar as marcas do autor presentes na versão do texto datiloscrito e as alterações realizadas na primeira edição da obra editada. A investigação do tema proposto ocorre com base nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa. Para a viabilidade deste estudo mobilizamos alguns conceitos formulados pela AD com a finalidade de realizar o nosso percurso investigativo proposto no tema. São conceitos fundamentais para a nossa investigação os conceitos de sujeito, autoria, função-autor, ideologia, formação ideológica e formação discursiva. Considerando o fato de que a materialidade linguística é reveladora da posição-sujeito assumida pelo autor, pretendemos verificar como o autor se subjetiva no texto e de que maneira as formações ideológicas atuam na construção deste e de seu sentido. É nessa perspectiva de observação e comparação da materialidade linguística presente na versão datiloescrita da obra que contém as alterações manuais do autor e do texto final (editado) da narrativa *Dona Anja* que realizamos a nossa análise dos processos discursivos, bem como as escolhas/substituições realizadas pelo autor da narrativa. Buscamos o que está “por detrás” das palavras, nos não-ditos, nos deslocamentos de sentidos, nas marcas do sujeito assujeitado pela ideologia e afetado pelo inconsciente, presente no texto literário que compõe a obra de Josué Guimarães e, assim, procuramos examinar em nossos cotejos evidências materiais dos apontamentos teóricos. Almejamos também, com a realização do trabalho, evidenciar que a relação existente entre o literário, o linguístico e o ideológico realiza no discurso um local de análise, pois é através da língua que temos acesso ao discurso e, que é através da análise das marcas linguísticas presentes no texto datiloescrito que fornecem ao analista de discurso “pistas” para observar o funcionamento da linguagem. Com relação ao *corpus*, buscamos compreender em que medida, no processo de autoria, a ideologia interpela o sujeito e o constitui em sujeito autor e de que forma esse autor se subjetiva no texto. Volta-se, ainda, especial olhar para a indagação acerca de quais são as marcas deixadas por ele que revelam a sua inscrição em uma determinada formação discursiva.

*Palavras-chave:* Análise do discurso. Formação discursiva. Formação ideológica. Ideologia. Sujeito. Sujeito-autor. Josué Guimarães

## ABSTRACT

The aim of this study is to investigate the discursive process concerning to the process of subject creation in an “I” elemental to authorship, i.e the subject formation in author present in *Dona Anja* by Josué Guimarães. This research intents analyzing the author marks present in handwritten version text to the first book’s edition. The topic investigation occur based in French Discourse Analyses to make this study possible we put in circulation some notions formulated by AD with the purpose to carry out our investigative trajectory proposed in the topic. These are fundamental notions to our investigation: subject, authorship, author-function, ideology, ideological formation and discursive formation. Considering that the linguistic materiality reveals the subject-position assumed by the author we intend to verify how the author makes subjective in the narrative and in what degree the ideological formations operate composing the text and the signification. It is in the perspective of observation and confrontation in the two versions of the narrative *Dona Anja* that we make our discursive process analysis, as well as the choices/ changes made by the author. We look for what is “behind” the words, what is not said, in the dislocation of sense, in the subject evidences submitted by the ideology and affected by unconscious, present in literary text that integrate Josué Guimarães’work and, in this way we seek verifying in our comparisons evidences to confirm the theory indications. We also desire, in this work, demonstrate the existent relation among literature, linguistic and ideology put into practice discourse a place of analysis because is by the language that the authorship, the ideology interpellates the subject making him in a author-subject. By analyzing the linguistic marks present in the handwritten text version we obtain “clues” to observe language operating. Considering the *corpus*, we try to comprehend in what proportion to ideology interpellates the subject and makes him a an author-subject an how he makes subjective in the text. It turns, special look for the question about what are the marks let by the author the shows his legend in an specific discursive formation.

*Key- words:* Discourse Analysis. Discursive formation. Ideological formation. Ideology. Subject. Author-subject. Josué Guimarães

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AAD</b>	Análise Automática do Discurso
<b>AD</b>	Análise de Discurso de linha francesa
<b>AIE</b>	Aparelhos Ideológicos de Estado
<b>CP</b>	Condições de Produção
<b>DE</b>	Discurso escrito
<b>DO</b>	Discurso oral
<b>FD</b>	Formação discursiva
<b>FI</b>	Formação ideológica
<b>FS</b>	Forma sujeito
<b>MD</b>	Memória discursiva
<b>OS</b>	Posição-sujeito
<b>UPF</b>	Universidade de Passo Fundo
<b>ALJOG/UPF</b>	Acervo Literário Josué Guimarães/ Universidade de Passo Fundo
<b>SD</b>	Sequência Discursiva
<b>FDRM</b>	Formação Discursiva do Regime Militar (é a posição-sujeito militar)
<b>FDG</b>	Formação Discursiva Governamental
<b>FDO</b>	Formação Discursiva de Oposição
<b>ARENA</b>	Aliança Renovadora Nacional
<b>MDB</b>	Movimento Democrático Brasileiro
<b>PTB</b>	Partido Trabalhista Brasileiro



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Recorte 1 Descrição das personagens que representam os partidos políticos do Brasil .....	63
Quadro 2 - Legenda do estudo das alterações no texto da narrativa .....	63
Quadro 3 - Legenda do estudo das alterações no texto da narrativa .....	73
Quadro 4 - Alterações nas falas do vereador Pedrinho Macedo.....	84
Quadro 5 - Alterações nas falas do prefeito Francisco Salena .....	86
Quadro 6 - Representação da imagem que os adversários tem um do outro.....	90
Quadro 7 – Sistematização das SDs do recorte 3 .....	96
Quadro 8 – Sistematização das Sds do recorte 4.....	102

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 POR QUE A LITERATURA DE JOSUÉ GUIMARÃES? .....	15
1.1 Pontuando o ideológico na produção de Josué Guimarães.....	19
1.2 Condições de produção.....	25
1.3 A lei que mudou a sociedade e abalou a Igreja.....	30
1.3.1 O divórcio de Moisés a Nelson Carneiro no Brasil .....	31
1.4 Enfim, Josué Guimarães e a pa_lavra, .....	36
2 O ENCONTRO DOS “EUS” NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO DISCURSO .....	39
2.1 Sujeito, forma-sujeito e posição-sujeito .....	40
2.2 Formação imaginária, formação ideológica e formação discursiva.....	44
2.2.1 Formação imaginária .....	44
2.2.2 Formação ideológica e formação discursiva.....	46
2.3 A heterogeneidade da posição-sujeito e da formação discursiva .....	49
2.4 Autor, função-autor e autoria.....	50
2.4.1 O Desenvolvimento dos conceitos de autor e autoria.....	51
3 CONFRONTO DISCURSIVO E AUTORIA NA PRODUÇÃO DE DONA ANJA .....	56
3.1 <i>Corpus</i> e categorias de análise .....	59
3.2 Análise.....	65
3.2.1 Dona Anja: lugar de embates políticos, ideológicos e amorosos .....	65
3.2.1.1 Os elementos pré-textuais da capa e suas transformações .....	73
3.2.1.2 Os efeitos de paráfrase e a imagem dos adversários políticos.....	81
3.2.1.3 A polícia e a política contra os subversivos .....	92
3.2.1.4 Divórcio uma questão de bem-estar social .....	99
3.3 Considerações gerais sobre os recortes.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS .....	109
ANEXOS .....	113

## INTRODUÇÃO

Este texto é fruto das inquietações e das curiosidades em mim despertadas enquanto bolsista de Iniciação Científica na área da Análise do Discurso. É uma tentativa de elaborar uma reflexão, de encontro de um caminho que possibilite a compreensão e permita um entendimento de como se realizam os processos de autoria e de constituição do sujeito em sujeito-autor. Dessa forma, voltamos, neste estudo, especial atenção à análise de como o sujeito se constitui e se configura em sujeito-autor na narrativa *Dona Anja* do escritor gaúcho Josué Guimarães.

Para realizar essa trajetória teórica, buscamos compreender de que forma o sujeito-autor revela a sua subjetividade deixando as marcas de sua presença no literário. Com a finalidade de tornar viável esse nosso percurso, escolhemos a Análise do Discurso de linha francesa como aporte teórico e metodológico para tratar do nosso objeto de investigação – o sujeito-autor – e autoria incluindo as categorias do sujeito, da ideologia, das formações discursivas. A escolha pela AD se justifica na medida em que essa teoria se articula com outras áreas do conhecimento, especificamente das ciências humanas, atravessamento que ocorre entre a linguística, o marxismo e a psicanálise. O imbricamento entre essas áreas permite evidenciar o nosso objeto de estudo, o sujeito-autor, que se constitui em sujeito ao ser interpelado pela ideologia. Nesse sentido, importante destacar que as disciplinas que interagem com o campo teórico da AD não participam apenas como meras fornecedoras de dispositivos de análise ou de problematização, por meio delas é possível detectar o lugar daquele que escreve a partir das condições de produção, da posição–sujeito e do atravessamento da ideologia e do inconsciente nesse sujeito-autor.

O estudo deste “assujeitamento” é realizado com base na Análise de Discurso de linha francesa, vertente teórica tem sua origem nos anos 60 do século XX, com o filósofo Michel Pêcheux, num contexto onde alguns autores e pensadores, como Althusser, Foucault, Lacan e Barthes, buscavam uma nova interpretação para a leitura, cuja preocupação era o reconhecimento de que a mesma necessitava de um dispositivo teórico que a sustentasse.

Pêcheux e Fuchs (1975) propõem a constituição da AD a partir da articulação de três campos do saber científico: o materialismo histórico, devido à formulação da teoria das formações sociais e da teoria da ideologia; a linguística, em função de sua abordagem dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e a teoria do discurso, uma vez que trabalha a determinação histórica em relação aos processos semânticos. Essas três instâncias

do saber científico são perpassadas por uma teoria psicanalítica da subjetividade e visam à compreensão dos processos de produção de sentidos em sua determinação histórica.

Segundo Orlandi (2001, p. 20), “a análise de discurso, trabalhando na confluência desses campos de conhecimento, irrompe em suas fronteiras e produz um novo recorte de disciplinas, constituindo um novo objeto que vai afetar essas formas de conhecimento em seu conjunto: esse novo objeto é o discurso”. Para a AD, o discurso é efeito de sentido entre locutores (Pêcheux, 1969). Ao propor o discurso como objeto, propõe também uma noção de língua que rompe com a ideia de língua funcionando como um código de comunicação, que transmite informações e é manipulada conscientemente pelos falantes. A língua é colocada em relação com a sua exterioridade e em correlação com os sujeitos que a utilizam. Logo, a história é constitutiva da língua.

Alicerçados aos pressupostos teóricos da AD desejamos averiguar uma solução para o nosso problema de pesquisa: Como poderemos identificar as marcas de subjetividade deixadas pelo autor ao longo da construção da narrativa? O quê as substituições/alterações/trocas de palavras realizadas pelo autor acarretam na produção dos sentidos? Por que o autor decidiu pelas substituições dos vocábulos?

Com base nisso, buscamos o alcance aos objetivos propostos, que são:

- ❖ analisar o processo de autoria e da função- autor, com base nos pressupostos teóricos da AD de linha francesa, comparando os manuscritos do texto com a obra editada.
- ❖ comparar a primeira versão da obra literária com a versão da primeira edição da obra para comercialização.
- ❖ avaliar as trocas e/ou substituições realizadas pelo autor da narrativa literária com base nos pressupostos teóricos da AD.
- ❖ diagnosticar os efeitos que as trocas e/ou substituições acarretam na produção e construção dos sentidos no texto.
- ❖ descrever de que maneira essas alterações revelam o assujeitamento do autor à ideologia dominante e como esse assujeitamento interfere no processo de autoria e na função-autor.

O presente trabalho pretende contribuir no sentido de mostrar que a integração entre a linguística e a literatura é mais que possível, é necessária. É nesse sentido, que a presente

pesquisa contribui para a nova proposta do mestrado de nossa instituição<sup>1</sup> uma vez que integra o campo teórico da linguística e a obra literária. Ou seja, os estudos linguísticos contribuem para os trabalhos de interpretação, ainda, valoriza o acervo Josué Guimarães/UPF que nossa universidade abriga.

Uma vez que a materialidade linguística é reveladora da posição-sujeito assumida pelo autor, nossa pesquisa desenvolver-se-á numa perspectiva de observação e comparação da materialidade linguística presente na versão datiloescrita da obra e no texto final (primeira edição) da narrativa *Dona Anja* que realizaremos a nossa análise dos processos discursivos, bem como as escolhas/substituições realizadas pelo autor da narrativa. Como a AD é uma teoria que, além de comportar a multiplicidade, permite ao sujeito analista perceber as marcas do sujeito no processo discursivo, esse será o suporte teórico desse trabalho.

Almejamos também, com a realização do trabalho de pesquisa, demonstrar que a relação existente entre o literário, o linguístico e o ideológico realiza no discurso um local de análise, pois é por intermédio da língua que temos acesso ao discurso e, que é através da análise das marcas linguísticas presentes na versão do texto datiloescrito que contém as alterações manuais do autor as quais fornecerão ao analista de discurso “pistas” para observar o funcionamento da linguagem. Ainda, julgamos importante apresentar a pesquisa biográfica que realizamos no acervo literário Josué Guimarães/UPF para compor o perfil do autor com a finalidade de que esses dados pessoais do autor contribuam para as análises e reflexões das marcas deixadas pelo autor no corpo da narrativa.

Nessa relação entre língua e discurso, consideraremos a não transparência da linguagem, sua heterogeneidade, suas falhas e equívocos que lhes são constitutivos. Por meio da opacidade da língua e dessas falhas que também a constituem, poderemos ler os não-ditos – os quais não se apresentam nem prontos nem acabados na materialidade linguística – e que, na construção dos sentidos, fazem entender o real da língua<sup>2</sup>.

Com o intuito de cumprir com os objetivos propostos, nosso estudo encontra-se dividido em três etapas; a primeira é intitulada “Por que a literatura de Josué Guimarães?”, na qual traçamos um percurso acerca de fatos pessoais do escritor Josué Guimarães que

---

<sup>1</sup> A Universidade de Passo Fundo, seguindo sugestão da CAPES, passou a promover a integração entre a Literatura e a Linguística. Os alunos do Programa de Pós Graduação em Letras cursam disciplinas no campo da Literatura e no campo da Linguística e recebem o título de Mestre em Letras e não de Mestre em Literatura ou em Linguística.

<sup>2</sup> Segundo Milner (1987), “a língua é, então, o que o inconsciente pratica, prestando-se a todos os jogos imagináveis para que a verdade, no domínio das palavras, fale” (p.15). Porém, segundo esse mesmo autor, a língua compreende também a alíngua, local onde todo o dizer verdadeiro passa, isto é, na alíngua está o possível e, ao mesmo tempo, é também o lugar do impossível de se dizer. Por isso, nas palavras do autor “**a língua suporta o real da alíngua**” (p. 19, grifo do autor).

produzem efeitos na obra elegida por nós para este estudo, ou seja, as condições de produção que fazem aflorar o político e o ideológico na obra. Nessa primeira seção do capítulo são apresentadas questões referentes a Josué Guimarães e à sua importância para a cidade de Passo Fundo como patrono das Jornadas de Literatura<sup>3</sup>, a sua escrita, ainda, as perseguições enfrentadas em sua vida. Trilhamos, também, um percurso histórico sobre o divórcio que elaboramos desde os primeiros textos bíblicos até a última versão da lei do divórcio no Brasil. Finalizamos esse capítulo apresentando a palavra (pa\_lavra, uma metáfora que compara a força da palavra escrita com a pá, ferramenta utilizada pelo homem para mover a terra, revolver o solo, trazer para a superfície o que antes estava por baixo, não visível aos olhos, pois era dessa forma que o escritor trabalhava com a palavra) como ferramenta de trabalho e recurso de denúncia utilizado pelo escritor para ganhar o seu sustento enquanto jornalista e descortinar a hipocrisia da sociedade atuando como escritor literário.

A segunda etapa, “O encontro dos *EUS* na perspectiva da Análise do Discurso”, é composta de quatro seções. Na primeira, elucidamos a importância dos trabalhos que influenciaram os postulados da AD; na segunda, abordamos conceitos essenciais da Análise do Discurso, os postulados acerca do sujeito, da forma-sujeito e da posição-sujeito; na sequência, na terceira e quarta seção, trabalhamos, respectivamente, os conceitos de formação imaginária, formação ideológica e formação discursiva para, então, abordarmos a heterogeneidade da posição-sujeito e da formação discursiva e, finalmente, mobilizamos os conceitos trabalhados pela AD acerca do autor, da função-autor e da autoria. Para isso, elaboramos um percurso que inicia em Foucault, o primeiro teórico a trabalhar a temática da autoria, e segue com Pêcheux, Orlandi e Gallo, por isso o encontro dos “EUS” o primeiro “EU” acerca do que é um autor proposto inicialmente por Foucault e os outros “eus” que a partir de Foucault e de Pêcheux que desenvolvem postulados acerca do autor, função-autor e autoria.

Na terceira etapa, “Confronto discursivo e autoria na produção de Dona Anja”, estabelecemos os procedimentos metodológicos, explicamos os critérios para a seleção e organização do *corpus* de nossa pesquisa, na sequência e antes de adentrarmos nas análises apresentamos uma breve sinopse da narrativa juntamente com a contextualização histórica do

---

<sup>3</sup> A Jornada Nacional de Literatura é um evento bienal, ápice da movimentação cultural permanente que há 32 anos é desenvolvida pela Universidade de Passo Fundo e Prefeitura Municipal. Promove ações culturais e educativas interativas entre escritores, artistas e público que resultam em transformações comprovadas no perfil leitor da população, além de assegurar a formação de novos leitores e entendedores das múltiplas linguagens que constituem o mundo da escrita. O evento acontece no Portal das Linguagens, Campus I da Universidade de Passo Fundo/RS - Brasil. Maiores informações podem ser obtidas acessando a página da Jornada: <http://jornadasliterarias.upf.br/>

período em que a obra foi produzida. Para as análises selecionamos sequências discursivas que foram organizadas em quatro recortes, no primeiro recorte trazemos os elementos pré-textuais da capa, no segundo os efeitos de paráfrase e a imagem dos adversários políticos, no terceiro abordamos questões políticas e policiais e no último abordamos a questão do divórcio como um fator de bem-estar social.

Após, são apresentadas as considerações finais, enfatizando-se as conclusões que corroboram na perspectiva da pesquisa realizada, uma vez que acreditamos que este estudo justifica e comprova os modos como a interpelação da ideologia constitui um indivíduo em sujeito e que esse sujeito, quando se assume enquanto produtor de linguagem, torna-se ilusoriamente a origem do seu dizer e se configura, dessa forma, em sujeito-autor. Esse envolvimento do sujeito-autor com a linguagem e com a ideologia é uma das questões que destacamos nesta dissertação.

## 1 POR QUE A LITERATURA DE JOSUÉ GUIMARÃES ?

*Escrever é um ato de amor, porque é algo para ser bom, tem que ter uma carga muito grande de afetividade, envolvimento. Embora sinta prazer em escrever, sofro muito também*

Josué Guimarães

Importante iniciar este capítulo destacando a razão pela qual se deu a escolha pela análise de uma obra do campo da literatura, um texto literário sob a ótica da Análise do Discurso. Entre várias razões, queremos elucidar o fato de Josué Guimarães se autodefinir como um autor de temas universais, marcando através das suas produções a sua importância ímpar para a literatura gaúcha, sem deixar de defender em suas obras a força do regionalismo, como ele mesmo afirmava: “nenhum livro é universal antes de ser regional” (GUIMARÃES, 2006, p13). Merece destaque, também, o cuidado do autor em empregar uma linguagem verdadeiramente nacional em seus livros, sobre o que o próprio Josué Guimarães pontua:

Minha temática é sul-americana: o subdesenvolvimento, a miséria, o caldeamento de raças, a insegurança política e social, o caudilhismo, a passividade diante do destino, a ignorância, a doença, a crença de que ninguém muda nada, “estava escrito”. O bugre, o português, o castelhano, o alemão, o italiano – enfim, o homem que saiu desse caminho (2006, p.15).

Diante dos temas explorados pelo autor em seus trabalhos, bem como considerando sua manifestação sobre isso, reiteramos que nossa escolha pelo presente tema se deu em razão de que a temática desenvolvida pelo escritor aborda o homem, seus conflitos e contradições, ou seja, a figura humana. Essa abordagem acerca da problemática condição humana é evidenciada na narrativa escolhida para nossa pesquisa, a novela *Dona Anja*, que aborda a questão do divórcio e todas as implicações políticas, morais, religiosas e sociais. Além disso, o Josué Guimarães jornalista advém de um jornalismo combativo. Da política viveu e experimentou a perseguição da ditadura, por isso recorreu a temas como o acaso, a dor, a destruição, a angústia, a resistência e os malogros para dar substância às suas obras. Como jornalista, utilizou-se do humor e da ironia como forma corrosiva a fim de criticar e abordar os problemas da sociedade. Através do humor, descortinava a hipocrisia que fazia e ainda faz parte da sociedade brasileira, para isso fez da palavra sua arma de denúncia e com maestria criticou as práticas de manutenção das aparências. Ainda, Josué Guimarães foi e sempre será uma pessoa de extrema importância para a cidade de Passo Fundo e região, pois



seu apoio à iniciativa da professora Tânia Maria K. Rösing permitiu que as jornadas literárias deixassem de ser apenas um sonho e se tornaram realidade, movimentando não só professores e alunos locais, mas leitores de todo o Brasil. Tudo isso resultaria, mais tarde, na concessão à cidade de Passo Fundo do título de “Capital Nacional da Literatura”, o que se deve ao apoio incansável de Josué Guimarães em realizar esse evento convidando seus amigos escritores para virem a Passo Fundo “conversar sobre literatura”.

É relevante destacar que este trabalho não tem o escopo de compor ou apresentar uma biografia do autor, pois tal narrativa já existe, e, inclusive, está à disposição para consulta no Acervo Literário Josué Guimarães/ UPF (ALJOG/UPF), espaço situado na Biblioteca Central da Universidade de Passo Fundo, contudo, considerando que não seja possível a visita ao acervo, apresentaremos uma breve biografia de Josué Guimarães com a finalidade de familiarizar nosso leitor acerca do autor em cena.

Josué Guimarães (RS, 1921-1986) é considerado um dos grandes escritores brasileiros do século XX, tendo deixado uma obra fundamental como romancista, jornalista e autor de histórias infantis e infanto-juvenis. Josué Marques Guimarães nasceu em São Jerônimo, no Rio Grande do Sul, em 7 de janeiro de 1921. No ano seguinte sua família mudou-se para a cidade de Rosário do Sul, na fronteira com o Uruguai, onde seu pai, um pastor da Igreja Episcopal Brasileira, exercia as funções de telegrafista. Após a Revolução de 30 sua família foi para Porto Alegre, onde Josué Guimarães prosseguiu os estudos primários, completando o curso secundário no Ginásio Cruzeiro do Sul, mesma escola onde estudou o escritor Érico Veríssimo. Ali fundou o Grêmio Literário Humberto de Campos, participando ativamente na redação de artigos para o jornal da escola e, igualmente, na produção de textos teatrais que, a cada final de ano, passam a ser encenados na escola. Formou-se em 1938, no curso secundário (hoje ensino médio), prestando em seguida exames para a Faculdade de Medicina. Contudo, após as primeiras aulas de anatomia, sentiu-se "desestimulado" para dar continuidade àquela vocação. Sempre irrequieto, Josué buscou outros ares. Em 1939 foi para o Rio de Janeiro onde, no *Correio da Manhã*, iniciou na profissão de jornalista, que exerceria até o final da sua vida. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra, voltou para o Rio Grande, onde concluiu o curso de oficial da reserva, sendo designado para servir como aspirante no 7º R.C.I. em Santana do Livramento. Em 1940, aos dezenove anos de idade, casou-se com Zilda Marques. Desse matrimônio, nasceram quatro filhos: Marília, Elaine, Jaime e Sônia. Por ser casado, foi recusado como voluntário na FEB (Força Expedicionária Brasileira). Em 1944, de volta à imprensa no *Diário de Notícias*, seguiu na carreira que o faria passar pelos principais jornais e revistas do país. É nesse jornal que o escritor manteve uma coluna assinada sob o pseudônimo

de D. Xicote, a qual tinha por característica principal dar um tratamento irônico aos acontecimentos políticos da época. O próprio Josué se encarregava da elaboração das ilustrações, dos desenhos e das caricaturas da coluna. Mais tarde, a coluna D. Xicote reapareceu no jornal *A Hora*, de Porto Alegre, explorando modernos recursos gráficos e montagens fotográficas. Trabalhou em inúmeras funções, de repórter a diretor de jornal, passando por secretário de redação, colunista, comentarista, cronista, editorialista, ilustrador, diagramador e repórter político. Em 1948, deixou o *Diário de Notícias* para exercer a função de repórter exclusivo e correspondente da revista *O Cruzeiro* no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina. Em 1949, colabora na revista *Quixote nº 4*, com a crônica "Sangue e Pó de Arroz". Essa publicação de Porto Alegre divulgou, por um longo período, nomes da literatura rio-grandense, renovando o cenário regional. Sempre atento aos fatos políticos, sociais e econômicos, nacionais ou internacionais, Josué criou um jornal, às próprias custas, cujo objetivo, segundo o escritor, não era ser um jornal de humor, mas igualmente não se tratava de um jornal sério, o periódico se chamava D. Xicote. Atuou como correspondente especial no Extremo Oriente em 1952 (União Soviética e China Continental) e de 1974 a 1976 como correspondente da empresa jornalística Caldas Júnior em Portugal e África. Foi o primeiro jornalista brasileiro a ingressar na China Continental e na URSS como correspondente especial da *Última Hora*, do Rio de Janeiro, dirigido por Samuel Weiner. Ainda nessa época, Josué Guimarães escreveu o livro de viagem *As muralhas de Jericó* que ficou guardado por um longo período e depois foi publicado pela L&PM. No jornal *Folha da Tarde*, em 1954, o escritor lançou uma coluna que assinava com o pseudônimo D.Camilo. Nesse mesmo ano, passou a exercer as funções de subsecretário do jornal *A Hora*. Ali revolucionou o jornalismo gaúcho ao lado do então diagramador Xico Stockinger. Em 1956, trabalhou como redator da agência de propaganda MPM. Em meio a essa atividade, continuou, em momentos de recolhimento, com a produção de contos e crônicas. Em 1957, foi chamado por Assis Chateaubriand ao Rio de Janeiro para reestruturar o vespertino carioca *Diário da Noite*, órgão dos Diários Associados. Como homem público foi chefe de gabinete de João Goulart na Secretaria de Justiça do Rio Grande, governo Ernesto Dornelles; foi vereador em Porto Alegre pela bancada do PTB, sendo eleito vice-presidente da Câmara. De 1961 até 1964 foi diretor da Agência Nacional, hoje Empresa Brasileira de Notícias, a convite do então presidente João Goulart. A partir de 1964, perseguido pelo regime militar, foi obrigado a escrever sob pseudônimo e a esconder-se dos militares que queriam prendê-lo. Josué Guimarães embora já operasse com a palavra, iniciou a sua carreira de escritor aos 49 anos, quando se inscreveu em um concurso de contos promovido pelo estado do Paraná,

ofício que o consagrou como um dos maiores escritores do país. Seu primeiro livro foi *Os Ladrões*, reunindo contos, entre os quais o conto que dá nome ao livro, premiado no então importante Concurso de Contos do Paraná (este concurso promovido pelo Governo do Paraná foi, nas décadas de 60 e 70, o mais importante concurso literário do país, consagrando e lançando autores como Rubem Fonseca, Dalton Trevisan, João Antônio, além de muitos outros). Em 1969, é descoberto pelos órgãos de segurança da ditadura militar e responde o inquérito em liberdade. Retorna à capital gaúcha. Nesse mesmo período foi premiado no II Concurso de Contos do Estado do Paraná pelo conjunto de três contos "João do Rosário", "Mãos sujas de terra" e "O princípio e o fim", que posteriormente integrariam o livro *Os ladrões*. A essa época sua mulher e companheira é Nydia Moojem, com quem viveu até sua morte. Com ela teve dois filhos, Rodrigo e Adriana. Sua obra – escrita em pouco menos de 20 anos – destaca-se como um acervo importante e fundamental. Democrata e humanista ferrenho, Josué Guimarães foi sistematicamente perseguido pela ditadura e os poderosos de plantão, mantendo uma admirável coerência que acabou por alijá-lo do meio cultural oficial. Depois de Erico Verissimo é, sem dúvida, o escritor mais importante da história recente do Rio Grande e um dos mais influentes e importantes do país. *A ferro e fogo I (Tempo de Solidão)* e *A ferro e fogo II (Tempo de Guerra)* – deixou o terceiro e último volume (*Tempo de Angústia*) inacabado – são romances clássicos da literatura brasileira e sua obra-prima, as únicas obras de ficção realmente importantes que abordam a saga da colonização alemã no Brasil. A tão sonhada trilogia, que Josué não conseguiu concluir, é um romance de enorme dimensão artística, pela construção de seus personagens, emoção da trama e a dureza dos tempos que como poucos ele soube retratar com emocionante realismo. Dentro da vertente do romance histórico, Josué voltaria ao tema em *Camilo Mortágua*, fazendo um verdadeiro corte na sociedade gaúcha pós-rural, inaugurando uma trilha que mais tarde seria seguida por outros bons autores. Seu livro *Dona Anja*, o qual é nosso objeto de análise, foi traduzido para o espanhol e publicado pela Edivisión Editoriales, México, sob o título de *Doña Angela*. Infelizmente, Jousé Guimarães morreu no dia 23 de março de 1986.

O ALJOG/UPF dedicou-se à produção de um documentário mostrando a jornada do Josué. Além disso, também é importante esclarecer que a estrutura do nosso trabalho será, de certa forma, diferente, pois não faremos um capítulo teórico específico, uma vez que em todos os capítulos mobilizaremos os postulados teóricos necessários para dar suporte às nossas análises. O capítulo dois, contudo, destaca-se dos demais por ser mais denso teoricamente. O que pretendemos aqui é pontuar as questões políticas e pessoais da vida do autor que

influenciaram as suas produções literárias. Nossa ênfase encontra-se na obra *Dona Anja*, cuja primeira edição foi publicada em 1978 e para a qual voltamos singular olhar especialmente por abordar um tema polêmico para a época, a aprovação da emenda do divórcio proposta pelo Senador Nelson Carneiro<sup>4</sup> e por essa aprovação significar um acontecimento histórico e discursivo no Brasil. Assim, consideramos relevante olhar para o Josué Guimarães e para a sua produção literária, *Dona Anja*, com os olhos da AD, por isso, torna indispensável descrever alguns conceitos trabalhados por essa teoria para que possamos sustentar nosso olhar. Portanto, para apresentarmos o jornalista e o escritor sob a ótica da AD, julgamos necessário expor alguns fatos que marcaram a história do Brasil e repercutiram na vida desse escritor, em suas produções e que produzem efeitos.

### 1.1 Pontuando o ideológico na produção de Josué Guimarães

Antes de apontarmos o ideológico na produção de Josué Guimarães é necessário que trilhemos um percurso acerca do conceito de ideologia, pois a compreensão desse conceito é fundamental para que possamos pontuar os efeitos da ideologia ou do ideológico nas produções do autor.

Os primeiros postulados acerca da ideologia foram feitos por Marx e Engels no séc. XIX, no ano de 1948, ao longo do tempo esse conceito vem ganhando novos contornos nas vozes de autores que buscam delinear os possíveis efeitos produzidos por esse signo.

Conforme afirmamos anteriormente, Marx e Engels foram os primeiros a delinear o que seria a ideologia. Eles pensaram-na como uma busca pelo poder, de forma que os homens, organizados em classes sociais, construíram a história da humanidade através de processos que incluem perda, domínio e manutenção do poder, uma vez que a história da humanidade é fruto de lutas de classes e em consequência, há o desejo de dominação do homem pelo homem. Marx e Engels (1974) iniciam seu pensamento acerca da ideologia, pressupondo que se os homens estão divididos em classes e se uma classe exerce domínio em relação à outra, aquela que domina tem o objetivo de permanecer com esse *status* de

---

<sup>4</sup> Nelson de Souza Carneiro nasceu em Salvador (BA), no dia 8 de abril de 1910, filho de Antônio Joaquim de Souza Carneiro e Laura Coelho de Souza. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade da Bahia. Casou-se com D. Carmen Perim Casagrande de Souza Carneiro. Foi presidente do Senado no período de 1989 a 1991, representante do Estado do Rio de Janeiro, tendo exercido mandatos de senador nos períodos de 1971 a 1979, 1979 a 1987, 1987 a 1995. No período de sua gestão o Senado Federal realizou 341 sessões ordinárias, 128 extraordinárias, quatro especiais, 248 conjuntas, tendo feito 2.599 pronunciamentos e apresentado 741 projetos de lei. Autor da Emenda Constitucional que instituiu o divórcio e da lei que o regulamentou em 1977.

dominante e, assim, por possuir os meios para a (re)produção das ideias de seu tempo, impõe seu conjunto de pensamentos e representações sobre a classe que domina.

Os conceitos elaborados por Marx e Engels constituem o que podemos chamar de uma teoria materialista sobre a ideologia a qual enfatiza duas ideias: a primeira postula que a ideologia seria uma representação do mundo da classe dominante, a qual detém os meios de produção; a segunda afirma que a representação do mundo é distorcida porque essa representa os interesses da classe que exerce o domínio do poder, não sendo os mesmos interesses da humanidade como um todo. Assim, a ideologia exerce um papel importante na manutenção das relações de domínio e, dessa forma, é concebida como uma projeção na consciência das pessoas, de ideias produzidas por suas práticas, uma vez que se reveste da aparência do real, fazendo com que as pessoas tenham a ilusão de autonomia e independência.

O termo ideologia, sob a ótica de Althusser em sua obra *Aparelhos Ideológicos do Estado*, ganha novos contornos e nova significação. Quando Althusser apresenta o conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) e afirma que eles funcionam “*através da ideologia*” ele invoca uma realidade acerca da qual torna-se necessário explicar o que é ideologia. Ele inicia afirmando que o termo ideologia fora forjado por Cabanis, Destutt de Tracy e seus amigos, os quais delinearam uma teoria genérica acerca das ideias, cinquenta anos antes de Marx, que, mais tarde, concebe a ideologia com um sentido distinto do proposto por Cabanis e seu grupo de amigos.

Marx definiu a ideologia como um sistema de ideias, de representações, que domina o espírito de um homem ou de um grupo social. Althusser propõe, então, uma nova forma de pensar a ideologia, qual seja pensá-la em geral. Assim, ele defende que é necessário conjecturar a ideologia com base nas histórias das formações sociais, nos modos de produção combinados nas formações sociais e das lutas de classe que se desenvolvem nelas.

Althusser, então, elabora duas teses simultâneas acerca da ideologia. A primeira: só há prática através de e sob uma ideologia, e a segunda: só a ideologia pelo sujeito e para o sujeito.

Só há ideologia pelo sujeito e para os sujeitos. Ou seja, a ideologia existe para os sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: isto é, pela categoria do sujeito e de seu funcionamento. [...] a categoria do sujeito é a categoria constitutiva de toda ideologia, seja qual for a determinação (regional ou de classe) e seja qual for o momento histórico, uma vez que a ideologia não tem história (ALTHUSSER, 1985, p.93).

Dessa forma, Althusser afirma que a categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia ao mesmo tempo em que não é, já que toda ideologia tem por função constituir indivíduos concretos em sujeitos, sendo nesse jogo de dupla constituição que se localiza o funcionamento de toda ideologia. Salientamos, em conformidade com a lição de Althusser, que é preciso estar alerta para o fato de que tanto aquele que escreve como aquele que lê são sujeitos e, portanto, sujeitos ideológicos. Assim, na perspectiva althusseriana, a ideologia presente em um aparelho ideológico material – o qual prescreve práticas materiais reguladas por um ritual material, práticas essas que existem nos atos materiais de um sujeito – age conscientemente segundo sua crença.

Retomando as ideias de Althusser, salientamos o fato de a luta de classes atravessar os modos de produção das relações econômicas em seu conjunto, dessa forma, temos o que o filósofo denominou de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), afirmando que desde cedo eles atuam sobre o indivíduo, moldando-o e preparando-o para a vida em uma sociedade com valores e normas predeterminados e com normas impostas. No entanto, a ação da ideologia é tão expressiva que toda essa força coercitiva aparentemente desaparece, tornando-se “normal”. Essa coerção inicia desde o nascimento do indivíduo, pois, a partir do nascimento do primeiro filho de um casal, institui-se a família, que se constitui sob a ótica althusseriana no primeiro aparelho ideológico de estado, a qual irá perpassar praticamente toda a vida, pois, depois de um certo período de vida, o indivíduo ingressa na escola, passa a frequentar a igreja com os pais, envolve-se com as artes, a mídia e todo esse envolvimento, todas essas ações preparam o cidadão para os detentores do poder. Para Althusser, não faz nenhuma diferença se as instituições que funcionam como AIE sejam públicas ou privadas, o que importa e vale ressaltar é que todas elas funcionam “através da ideologia”. Assim, o domínio da sociedade civil encontra-se nos AIE e o Estado é apenas uma das instituições de manipulação, poder e controle da sociedade, o qual atua em conjunto com a escola, a igreja, a imprensa, que, mesmo sendo de propriedade privada corroboram para a manutenção do poder e dos meios de produção. É importante destacar que Althusser estabelece uma distinção entre o poder do Estado e o Aparelho do Estado. É preciso acrescentar que o Aparelho do Estado compreende dois corpos: o corpo das instituições que compreendem o aparelho repressivo do Estado e o corpo das instituições o corpo dos Aparelhos Ideológicos do Estado.

Sob esse aspecto, cabe destacar algumas considerações acerca do poder do Estado e dos aparelhos que o constituem:

- 1) todos os aparelhos trabalham alternadamente ou pela repressão ou pela ideologia;



- 2) o aparelho (repressivo) do Estado é formado por um todo organizado em que seus componentes encontram-se centralizados por uma unidade de direção, a da política da luta de classes, que é aplicada pelos representantes políticos das classes que dominam e que detém o poder;
- 3) nos aparelhos ideológicos do Estado a unidade é garantida, geralmente, de maneira contraditória, pela ideologia dominante, ou seja a ideologia da classe dominante.

Assim, o aparelho repressivo do Estado garante a exploração da classe proletária enquanto que o aparelho de Estado assegura a censura e as condições políticas dos AIE. Na perspectiva althusseriana, a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos, de forma que sempre constituirá um comportamento social e linguístico dos indivíduos, sendo que a ideologia recruta todos, transformando-os em sujeitos mesmo antes de nascer e, ao nascer, já passam a integrar o primeiro AIE, a família, o que o predetermina a se identificarem com determinados sujeitos ideológicos em razão de ser homem ou mulher, ter ou não crença religiosa, e de fazer parte de determinada classe social.

A partir dos apontamentos realizados por Marx e por Althusser, Pêcheux, em *Semântica e Discurso*, reterritorializa o conceito de ideologia, elaborando novos contornos com os quais a AD trabalha. Embora os conceitos estabelecidos por Pêcheux não sejam inovadores, eles sofrem um deslocamento de sentidos. Marx contribui com Pêcheux com a visão do materialismo histórico, que estabelece a história real dos homens com base nas condições materiais de vida dos homens. Assim, de Althusser Pêcheux retoma a noção de que as classes sociais perpetuam e mantêm a ideologia da classe dominante através dos AIE, uma vez que essas instituições realizam a manutenção da ideologia e dos saberes.

Do mesmo modo que Pêcheux inicia o capítulo em que trata de explicar o funcionamento da ideologia, nós iniciaremos detalhando acerca das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção, tendo o mesmo objetivo dele de *esclarecer e evitar incompreensões relacionados à teoria das ideologias, à prática de produção dos conhecimentos e à prática política*. Passamos, então, às afirmações de Pêcheux acerca da ideologia e as observações que ele destaca quando considera outros teóricos e seus postulados sobre a ideologia. Primeiramente, iniciamos com as considerações pecheutianas nesse campo teórico:

- a) Condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção, é porque a área da ideologia não é, de modo algum, o único elemento dentro do qual se efetuará a reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social.
- b) Ao falar de “reprodução/transformação”, estamos designando o caráter intrinsecamente contraditório de todo modo de produção que se baseia numa divisão de classes, isto é cujo “princípio” é a luta de classes (PECHEUX, 1995, p.143,144).

Cabe-nos destacar nessa passagem o objetivo do filósofo em chamar a atenção para que não ignoremos as determinações econômicas que permitem em última instância a reprodução/transformação no interior da cadeia de produção econômica, fato evocado por Althusser quando os AIEs. Ainda, sobre a segunda afirmação, vale salientar que Pêcheux considera um engano a localização em pontos diferentes dos fatores que contribuem para a reprodução das relações de produção e de outro o que contribui para a transformação. Segundo o referido autor, a luta de classes atravessa o todo da produção em seu conjunto. O que na área da ideologia significa a luta de classes, passa pela designação de Althusser acerca dos aparelhos ideológicos de Estado. Pêcheux, ao adotar a expressão aparelho ideológico de Estado, salienta vários aspectos que os considera decisivos no que concerne à ideologia. Além desses aspectos, Pêcheux evoca de Althusser a concepção de que “as ideologias não são feitas de ideias, mas de práticas”. Passamos então aos aspectos apontados por Pêcheux:

- 1) a ideologia não se reproduz sob a forma de um *Zeitgeist*,<sup>5</sup> que se imporia de maneira igual e homogênea à sociedade, como um espaço anterior à luta de classes;
- 2) é impossível atribuir a cada classe a sua ideologia, que imporia, então, sua ideologia à outra classe. Isso, significaria duplicar a concepção da Ideologia como *Zeitgeist*;
- 3) a ideologia da classe dominante “não se torna dominante pela graça do céu...”, o que quer dizer que os aparelhos ideológicos de Estado não são a expressão da dominação da ideologia dominante, mas o seu lugar e meio de realização;
- 4) os aparelhos ideológicos de Estado constituem ao mesmo tempo e contraditoriamente o lugar e as condições ideológicas da transformação das condições de produção.

A partir dos apontamentos de Marx, Althusser e Pêcheux, é possível ponderar alguns aspectos da influência da ideologia na vida e na obra de Josué Guimarães. Considerando os postulados de Althusser de que “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito” e que “a função

---

<sup>5</sup> Isto é, o espírito do tempo, a mentalidade da época, os costumes do pensamento, etc.



da ideologia é constituir indivíduos concretos em sujeitos” não há como um indivíduo ser livre de ideologia. Desde que nascemos e nos tornamos membros de uma família passamos a integrar o primeiro AIE, que é a família. Por isso, a primeira influência da ideologia na vida de Josué Guimarães ocorreu em seu próprio lar. Em virtude de Josué Guimarães ser filho de um pastor da Igreja Presbiteriana, ele passou a receber influência da religião que seu pai professava, ou seja, a ideologia do discurso religioso que passa a interferir nas ações de Josué Guimarães desde a sua infância. Essa intervenção da ideologia religiosa manifesta-se na narrativa de *Dona Anja*. Os embates, conforme verificar-se-á no capítulo das análises, entre o prefeito Chico Salena e o vereador Pedrinho Macedo acerca do divórcio ilustram diferentes posições-sujeito dentro da formação discursiva do discurso religioso. O prefeito é contra o divórcio enquanto o vereador é a favor. Para defenderem seus posicionamentos recorrem ao discurso religioso, porém assumem diferentes posições-sujeito. O prefeito assume em seu discurso o posicionamento da Igreja Católica enquanto que o vereador incorpora a visão da Igreja Protestante. Essa “voz protestante” é uma evidência da influência da ideologia familiar na vida de Josué Guimarães que se manifesta na trama discursiva da narrativa.

Marx defende dois aspectos da ideologia. O primeiro é que ela é a representação do mundo da classe dominante e o segundo é que essa representação é distorcida porque representa apenas os interesses da classe que exerce o domínio e o poder e que não são os mesmos da humanidade como um todo. Josué Guimarães manifestou em suas ações, desde o período estudantil, vontade de mostrar a sociedade que a visão do mundo apresentada, pelos que exercem o poder e o domínio na sociedade, não condiz com a realidade humana e tampouco representa os interesses da maioria. Por exemplo, Josué Guimarães leu na escola em alta voz “As galinhas verdes<sup>6</sup>” ele demonstrou em seu gesto uma visão de mundo, não apenas diferente, mas divergente daquela reproduzida pela direção da escola. Esse ato, considerado subversivo ocasionou a sua expulsão da escola. Como jornalista, Josué Guimarães manteve seu posicionamento de descortinar a deformidade da representação de mundo ilustrada pela classe dominante. Esse posicionamento de denúncia se faz presente em *Dona Anja*. Verificamos isso em vários momentos na narrativa. A título de ilustração, utilizamos o momento em que a esposa do professor Paradedda afirma que rezará pela

---

<sup>6</sup> Os embates junto aos integralistas, que o Barão De Itararé, Aparício Fernando de Brinkerhoff Torelly, apelidou os primeiros de “galinhas-verdes” (dentre os quais se encontravam nomes como Gustavo Barroso e Câmara Cascudo); a prisão durante o governo de Vargas na Casa de Detenção (onde também esteve preso Graciliano Ramos); bem como os comentários ferinos sobre a Academia Brasileira de Letras desferidos pelo “nosso querido diretor” (maneira irônica com que o Barão referia-se a si próprio, aludindo ao modo bajulador dos jornalistas da época.

aprovação do divórcio, pois assim, sua filha que foi abandonada pelo marido, com dois filhos, terá uma nova chance de constituir um novo lar e ser feliz.

Há várias circunstâncias na narrativa que evidenciam a intervenção da ideologia religiosa e política na vida de Josué Guimarães que se manifesta na obra, contudo, não há como pontuarmos na totalidade essa interferência. Destacamos aqui, alguns aspectos da influência da ideologia na vida de Josué Guimarães que são ilustrados na narrativa. Cabe salientar, que não é só a ideologia que interfere nas práticas do sujeito. As condições de produção, também, influenciam as tomadas de posição dos sujeitos. Por isso, passaremos a estudar as condições de produção na seção seguinte.

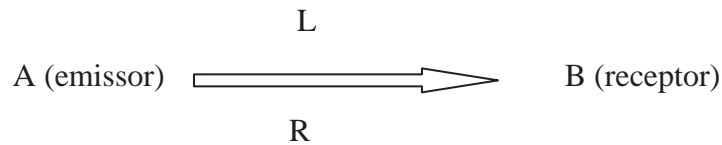
## 1.2 Condições de produção

Nesta seção apresentaremos as condições de produção da obra *Dona Anja* e, posteriormente, nas análises, proporcionaremos ao nosso leitor detalhes acerca da obra e das personagens. Para isso, mobilizamos, primeiramente, alguns postulados da AD acerca das condições de produção, isso é, destacamos como estas caracterizam e como contribuem e afetam a produção literária de Josué Guimarães. Isso posto, analisamos como esses eventos promovem alterações e versões do texto datiloscrito da obra em análise.

Para isso nos reportamos à Orlandi (2006), que afirma que “as condições de produção compreendem os sujeitos e a situação”, situação que pode ser visualizada em dois sentidos: o estrito e o lato, o primeiro corresponde às circunstâncias da enunciação, ao contexto imediato, o segundo, mais amplo, compreende o contexto sócio-histórico e ideológico. Conforme Orlandi, essa separação é necessária tão somente para fins de explicação, pois na prática são indissociáveis e ocorrem em conjunto. Ainda, a autora inclui às condições de produção a memória discursiva e o interdiscurso.

Pêcheux (1993, AAD 69), primeiramente, estabeleceu que as condições de produção designavam, ao mesmo tempo, o efeito das relações de lugar nas quais se acham inscritos o sujeito e a situação no sentido concreto e empírico do termo. Dessa forma, compreende-se que cada discurso possui, obrigatoriamente, condições de produção nas quais se somam as relações de interlocução entre os sujeitos do discurso. Pêcheux (1997b, AAD 69) revisita os postulados de Jakobson e delinea novos contornos para a representação do processo de produção, apontando cinco requisitos básicos para a representação do processo de produção.

Em Jakobson tínhamos os interlocutores A, como emissor, e B, como receptor da mensagem, bem como a compreensão de que para que a mensagem fosse compreendida pelo receptor era fundamental que ambos conhecessem e dominassem o mesmo código (língua) para, dessa forma, ser possível a interação entre os interlocutores:



É necessário destacar que na Análise do Discurso, conforme Orlandi (2006), o sujeito não é o sujeito empírico, mas a posição sujeito representada no discurso. Isso implica afirmar que em toda a língua existem mecanismos que nos permitem passar da situação de sujeito para a posição sujeito do discurso. Sendo assim, não é o sujeito físico, empírico, que atua no discurso, mas a posição sujeito discursiva. O enunciador e o destinatário como sujeitos são pontos de relação e indicam diferentes posições sujeito.

Pêcheux, ao reestruturar o esquema de Jakobson, elabora a hipótese de que A e B estão representados no processo discursivo e o que se coloca em jogo e o que entra em funcionamento é uma série de formações imaginárias que são as diferentes instâncias do processo discursivo e, também, produtos de processos discursivos anteriores. Temos a seguinte representação em Pêcheux (1997, p.84), em que *I* é a imagem, *a* é o locutor, *b* o interlocutor e *r* é o objeto, o referente do discurso:

Ia(a)	Ia(b)	Ia(r)
Ib(b)	Ib(a)	Ib(r)

Pêcheux chama esse processo de mecanismo de antecipação, tornando-o responsável pela argumentação. Destaca-se que através desse mecanismo, o que importa é a projeção do social no discurso, desse modo, não falamos, por exemplo, do padrão, mas da imagem que a sociedade tem do padrão. É com base nessa concepção que trataremos agora das relações de força, uma vez que o lugar social de onde se fala marca o discurso com a força da locução que esse lugar representa, pois cada lugar tem sua força na relação de interlocução, isto se representa nas posições-sujeito discursivas e, em virtude disso, essas posições não podem ser concebidas como neutras, pelo contrário, são carregadas do poder que as constitui em suas relações de força (ORLANDI, 2010, p.45).

A memória soma-se às condições de produção na medida em que aciona os demais elementos das condições de produção e tem suas características quando é pensada em relação ao discurso, passando, assim, a ser tratada como interdiscurso, que é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. “Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido” (ORLANDI, 2000, p. 33). É o já-dito que constitui todo o dizer e especifica as condições nas quais um acontecimento histórico é suscetível de vir a inscrever-se no espaço potencial de coerência próprio de uma memória (ORLANDI, 2000, p.31) postula “A memória discursiva é trabalhada pela concepção de interdiscurso, algo fala antes em outro lugar e independentemente”, por isso a memória discursiva se constitui pelo esquecimento.

Após esse percurso acerca das condições de produção na perspectiva da AD, é importante destacar as questões relacionadas ao período da repressão e da ditadura vivenciado por Josué Guimarães de 1964 com o golpe militar até meados da década de 1980. Necessário se faz, também, resgatar o processo histórico relacionado à estrutura política e aos aspectos históricos e econômicos que influenciaram as produções literárias brasileiras, inclusive as de Josué Guimarães. Antes, no entanto, faremos uma breve apresentação de alguns fatos pessoais do escritor e jornalista que ilustram seu perfil combativo desde quando era muito jovem.

Desde muito cedo, ainda adolescente, Josué Guimarães já manifestava um comportamento subversivo à ideologia dominante da sua época, pois, embora bom aluno, fora expulso do Colégio Cruzeiro do Sul – coincidentemente o mesmo educandário onde Érico Veríssimo havia estudando. A causa da expulsão foi de cunho político e se deu após a leitura feita por Josué em voz alta de um artigo intitulado “As Galinhas Verdes”, do Jornal da Manhã, jornal que era proibido naquele colégio por ser contrário à ala dos Integralistas. Após a leitura, foi chamado à sala do diretor e sumariamente expulso da escola por ter lido um texto subversivo e comunista.

Não é uma tarefa fácil, tampouco simples delinear a influência política e ideológica nas produções do Josué Guimarães, em virtude da diversidade de materiais que encontramos no acervo, como entrevistas, documentos, publicações na mídia e um documentário organizado pelo Acervo Literário Josué Guimarães/UPF, o qual é organizado e abrigado pela Universidade de Passo Fundo. Com base nos dados que pesquisamos, nos empenhamos em delinear essa influência na obra de Josué.

Embora não almejamos trabalhar com a biografia de Josué, é quase impossível analisar *Dona Anja* sem colocar em cena a sua vida pessoal e política. A sua vida passa a ser

entrelaçada às condições de produção, uma vez que a AD concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Tal mediação ocorre pelo viés do discurso que torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento do homem e da realidade em que ele vive. Levando em conta o homem na sua história, a AD considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o seu dizer, dessa forma, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção o analista deve relacionar a linguagem com a sua exterioridade. Por isso, a necessidade de pautar alguns acontecimentos pessoais da vida de Josué Guimarães com as condições de produção de *Dona Anja*. Sabemos que ele casou muito cedo, aos 19 anos, e em virtude de ter de sustentar a família se viu obrigado a abandonar o curso de Jornalismo. Inicialmente, trabalhava no jornal e em outros lugares, mas ganhava muito pouco. O amigo Alberto Pasqualini, percebendo que Josué vivia muito mal, conseguiu sua nomeação para o Conselho Administrativo, por influência do presidente, o Dr. Accioly. Desse fato constatamos que ele assume um cargo político em virtude de ser amigo de Alberto Pasqualini e de sua comoção com as dificuldades que Josué Guimarães enfrentava para sustentar a família.

A tendência de ser contra o Integralismo, o Fascismo, o Nazismo e a filiação à esquerda é explicada por Josué Guimarães devido ao fato de que sua infância fora influenciada pelo Barão de Itararé<sup>7</sup>, não por esclarecimento político, mas pelo lado emocional. Sobre a amizade entre Guimarães e Alberto Pasqualini, tal relação se constituiu como instrumento que fez com que lutassem juntos politicamente e que, lhe permitiu a participação em muitos eventos, onde ocorreram importantes encontros com lideranças, tais como Brizola e Jango. Esse relacionamento com figuras políticas de destaque, naquela época, foi o que provavelmente o levou a candidatar-se a vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro na cidade de Porto Alegre, RS, onde, em 1951, foi eleito o vereador mais votado. Na Casa Legislativa empenhou-se na execução de obras públicas que beneficiassem o povo. Ainda, como vereador, incorporou a primeira delegação de brasileiros que visitaram a China e a União Soviética, de onde voltou com um livro pronto, que só mais tarde fora publicado em virtude da censura vigente na época.

Após a morte do presidente Getúlio Vargas, a situação se complicou para Josué Guimarães, que, em 1961, participou do movimento da Legalidade, cujo mentor era o jovem

---

<sup>7</sup> Barão de Itararé: Aparício Fernando de Brinkerhoff Torelly nasceu no Rio Grande do Sul, em 1895. Jornalista e Humorista brasileiro, adotou o pseudônimo de Barão de Itararé na Revolução de 30. Foi responsável por diversas publicações que criticavam a política usando o humor.

Leonel Brizola, que a pedido dele mudou-se para o Rio de Janeiro para montar uma rádio clandestina da Legalidade. Josué Guimarães revela que lutou pela Legalidade não porque achasse que devia lutar pelo partido, mas porque achava que esta era válida. Lá, no Rio de Janeiro, Josué Guimarães montou uma estação de rádio clandestina ambulante transmitindo de Nova Friburgo, Petrópolis ou Teresópolis para o Rio Grande do Sul. Percebe-se, com isso, que Josué permaneceu e lutou, não pelo partido, mas por acreditar nos ideais por este defendido.

Depois do movimento da Legalidade, Josué Guimarães é chamado por Jango para assumir a Agência Nacional e a Rádio Nacional, convite ao qual, inicialmente, recusou, no entanto, ao chegar em Porto Alegre, escutou na Voz do Brasil a sua nomeação e, a pedido de Brizola, aceitou o cargo. Nesse período conheceu figuras políticas importantes como Tancredo Neves, Magalhães Pinto e muitos governadores, ele sempre aproveitava para falar sobre tudo o que o Brizola havia realizado, seus objetivos e efeitos de tal forma a despertar o desejo desses políticos de falarem pessoalmente com Brizola. Após esses acontecimentos, houve o Golpe Militar em 1964, quando Guimarães ficou escondido em Santos, SP. Sessenta agências foram alertadas sobre o sumiço do escritor jornalista e, consideradas a repressão e a perseguição que alguns sofreram nesse período de ditadura vivido pelo Brasil, os militares controlavam sua casa e seus familiares na tentativa de descobrirem onde se escondera Josué Guimarães. Em Santos, o escritor se estabeleceu sob o pseudônimo de Samuel Ortiz, onde trabalhou disfarçado vendendo enciclopédias para sustentar a família. Há outros fatos acerca da vida e das perseguições sofridas por Josué Guimarães que apresentaremos na seção seguinte em virtude de esses episódios estarem relacionados com suas produções escritas. Contudo, salientamos que esse período de perseguições promovido pela ditadura militar, foi uma época em que o escritor e sua família enfrentaram inúmeros problemas financeiros devido à dificuldade que Josué Guimarães encontrava para trabalhar. Nessa época, a família recebeu o apoio e a ajuda de amigos. Mesmo com o fim da ditadura, Josué Guimarães encontrou dificuldades para conseguir emprego e sustentar a família em virtude das perseguições que ainda ocorriam após a ditadura.

Toda essa vivência de Josué Guimarães, a participação no movimento da Legalidade, a sua eleição para vereador como o mais votado pelo PTB, a preocupação para com as causas populares, sua integração à primeira delegação de brasileiros que visitou a China e a União Soviética, o rompimento do primeiro matrimônio para viver seu amor ao lado de Nídia, o preconceito por não poder legalizar a segunda união em virtude da lei brasileira não permitir o divórcio, as perseguições sofridas com o golpe militar de 1964 e, em decorrência disso ter de

viver escondido, com dificuldades para prover o sustento da família entre outras situações, tudo isso faz parte das condições de produção dos discursos uma vez que elas compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação, incluindo a memória. Isso tudo, considerando o contexto sócio- histórico e ideológico do Brasil em ocasião do golpe militar e da ditadura, da ARENA ser o partido dos militares, vai refletir na narrativa de *Dona Anja*, pois é possível identificar as marcas dessa influência na produção através dos discursos tecidos pelas personagens na obra. Alguns críticos literários arriscam afirmar que, de todas as obras de Josué Guimarães, *Dona Anja* é a que mais retrata as vivências do autor. Podendo ser considerada um romance autobiográfico. Por isso, a necessidade de conhecer as questões que envolvem a aprovação do divórcio no Brasil conforme abordaremos na seção seguinte.

### **1.3 A lei que mudou a sociedade e abalou a Igreja**

A aprovação da emenda do senador Nelson Carneiro propunha a institucionalização do divórcio no Brasil e, assim, permitia aos casados que estivessem insatisfeitos com o convívio marital a possibilidade de dissolução do compromisso legal do casamento. A aprovação da Lei do Divórcio pelo Senado constituiu um acontecimento histórico e discursivo no Brasil, uma vez que a legalização do divórcio é um acontecimento na história do país por trazer mudanças no perfil das famílias, que hoje já possuem uma mulher ocupando o lugar de chefe do lar, gerando e provendo o sustento dos filhos com seu trabalho, ou mesmo lares em que o padrasto assume o papel do pai biológico. Sobre isso, Pêcheux destaca sobre o acontecimento que:

o acontecimento (o fato novo, as cifras, as primeiras declarações) em seu contexto de atualidade e no espaço da memória que ele convoca e que já começa a reorganizar: o socialismo francês de Guesde a Jaurès, o Congresso de Tours, o Front Popular, a Libertação... [...] é o acontecimento jornalístico e da mass-media que remete a um conteúdo sócio-político ao mesmo tempo perfeitamente transparente( o veredito das cifras, a evidência das tabelas) e profundamente opaco (2012, p.19-20).

A aprovação da emenda do divórcio, fato novo na história do Brasil, configurou um embate político e religioso. Político porque se configura através da proposta do senador Nelson Carneiro, um representante eleito indiretamente pelo povo, mas com poderes de legislar. Embora essa proposta de permitir legalmente a dissolução do casamento pareça



nova, ela ressoa de um passado distante que se imbrica com o passado religioso, já que o discurso religioso da Igreja Católica produz um apagamento, um silenciamento desse passado. E aí se configura a arena, o local dos embates discursivos acerca da aprovação do divórcio. Esse evento polêmico, ao mesmo tempo que dividiu opiniões na sociedade, abalou dogmas da Igreja Católica. Citamos aqui o catolicismo em razão de que este, ainda hoje, posiciona-se contrário ao divórcio, diferentemente da postura adotada pelas Igrejas Protestantes, as quais, com base em textos bíblicos, permitem e apoiam o divórcio em determinadas circunstâncias, por exemplo, no caso de infidelidade conjugal. Obviamente que os casais membros do movimento protestante são aconselhados pelos seus líderes ao perdão, contudo, esses não discriminam tampouco interferem na decisão do casal pelo divórcio. Tanto o discurso da Igreja Católica quanto o das Igrejas Protestantes fazem parte do discurso religioso, com isso, temos a formação discursiva religiosa abarcando ambos os discursos, porém diferentes posições sujeito. Mais adiante, quando abordamos o conceito de formação discursiva, mostraremos que a heterogeneidade é uma característica constitutiva da FD, ou seja, dentro de uma FD existe uma que é dominante sobre as outras, o que ocorre devido às diferentes posições-sujeito dentro de uma mesma FD. A posição-sujeito adotada pela Igreja Católica é diferente da posição-sujeito assumida pelas Igrejas Protestantes, mas ambas pertencem à FD religiosa.

### 1.3.1 O divórcio de Moisés a Nelson Carneiro no Brasil

As discussões acerca do divórcio são milenares. Muito antes do catolicismo, ainda no Antigo Testamento, logo após o êxodo dos Hebreus no Egito, narra o texto bíblico que Moisés guiou-os pelo deserto por quarenta anos até que, finalmente, o povo escolhido por Deus chegou à terra da promessa, mas, durante esse período, o líder Moisés recebeu de Deus leis que deveriam ser observadas e obedecidas pelo povo hebreu. A mais famosa e conhecida é a Lei das Doze Tábuas ou Os 10 Mandamentos, contudo, há três livros no Antigo Testamento que tratam de questões legais. No Levítico, encontramos os preceitos divinos que descrevem como o povo deveria proceder corretamente para viver livre do pecado e, em caso de vir a pecar, como fazer a expiação de seus pecados através do sacerdote. O segundo livro, o Livro de Números, disserta sobre leis e traz os castigos e punições decorrentes da desobediência e não observância dos mandamentos divinos. O terceiro livro, intitulado Deuteronômio – cuja origem está em Septuaginta e significa “Segunda Lei” – de autoria de



Moisés, a exemplo dos dois primeiros, trata de diversas leis e uma delas aborda especificamente a questão do divórcio. Se levarmos em conta que esses textos bíblicos foram escritos no ano de 1405 A.C., constatamos ser o divórcio milenar. Sobre isso, damos ênfase ao capítulo 24 de Deuteronômio. Vejamos, então, este texto e reflitamos sobre ele:

Quando um homem tomar uma mulher e se casar com ela, então será que, se não achar graça em seus olhos, por nela achar coisa feia, ele lhe fará escrito de repúdio, e lhe dará na sua mão, e a despedirá de sua casa. Se ela, pois, saindo da sua casa, for e se casar com outro homem, e se este último homem a aborrecer, e lhe fizer escrito de repúdio, e lhe der em sua mão, e a despedir de sua casa ou se este último homem, que a tomou para si como mulher, vier a morrer, então o primeiro marido que a despediu, não poderá tornar a tomá-la para que seja sua mulher (DEUTERONOMIO 24, v. 1-4, p.324).

Com base no texto bíblico, verificamos que desde os tempos de Moisés já era possível dissolver o casamento sem que houvesse adultério por uma das partes, visto que a punição para o adultério era a morte por apedrejamento. A passagem bíblica evidencia que se o homem não se agradasse da mulher, não visse graça em seus olhos ou nela achasse coisa feia, poderia, por meio do *escrito de repúdio*<sup>8</sup>, desfazer a união e liberar a mulher para que esta pudesse futuramente contrair outra união, outro casamento com outro homem. Por “coisa feia” compreende-se, provavelmente, não algo relacionado à beleza física da mulher, mas algo referente à conduta vergonhosa ou ao comportamento imoral da mulher naquele período, sem, contudo, chegar à gravidade do adultério. As instruções que se acham nos versículos 1-4 foram recebidas por Moisés de Deus para regular o divórcio no Israel antigo. A ocorrência do divórcio, de acordo com os preceitos bíblicos, não é pecado, se tiver fundamento bíblico.

Atualmente, nas diversas denominações protestantes, o adultério é condição legal e bíblica para que o cônjuge vítima da infidelidade de seu/sua companheiro/a possa dissolver o casamento e tornar a contrair núpcias com outro homem ou outra mulher sem que isso se constitua em pecado. É o infiel que constitui pecado, o qual, conforme previa o Antigo Testamento, era punido com apedrejamento e morte do casal adúltero. No Novo Testamento, na nova aliança que se constitui com a vinda de Jesus ao mundo, temos um episódio narrado no Evangelho de João, cap. 8, acerca de uma mulher surpreendida em adultério. Enquanto Jesus ensinava no templo, os escribas e fariseus trouxeram à presença de filho de Deus a

<sup>8</sup> O “escrito de repúdio” era um documento legal entregue à mulher, para a rescisão do contrato de casamento, para protegê-la e liberá-la de todas as obrigações para com seu ex-marido. Depois de receber o escrito de divórcio a mulher estava livre para se casar de novo. Nunca poderia, porém, voltar ao seu primeiro marido se o segundo casamento se dissolvesse.

mulher que fora apanhada em adultério, fazendo-a ficar em pé diante de todos. Disseram a Jesus: “mestre, essa mulher foi flagrada em adultério e na lei Moisés nos mandou que tais mulheres sejam apedrejadas; tu pois o que dizes?” E Jesus respondeu: “aquele que dentre vós estiver sem pecado seja o primeiro que lhe atire a primeira pedra”. Ao ouvir essa resposta de Jesus, todos acusados pela própria consciência, retiraram-se um a um, até que ficou só a mulher. Ao ver que todos foram embora, Jesus perguntou à mulher onde estavam os seus acusadores e ela respondeu que ninguém havia ficado, logo, Jesus disse que se ninguém a acusava tampouco ele haveria de condená-la. E despedindo-se dela disse: vai e não peques mais. Nessa passagem, vimos que no Novo Testamento a atitude de Jesus para com essa mulher revela o seu propósito redentor para a humanidade. Se o marido dela a perdoar e ela arrepender-se da sua atitude, poderia manter o casamento, do contrário, o marido poderia divorciar-se dela e casar-se com outra futuramente. É nesse contexto bíblico que as igrejas protestantes se apoiam para aconselhar casais acerca do divórcio. Mas essa visão é baseada tão somente em um dos lados envolvidos e há que se considerar também o lado legal. Portanto, vejamos, primeiramente, o contexto histórico acerca do divórcio no Brasil, antes da emenda do senador Nelson Carneiro.

Ao buscarmos a origem do termo divórcio, encontramos no consultório etimológico a seguinte definição postada por Carlos Camargo: a palavra divórcio advém do Latin *divortium*, “dissolução do casamento, separação”, de *divertere*, “separar-se, deixar o cônjuge, voltar-se para outro lado”, formada por *dis*, “fora, de lado”, mais *vertere*, “voltar-se, virar”. Aqui é possível estabelecer uma relação entre o divórcio nos tempos de Moisés. Naquele período o homem dava à mulher o escrito de repúdio, a diferença entre o divórcio e o escrito de repúdio está no fato de que o primeiro é desejado por ambos os cônjuges, enquanto que o segundo é uma decisão unilateral de apenas um cônjuge. Antes de ser aprovada no Brasil, a lei do divórcio teve que transpor inúmeras barreiras, principalmente as impostas pela cheia de poder e antidivorcista Igreja católica. Para os líderes católicos, o casamento é um sacramento indissolúvel, não aceitando delegar homens a separar o que Deus uniu. Acreditam, inclusive, que o divórcio é um instrumento destrutivo do mundo moderno, considerando-o como uma aberração dessacralizante moderna. Essa posição autoritária e rígida dos católicos revela a intenção de silenciar, de apagar a possibilidade do divórcio bíblico, isso porque a preocupação da Igreja Católica em não aceitar a dissolução do matrimônio implica a perda de sua influência, pois antes era tida como absoluta e inquestionável e, ao permitir as separações das famílias, estaria colocando em risco o local de exercício do seu poder e soberania, a saber a família, sua célula base. Isso se comprova, atualmente, com os dados

levantados pelo IBGE no último censo, que revelam uma perda considerável de seguidores da Igreja Católica para as denominações protestantes. Ou seja, cristãos católicos estão tornando-se cristãos protestantes.

No Brasil, as primeiras manifestações legais referentes ao casamento iniciaram, precisamente, no ano de 1861, com o Decreto nº 1.144 (11/09/1861), que permitiu o casamento entre pessoas de religiões e credos diferentes, obedecendo aos requisitos de sua religião ou, ainda, as pessoas não católicas. Cabe ressaltar, aqui, que antes desse decreto apenas e somente as pessoas católicas poderiam casar. Posteriormente, o Decreto nº 3.069 (17/03/1863) aperfeiçoou o decreto de 1861, possibilitando três formas de casamentos: o casamento católico, o misto e o não católico. Esses fatos ilustram e evidenciam o poder, o controle, a intervenção e a supremacia da Igreja Católica no que se referia ao casamento. A questão matrimonial, nesse período, era uma questão regida e comandada pelo Clero, sem que o Estado tivesse poder para interferir. Somente com a proclamação da República em 1889 é que houve uma sensível separação entre o Estado e a Igreja, o que ocorreu com o Decreto nº 119-A (17/01/1890), que estabeleceu definitivamente a separação entre Estado e Igreja, tornando um Brasil um país laico e não confessional.

Em 1893, o deputado Érico Marinho assinou a primeira proposição divorcista, que foi renovada em 1896 e 1899. Depois, o deputado Martinho Garcez também apresentou proposta divorcista, mas as propostas não lograram êxito. Clóvis Beviláqua, em 1901, apresenta seu anteprojeto de Código Civil, que é duramente criticado e debatido, sendo alvo de várias alterações e mudanças, razão pela qual somente em 1916 foi aprovado, consolidando, nesse período, o direito ao desquite no Brasil. No entanto, o desquite não permitia novo casamento, somente autorizava a separação dos cônjuges e o encerramento do regime de bens.

As constituições de 1834, 1937, 1946 e 1967 apresentavam dispositivo constitucional acerca da indissolubilidade do casamento no Brasil. Foi durante a vigência da Constituição de 1946, em 10 de junho de 1951, que o deputado Nelson Carneiro apresentou à Câmara dos Deputados o projeto de lei nº 786/51, de sua autoria, para retirar a expressão “vínculo indissolúvel” do texto legal, porém, seu projeto não fora apreciado. Posteriormente, a Constituição de 1969 determinou que qualquer projeto de divórcio só poderia ser aprovado mediante emenda constitucional. Em 1975 é apresentada a Emenda Constitucional nº 5, de 12/03/1975, que permitia a dissolução do vínculo conjugal após cinco anos de desquite ou sete anos de separação de fato. Essa emenda obteve maioria no congresso, não sendo aprovada em razão de não ter recebido o *quorum* mínimo exigido. Foi então que em 1977 o Presidente Ernesto Geisel edita, em 14 de abril, a Emenda Constitucional nº 8, que, dentre

outra medidas, reduziu o *quorum* para a maioria absoluta dos votos do total dos membros do Congresso Nacional, o que tornou possível a aprovação da Emenda Constitucional nº 9, de 28 de junho de 1977, matriz fundamental da lei nº 6.515/77, a chamada Lei do Divórcio. De autoria do senador Nelson Carneiro, essa emenda causou enorme polêmica na época de sua aprovação, sofrendo muitas críticas, afinal, essa emenda desestabilizava a supremacia da Igreja Católica ao tornar solúvel o casamento e permitir às pessoas divorciadas a possibilidade de contraírem novas núpcias<sup>9</sup>.

A Lei do Divórcio, em seu artigo 24, postula que o divórcio põe termo ao casamento e aos efeitos civis do matrimônio religioso. Dessa forma, como podemos observar que o regramento legal dissolve o casamento nas esferas civil e religiosa, assim, se antes a igreja era soberana sobre o matrimônio, agora, com a Lei do Divórcio, além de cessarem as obrigações civis, cessam também os efeitos religiosos do matrimônio.

Recentemente, em 2007, a Lei do Divórcio sofreu modificações em seu texto com o intuito de facilitar e de agilizar o processo de divórcio. Na lei anterior a concessão do divórcio se dava nos seguintes critérios:

**Art. 31.** Não se decretará o divórcio se ainda não houver sentença definitiva de separação judicial, ou se esta não tiver decidido sobre a partilha dos bens.

**Art. 32.** A sentença definitiva do divórcio produzirá efeitos depois de registrada no Registro Público competente.

Não era possível, portanto, obter o divórcio sem antes obter a sentença da separação judicial ou se não houvesse transcorrido o prazo legal de um ano da interrupção da vida conjugal, como também a impossibilidade de reconstituição. Conforme postulam os artigos: 3, 4, 5, e 6 da referida lei.

Recentemente, em 2007, visando simplificar e agilizar os pedidos de divórcio, no Brasil, o Congresso aprovou modificações no texto da lei de 1977. Essas alterações permitem que o divórcio possa ser concedido sem que haja a necessidade da sentença de separação ou o cumprimento do prazo legal, desde que atendidos certos requisitos. Dessa forma, o divórcio pode ser lavrado em cartório de maneira rápida. Cabe destacar, que o tema em debate na narrativa de *Dona Anja* é a votação da emenda do divórcio apresentada pelo senador Nelson Carneiro. Uma vez que, as mais altas autoridades da cidade, se reúnem na casa de *Dona Anja* para ouvirem e discutirem sobre a referida lei. Essa emenda tem força de lei e gera polêmicas

---

<sup>9</sup> No anexo A, disponibilizamos texto integral e oficial da Lei do Divórcio de 1977.

discussões, embates ferrenhos entre o prefeito Chico Salena e o vereador Pedrinho Macedo. Assim, conhecer as melhorias que a lei incorporou torna-se relevante para a nossa pesquisa.

O novo texto da lei n.º 11,441 (04/01/2007), no intuito de facilitar os pedidos de divórcio, torna possível o divórcio cartorário, extrajudicial, quando a dissolução do vínculo matrimonial for consensual e quando forem atendidos certos requisitos, dentre os quais podemos destacar:

Art. 3º - A Lei nº 5.869, de 1973 – Código de Processo Civil – passa a vigorar acrescida do seguinte art. 1.124-A:

“Art. 1.124-A. A separação consensual e o divórcio consensual, não havendo filhos menores ou incapazes do casal e observados os requisitos legais quanto aos prazos, poderão ser realizados por escritura pública, da qual constarão as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns e à pensão alimentícia e, ainda, ao acordo quanto à retomada pelo cônjuge de seu nome de solteiro ou à manutenção do nome adotado quando se deu o casamento.

§ 1º A escritura não depende de homologação judicial e constitui título hábil para o registro civil e o registro de imóveis.

§ 2º O tabelião somente lavrará a escritura se os contratantes estiverem assistidos por advogado comum ou advogados de cada um deles, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial.

§ 3º A escritura e demais atos notariais serão gratuitos àqueles que se declararem pobres sob as penas da lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Diante de tantas discussões realizadas ao longo da história do nosso país acerca do divórcio, observamos que apesar das barreiras enfrentadas no Congresso e das tentativas da Igreja católica em impedir a aprovação da lei que permite o divórcio, elas não foram suficientes para evitar a aprovação da emenda do senador Nelson Carneiro. A aprovação da referida lei é o ápice de *Dona Anja*, novela de Josué Guimarães que compõe o *corpus* de estudo desta dissertação.

#### 1.4 Enfim, Josué Guimarães e a pa\_lavra,<sup>10</sup>

Josué Guimarães desenvolveu, desde o tempo em que frequentava a escola, um forte vínculo com a palavra, o que, provavelmente, interferiu na sua decisão de abandonar o curso de Medicina. Essa estreita relação que estabeleceu com a palavra marcou definitivamente a

<sup>10</sup> Há dupla possibilidade de leitura: a primeira a pá, o objeto utilizado para escavar, lavra a terra, remexe-la. A segunda, metaforicamente comparando a palavra com a ferramenta que, ao ser pronunciada, dita ou escrita, também remexe, lavra, provoca deslocamento e novos gestos de significação e interpretação. A palavra também vista como ferramenta de trabalho do escritor, do jornalista. Então, a grafia pa\_lavra (ao invés de palavra) abarca esse duplo funcionamento.

sua existência. A palavra, nas mãos de Josué Guimarães, tornou-se não só instrumento de trabalho mas também arma de combate, instrumento de trabalho, porque para um jornalista a palavra, além de ferramenta de trabalho, é forma de sustento. É arma de combate, uma vez que, através das suas obras, denunciou a hipocrisia da sociedade e manifestou o desejo de colaborar com a transformação de seu país, apresentando uma proposta renovadora em suas obras.

Não se conformando com a realidade, Josué Guimarães achava essencial mudar a realidade, lutando sempre por aquilo que achava justo. Tinha como aliados nessa luta a atividade política e a palavra escrita, utilizando-a tanto na condição de jornalista como na de escritor. Miguel Rettenmaier observa e levanta dados importantes acerca da vida e da obra do escritor:

[...] a atuação da obra de Josué Guimarães incorre em diferentes avaliações sobre a realidade com a qual dialoga conforme as novas disposições da história política em que se encontra. É nesse trilhar sempre inconcluso que seu romance se estabelece como instrumento permanente de crítica, ao mesmo tempo em que revela novos caminhos, desfigurando utopias e reerguendo-as, sempre em defesa da esperança (2011, p. 29).

Ainda, com Rettenmaier, enfatizamos o caráter combativo da literatura produzida por Josué que não se limita essencialmente ao reflexo de uma literatura circunscrita nos limites da nossa nacionalidade. O próprio Josué Guimarães afirmava que a temática presente em suas produções literárias é sul-americana, mesmo que suas histórias sejam narradas em um espaço sulista.

Metaforicamente, comparando o trabalho de Josué com a palavra e esta como signo, a palavra nas mãos de Josué Guimarães ilustra o conceito de signo ideológico de Bakhtin, que afirma que o signo linguístico é o lugar, a arena da luta de classes. Assim, a palavra torna-se símbolo de luta, arma de guerra, da mesma forma que a foice e o martelo representavam a luta de classes no comunismo. O escritor soube com maestria utilizar essa arma para denunciar e criticar a realidade do país. Seu ingresso na literatura brasileira ocorreu somente na década de 1970, fase marcada por intensa repressão da ditadura militar. Isso fez com que a narrativa ficcional do escritor se tornasse um instrumento de resistência contra a repressão política. Esse comportamento o transformou em uma voz de insubmissão em tempos de coerção e repressão, atitudes marcantes no período da ditadura militar. Nessa perspectiva, merece destaque a temática de suas obras, as quais realizavam a tarefa de alertar a sociedade da época

sobre os conflitos sociais, políticos e históricos do período, isso porque Josué Guimarães sempre foi um cidadão ativo, utilizando suas únicas armas de combate, as palavras.

Em *Dona Anja*, ressaltamos o fato de que essa narrativa aborda, de maneira impactante, questionamentos acerca do casamento e da aprovação da Lei do Divórcio, desmascarando de maneira irônica a hipocrisia da sociedade, pois, justamente no ambiente de um bordel, as figuras ilustres da sociedade, o prefeito, o professor, o médico, os representantes da câmara de vereadores, o delegado e o plantador de soja, dentre outras autoridades, discutem e defendem a não aprovação da emenda proposta pelo senador Nelson Carneiro, que colocava em pauta a legalização do divórcio. No ambiente de caráter mais imoral para a época e para as famílias católicas, todo esse grupo defendia a moral, a família e a Igreja, embora todos tivessem as suas meninas. Dentre esses, o prefeito, além de uma encantadora menina do bordel, mantinha uma amante nos fundos da prefeitura. Esses fatos ilustram uma característica peculiar das obras de Josué Guimarães, que giram em torno do homem, de seus conflitos e contradições e, assim, realizam uma retomada ao passado gaúcho. Apresentaremos maiores detalhes da obra do escritor no capítulo três quando, também apresentaremos o *corpus* e as análises, mas antes é necessário que aprofundemos a teoria. Passamos, então, para uma apresentação da teoria, que faz parte do quadro teórico deste estudo, no capítulo a seguir.



## 2 O ENCONTRO DOS “EUS” NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO DISCURSO

A Análise do Discurso de linha francesa teve início em 1960 em um momento intelectual intenso. Michel Pêcheux, o principal articulador da teoria, dá início à Análise do Discurso, na França, no final da década de 1960, momento esse que coincide com o apogeu do estruturalismo, como paradigma de formatação do mundo, das ideias, das coisas para toda a geração intelectual francesa desse período. No entanto, esse percurso dos estruturalistas deixa de lado, exclui o que para a AD passa a ser fundamental: o sujeito. Essa perspectiva perdurou na França até 1967. Com o movimento de maio de 1968 e com o surgimento de novas indagações no campo das ciências humanas, esses acontecimentos tornaram-se decisivos para subverter o estatuto do estruturalismo como paradigma reinante. Esse movimento trouxe o que estava excluído do foco estruturalista para o cenário central: o sujeito que passou a inaugurar um novo cenário teórico. O que é possível depreender da trajetória de Michel Pêcheux, ao elaborar a linha de raciocínio que compõe a Análise do Discurso, é que ele propôs uma forma de reflexão sobre a linguagem que aceita o desconforto, a falha, o equívoco como constituintes da linguagem sem buscar ajeitar nas evidências e nos lugares já feitos. Como afirma Orlandi (2012), “Ele exerceu com sofisticação e esmero a arte de refletir nos entremeios”.

Sob a ótica do político, a Análise do Discurso surge como uma perspectiva de intervenção, de transformação cujo objetivo principal deseja combater o excesso do formalismo linguístico vigente nesse período. Ainda, a AD objetiva desarticular a automação da linguagem que a linguística realizava. Assim, a AD abre um novo paradigma, questionando o interior da linguística, realizando deslocamentos sob os conceitos de língua, historicidade e sujeito, os quais foram marginalizados pelas correntes em voga na época.

Em 1969 há o marco inaugural da Análise do Discurso, pois é neste ano que Pêcheux publica a Análise Automática do Discurso (AAD) e ocorre em concomitância o lançamento da revista *Langages*, que fora organizada por Jean Dubois. Essas publicações resgatam o sujeito que outrora fora excluído.

O quadro epistemológico geral da Análise Automática do Discurso (AAD) reside na articulação de três regiões do conhecimento científico: o materialismo histórico,<sup>11</sup> a

---

<sup>11</sup> Teoria das formulações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p.163).



linguística<sup>12</sup> e a teoria do discurso<sup>13</sup>. Essas três regiões são atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade que apresenta natureza psicanalítica. (PÊCHEUX; FUCHS, 1975). Dessa forma, os pressupostos teóricos formulados por Pêcheux não se alojam em regiões já categorizadas do conhecimento, mas nos interstícios disciplinares, nos frestas, nas lacunas que as disciplinas deixam à mostra em suas articulações contraditórias e é aí que a AD vai trabalhar, na (des)construção e na compreensão de seu objeto de estudo: o discurso. Não é possível pensar em discurso sem falar em sujeito, passamos então a essas definições.

## 2.1 Sujeito, forma-sujeito e posição- sujeito

*Ao voltar-se para si mesmo, o homem acaba por ter de conhecer  
profundamente todas as outras coisas.*

Eni Orlandi

Iniciamos a construção de nosso olhar sobre a produção de Josué Guimarães com um conceito fundamental para a Análise do Discurso, o conceito de sujeito. Sob a forma de uma abordagem teórica materialista do funcionamento das representações e do *pensamento* nos processos discursivos, veremos o exame da relação do sujeito com aquilo que o representa, uma teoria da identificação e da eficácia material do imaginário.

Pêcheux, no decorrer da obra *Semântica e Discurso*, revisita os conceitos de ideologia desenvolvidos por Marx e Althusser e traça os contornos com os quais a AD vai trabalhar. De Althusser, Pêcheux retoma a tese de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos e a de que “o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão” (PÊCHEUX, 1995, p.129).

Ao revisitar as teses de Althusser, Pêcheux, como já escrevemos anteriormente, não realiza um trabalho inovador com o conceito de ideologia, mas faz um deslocamento de sentidos. Das obras de Marx, *A Ideologia Alemã* e *O Capital*, advém a visão do materialismo histórico, que compreende a história real dos homens com base nas condições materiais nas quais viviam as pessoas naquele período. É através do materialismo histórico que podemos compreender que as mudanças históricas são resultado de longos e lentos processos que envolvem as esferas social, econômica e política, alicerçados nos modos de produção e pelas

---

<sup>12</sup> Teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p.163).

<sup>13</sup> Teoria da determinação histórica dos processos semânticos (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p.164).

relações de trabalho. Ainda, de Althusser, Pêcheux retoma a noção de que as classes sociais atuam na manutenção perpetuando a ideologia, através dos AIE, uma vez que é por meio dessas instituições que são colocadas em jogo práticas as quais são associadas a lugares ou relações de lugares que remetem à relação de classe.

Embasado nos apontamentos teóricos desenvolvidos por Marx e Althusser, Pêcheux rearticula o conceito de ideologia, buscando evidenciar o importante papel que a ideologia representa no processo de produção de sentidos. Dessa forma, os postulados pechêuxtianos propõem a inseparabilidade da ideologia e do discurso, sendo assim, de acordo com a AD, deve-se conceber o discurso como um dos aspectos materiais daquilo que chamamos de materialidade ideológica, portanto, a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico. Pêcheux, através desse movimento de ressignificação, amplia as fronteiras da própria ciência da linguagem, uma vez que defende que a ideologia é constitutiva tanto do sujeito quanto da própria língua. Nessa perspectiva, se faz pertinente revisar quatro pontos importantes trabalhados por Pêcheux (1995, p. 144-146) em *Semântica e Discurso*, são eles:

- 1) a ideologia não é homogênea, única e particular, não se impõe de maneira igual à sociedade, como espaço anterior à luta de classes;
- 2) a realização da ideologia da classe dominante não se dá de forma pacífica no interior dos AIEs. Assim, é impossível atribuir a cada classe sua ideologia, uma vez que não se vive previamente a luta de classes;
- 3) os aparelhos ideológicos do Estado não são a expressão da dominação da ideologia dominante, mas são o lugar e o meio de realizações, ou seja, é através da instalação dos AIEs que a ideologia da classe dominante se realiza e é realizada, tornando-se dominante; logo, a ideologia da classe dominante se utiliza dos AIEs para perpetuar-se, reafirmar-se e atrair novos adeptos;
- 4) os AIEs são simultânea e contraditoriamente o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção. Dessa forma, todos os aparelhos ideológicos do Estado contribuem igualmente para a reprodução/trans transformação das relações de produção.

Assim, na perspectiva da Análise do Discurso, considera-se que o sujeito é duplamente afetado, pois sofre interferência em seu funcionamento individualizado pelo inconsciente e em seu funcionamento social, pela ideologia. Vale salientar, ainda, que o sujeito se define historicamente. A produção de sentidos é, também, afetada pela posição que o sujeito ocupa no meio social. É no jogo entre a língua e a história que, ao produzirmos sentidos, nos constituímos como sujeitos. Portanto, a partir do momento que nós, enquanto

produtores da linguagem, nos identificamos com práticas discursivas pertencentes a determinadas formações discursivas, concordamos com esses pensamentos e opiniões. A esse acontecimento chamamos de interdiscurso. É dessa maneira que nos filiamos às redes de sentidos e nos identificamos com os processos de significação.

O sujeito se constitui no discurso, a partir do efeito de sentido produzido entre os locutores. Sujeito e sentido se configuram ao mesmo tempo e é nisto que se desenvolvem os processos de identificação. Pêcheux (1975), ao pensar no discurso, fala em forma-sujeito. A relação da forma-sujeito com a linguagem é constituída da ilusão de que o sujeito é a fonte do que diz quando, na realidade, ele retoma sentidos preexistentes e inscritos em formações discursivas determinadas. No dizer de Indursky (1998, 115), “na instância do discurso, o sujeito é percebido a partir de lugares socialmente determinados. Por outro lado, sendo o sujeito social, perde necessariamente suas características individualizadoras”. Ainda, na mesma obra, encontramos um aprofundamento de Indursky acerca das concepções de Pêcheux (1975), quando estabelece que:

O indivíduo, ao ser interpelado ideologicamente em sujeito, identifica-se imaginariamente com a “forma-sujeito” de uma “formação discursiva”\_ entendida como o domínio de saber constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode ser dito, mas também, o que não pode ser dito (2000, 70-71).

O sujeito em Pêcheux desde os seus primeiros postulados é social e não tomado em sua condição linguística e/ou individual, aqui já evidenciamos uma oposição às definições acerca do sujeito na perspectiva linguística do estruturalismo, uma vez que esta exclui o social. Em 1975, Pêcheux em coautoria com Cathérine Fuchs, delineia mais um traço importante para a definição de sujeito na AD. A partir de então se passou a falar em “uma teoria da subjetividade, de natureza psicanalítica”, passando o sujeito da Análise do Discurso a ser concebido além de social, como também a ser dotado de inconsciente, o que permite que atue sob o efeito de dupla ilusão: pensar ser a origem do que diz e ser responsável pelo seu discurso. Conforme Pêcheux (1995, p.129), as ideologias não têm suas origens nos sujeitos, elas constituem os indivíduos em sujeitos. A ideologia é, portanto, constitutiva do sujeito.

Nesse sentido, também é necessário conhecer os postulados da AD no que se refere às definições de ideologia e formação discursiva.

No que se refere à ideologia, em estudos anteriores, Pêcheux, sob o pseudônimo de Thomas Herbert (1995), defende a concepção de uma dupla forma da ideologia, postulando a

respeito de dois processos: a ideologia que se refere ao *processo de produção*, que, segundo Herbert, deve ser chamada de *efeito de conhecimento ideológico de tipo “A”*; e uma segunda, que, segundo o referido autor, consiste nas relações sociais de produção, sobre as quais se pode afirmar que nelas a ideologia tem por função fazer reconhecer aos agentes da produção seu lugar no interior dela, sobre o que Herbert denomina, como efeito desse mecanismo, de *efeito de conhecimento ideológico do tipo “B”*.

Herbert (1995, p.68) formula dois conflitos essenciais nessa concepção. Conforme postula o autor, a ideologia A é descrita como uma reorganização de elementos e a ideologia B como um mecanismo. Ele questiona quais garantias essa maneira heterogênea de conceber a ideologia pode afirmar, ou seja, questiona a possibilidade de garantir a sua validade. Segue dizendo que não é possível afirmar se há reorganização de elementos em A e que de fato exista um mecanismo reorganizador. Destaca ainda que se existe um mecanismo que funciona em B, esse pode atuar sobre elementos, quaisquer que sejam. E, na sua segunda indagação, salienta que poder-se-ia criticar com facilidade essas duas formas puras de ideologia, contudo, observa que na realidade encontramos sempre formas mistas. Respondendo a essa questão, admite que encontramos o religioso, o técnico, o jurídico tanto em A quanto em B e que a diferença não repousa tanto sobre os elementos colocados em jogo quanto sobre a forma do seu agenciamento. Pretendemos em nossas análises demonstrar como esse processo acontece.

De acordo com Pêcheux e Fuchs (1997), o sujeito é social e dotado de inconsciente e, por causa disso, atua sob duas ilusões, quais sejam: o sujeito é a fonte de seu dizer e o sujeito é responsável pelo que diz. Essas ilusões se realizam por meio de dois esquecimentos, que Pêcheux e Fuchs (1997, p. 117) ressaltam como os causadores das ilusões do sujeito e se diferem profundamente um do outro.

Constata-se, como efeito, que o sujeito *pode penetrar conscientemente* na zona do nº2 e que ele o faz em realidade constantemente por um retorno de seu discurso sobre si, uma antecipação de seu efeito, e pela consideração da defasagem que aí introduz o discurso de um outro. Na medida em que o sujeito se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar “o que pensa” e formulá-lo mais adequadamente, pode-se dizer que esta zona nº2, que é a dos *processos de enunciação*, se caracteriza por um funcionamento do tipo pré-consciente/consciente. Por oposição, o esquecimento nº1, cuja zona é inacessível ao sujeito, precisamente por esta razão, aparece como constitutivo da subjetividade na língua. Desta maneira, pode-se adiantar que este recalque é de natureza do inconsciente, no sentido em que a ideologia é constitutivamente inconsciente dela mesma (grifos dos autores).

Com base nos apontamentos de Pêcheux e Fuchs, é possível inferir que a diferença primordial entre os dois esquecimentos está no fato de o esquecimento número um ser da

ordem do inconsciente, enquanto que o conhecimento número dois é da ordem do pré-consciente/consciente. Para ilustrar melhor, recorreremos à lição de Orlandi (1993, p.107) para explicar como se realizam as ilusões do sujeito por meio dos dois esquecimentos:

[...] essa ilusão se realiza por dois esquecimentos: a) o de que o discurso não nasce no sujeito, por isso, os sentidos não se originam nele; b) o de que ao longo do seu dizer se formam famílias parafrásticas com que ele poderia dizer mas vai rejeitando para o não-dito, e que também constitui o seu dizer (enquanto margens).

Dessa forma, destaca Orlandi (1993) que a ilusão de o sujeito ser a fonte do que diz, ser a origem de seu discurso, ilusão da onipotência do sentido, ou seja, de que o discurso significa o que o sujeito quer, é originária do esquecimento número um. Do esquecimento número dois, por sua vez, se origina a ilusão da realidade de seu pensamento, isto é, a onipotência do sentido, o discurso tem apenas o sentido X e não pode haver outros sentidos.

## **2.2 Formação imaginária, formação ideológica e formação discursiva**

Sabedores de que as condições de produção, bem como de que a ideologia à qual o sujeito é exposto em sua formação, se faz relevante destacar, aqui, alguns preceitos teóricos sobre as formações imaginária, ideológica e discursiva, na tentativa de compreender como essas atuam sobre a concepção do sujeito.

### **2.2.1 Formação imaginária**

O conceito de formação imaginária, proposto por Pêcheux (AAD-69), pressupõe três categorias: i) a antecipação, que indica a presença de um enunciador que idealiza uma figura mental (representação imaginária) de seu interlocutor e, através dessa figura mental, estabelece as condições de produção das quais poderá se utilizar e estabelecer suas estratégias discursivas; ii) os lugares sociais que os sujeitos enunciadorees ocupam e que determinam as relações de força no discurso, ou seja, aquele que ocupa o lugar social de maior prestígio e poder possui, em tese, maior força no processo discursivo; e iii) as relações de sentido, que estabelecem interdiscursividades com outros textos, uma vez que os discursos estão em contato constante uns com os outros.

Essas categorias são derivadas de um vetor que trata de representações imaginárias das diferentes instâncias do processo discursivo, acrescentando a esse respeito que as diversas formações de processos discursivos anteriores, provenientes de outras condições de produção que não estão mais em funcionamento, mas originaram o nascimento de “tomadas de posição”, implicitamente garantem a possibilidade do processo discursivo em foco. Observemos a seguinte ilustração que indica o funcionamento dos processos discursivos e a atuação das formações imaginárias, lembrando que A e B designam os lugares “que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de si, de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1997, p. 82) Segundo Pêcheux (1997, p. 83), todo processo discursivo supõe a existência das seguintes formações imaginárias:

- IA(A): Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A - Quem sou eu para lhe falar assim?
- IA(B): Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A - Quem é ele para que eu lhe fale assim?
- IB(B): Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B - Quem sou eu para que ele me fale assim?
- IB(A): Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B - Quem é ele para que me fale assim?

Assim, verificamos que nos mecanismos de toda formação social há regras de projeção responsáveis por estabelecer as relações entre as situações discursivas e as posições dos diferentes participantes. Dessa forma, as relações imaginárias podem ser consideradas como a maneira pela qual a posição dos participantes do discurso intervém nas condições de produção do discurso.

Essas proposições pecheutianas se opõem à tese “fenomenológica”, que colocaria a apreensão perceptiva do referente, do outro e de si mesmo como *condição pré-discursiva do discurso*, supondo que a percepção é sempre atravessada pelo “já ouvido” e “o já-dito”, por meio dos quais a substância das formações imaginárias constitui-se.

Cabe ressaltar que o conceito de formação imaginária apoiado em representações mentais acerca daquilo que o interlocutor simboliza do mundo real, as suas funções neste mundo, o lugar social que ocupa e quais discursos conhece ou desconhece se manifesta com base em sujeitos empíricos, mas apoiado em representações mentais do que possivelmente aquele interlocutor simbolizaria no mundo real, ou seja, quais suas funções neste mundo, qual o lugar social ocupado por este indivíduo, quais discursos ele já conhece ou desconhece. A formulação acerca das formações imaginárias somada às condições de produção do discurso

determina a linguagem a ser utilizada, as ideias presentes, a intensidade e a agressividade do discurso e todos esses fatores dependerão da imagem mental que o enunciador formou de seu interlocutor. A formação imaginária, podemos assim dizer, é dialógica, pois ocorre em ambos os lados (o emissor compõe a imagem do receptor que, por sua vez, também forma determinada opinião sobre o emissor).

Há que se enfatizar que o papel da formação imaginária, sem desconsiderar a importância dos outros conceitos que compõem a teoria de Pêcheux, é decisivo e determinante para o sucesso do discurso. Assim, consideramos oportuno apresentarmos os postulados da AD no que se refere aos conceitos de formação ideológica e formação discursiva. Conceitos esses que estabelecem relações com as formações imaginárias.

### 2.2.2 Formação ideológica e formação discursiva

Sabendo que as relações de classe caracterizam-se pelo confronto no interior dos aparelhos por meio de posições políticas e ideológicas, as quais não constituem o modo de ser dos indivíduos, mas organizam formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação, abordamos o conceito de formação ideológica para definir um elemento capaz de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica que caracteriza uma formação social em um dado momento. Dessa forma, cada formação ideológica gera um complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas que se relacionam mais ou menos de maneira direta com as posições de classes em conflitos umas com as outras.

Considerando que a AD busca os efeitos de sentido, isto é, realiza um trabalho que desvenda o modo como as palavras significam através de gestos de interpretação, temos, em Pêcheux (1975), a afirmação de que as palavras, com gestos de interpretação, expressões e proposições proferidas pelos sujeitos mudam de sentido segundo as posições mantidas pelos que as empregam, o que quer dizer que elas significam em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

Sabemos que é a ideologia que interpela os indivíduos em sujeito de seu discurso, no entanto, vale destacar que essa interpelação ocorre por meio de um conjunto complexo determinado de formações ideológicas, que desempenham em cada fase da história da luta de classes, um papel desigual na reprodução/transformação das relações de produção em virtude de suas características regionais e de suas características de classe. São essas características



que permitem que as formações discursivas intervenham nas formações ideológicas enquanto componentes (PÊCHEUX; FUCHS, 1997). Com base nessa afirmação, verifica-se a impossibilidade de haver prática sem ou livre de ideologia, do mesmo modo que não há ideologia senão para/pelo sujeito.

Como o objeto central de interesse da Análise do Discurso encontra-se nas diferentes formas de representação do sujeito, passemos então para a definição de formação discursiva inicialmente formulada por Foucault, que postula:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (2000, p. 43).

Atualmente, pela ótica da AD, a FD é vista de maneira diferente, pois Foucault distancia FD de ideologia, enquanto a AD as aproxima. De acordo com Orlandi (2010), as FDs são a projeção, na linguagem, das formações ideológicas, ou seja, FD é aquilo que, numa formação ideológica dada, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito. As palavras, proposições e expressões recebem seu sentido da FD na qual são produzidas e os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes pelas FDs que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes.

Sendo assim, da mesma forma que o discurso é a materialidade específica da ideologia, a língua é a materialidade específica do discurso. Isso é, se uma proposição, uma palavra, uma expressão se constitui pela sua inserção em uma FD e não em outra, ela não terá um sentido que lhe seja próprio, vinculado à sua literalidade, mas o sentido que adquire da sua inserção na FD. Da mesma maneira, na AD, palavras, expressões e proposições literalmente diferentes podem, no interior de uma mesma FD, ter o mesmo sentido.

A partir do reconhecimento de que a FD é o lugar de constituição do sentido, tem-se que toda a FD dissimula, pela transferência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao todo complexo com a dominante das FDs imbricado no complexo das formações ideológicas. Esse todo complexo dominante das FDs configura interdiscurso, o qual também se submete à lei da desigualdade-contradição-subordinação (PÊCHEUX, 1995).

Segundo Pêcheux (1988), a formação discursiva corresponde há um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito. Tal afirmação nos permite dizer que é



por meio da relação que o sujeito estabelece com a formação discursiva que é possível chegar ao funcionamento do sujeito com o discurso. Ainda, referindo-se à relação do sujeito com a formação discursiva, Pêcheux afirma que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)” (PÊCHEUX, 1988, p.161).

Num momento posterior, Pêcheux e Fuchs (1995) retomam, na AAD 75, os postulados acerca do conceito de formação discursiva, esclarecendo que esta é componente das formações ideológicas, o que significa que as FDs materializam o ideológico presente nas formações sociais, nas relações dos sujeitos com o mundo. Dessa forma, a ideologia está presente internamente ao funcionamento do discurso, logo, constitui a tudo e a todos, pois, como já explicitamos anteriormente, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que produza seu dizer, o qual, por sua vez, também está repleto de ideologia.

Embora já tenhamos mencionado que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos de seus discursos, cabe destacar que essa interpelação se realiza por meio de um conjunto complexo determinado de formações ideológicas, as quais desempenham, em cada fase da história da luta de classes, um papel desigual na reprodução e na transformação das relações de produção em virtude de suas características regionais e de suas características de classe. São essas características que fazem com que as formações discursivas intervenham nas formações ideológicas enquanto componentes (PÊCHEUX; FUCHS, 1997). É por essa razão que a AD postula não ser possível haver prática sem ou livre de ideologia, do mesmo modo que não há ideologia senão por e para o sujeito.

Esses sujeitos estão, obrigatoriamente, inseridos nas relações sociais de classe, as quais se caracterizam pelo confronto que se dá no interior dos AIE por meio das posições ideológicas e, conseqüentemente, das políticas assumidas. Tais posições não constituem o modo de ser dos indivíduos, mas organizam FIs que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação. Portanto, cada FI forma um complexo de atitudes e representações que se relacionam mais ou menos de maneira direta com as posições de classes em conflitos, as quais não são nem individuais nem universais.

A AD parte da superfície linguística de um discurso que pertence ao *corpus* para encontrar o objeto discursivo para, por fim, chegar ao processo discursivo. Pêcheux e Fuchs (1997, p. 181) definem processo discursivo como sendo:

[...] entendido como o resultado da relação regulada de objetos discursivos correspondentes a superfícies linguísticas que derivam, elas mesmas, de condições de produção estáveis e homogêneas. Esse acesso ao processo discursivo é obtido por uma de-sintagmatização que incide na zona de ilusão-esquecimento nº1.

Portanto, o processo discursivo consiste no sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos em uma FD dada.

### **2.3 A heterogeneidade da posição-sujeito e da formação discursiva**

Conforme Pêcheux (1988, p.192), uma ideologia não é idêntica a si mesma, só existe sob a modalidade da divisão e não se realiza a não ser na contradição à unidade e à luta dos contrários. Afirma ainda que a ideologia trata de pensar na contradição de dois mundos em um só. Indursky (2000, p.74-75) ressalta que com essa definição Pêcheux introduz a diferença e a divisão como características da ideologia, logo, a analista do discurso reafirma o caráter da heterogeneidade e da contradição pertencentes à ideologia. Essa constatação nos permite afirmar que há um entrelaçamento entre os postulados de Pêcheux e Herbert, estando ambos em concordância. Destaca ainda a analista de discurso que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos sem que eles percebam que são interpelados por ela.

Como o objeto central de interesse da Análise do Discurso encontra-se nas diferentes formas de representação do sujeito, torna-se importante voltar o olhar para a definição de formação discursiva, já apresentada por nós que, segundo Pêcheux (1988), corresponde a um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito. Tal afirmação nos permite dizer que é por meio da relação que o sujeito estabelece com a formação discursiva que é possível chegar ao funcionamento do sujeito com o discurso. Ainda, referindo-se à relação do sujeito com a formação discursiva, Pêcheux afirma que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação [do sujeito] com a formação discursiva que o domina [isto é, na qual ele é constituído como sujeito]” (PÊCHEUX, 1988, p.161).

Na concepção de Indursky, temos mais a considerar acerca da definição de FD pelo olhar da AD:

[...] se a ideologia não é idêntica a si mesma, a formação discursiva, pela mesma razão, também é, ao mesmo tempo, idêntica e dividida. Isto significa que seu domínio de saber comporta a igualdade, mas também abriga a diferença e a divergência, resultando daí a contradição que impede a instauração da homogeneidade e da unicidade de saberes da formação discursiva (2000, p.75).

Essa afirmação nos permite inferir que a formação discursiva possui, também, entre outros aspectos, a heterogeneidade como característica, uma vez que é concebida como dividida e que abriga a diferença. Retomando a noção de sujeito verificamos a seguinte afirmação de Pêcheux: “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é na qual ele é constituído como sujeito)” (1988, p. 163). Na concepção pecheutiana é a forma sujeito que regula o que pode e deve ser dito. Indursky acrescenta: é “o que não pode ser dito e também o que pode mas convém que não seja dito no âmbito de uma determinada formação discursiva” (1997, p.215, apud INDURSKY, 2000). Ou seja, conforme o assujeitamento do sujeito pela ideologia da formação discursiva dominante é que seu discurso passa a ser regulado/controlado. A título de ilustração, podemos exemplificar, com *Dona Anja*, que não é admissível um membro da Arena (Partido do Prefeito Chico Salena) pronunciar um discurso pró divórcio, pois, uma vez sendo um integrante desse partido, deve reproduzir a ideologia dominante que organiza e regula os dizeres, seus e dos outros membros, tornando inadmissível que um componente seu se manifeste publicamente a favor do divórcio, visto que a posição da Arena na esfera nacional era contra a aprovação da emenda que regulamentava o tema. Após esses apontamentos acerca do conceito de formação discursiva, daremos continuidade ao nosso percurso teórico. Na sequência, dedicaremos nossa atenção aos conceitos de autor, função-autor e autoria.

## 2.4 Autor, função- autor e autoria

*A linguagem conhece um sujeito, não uma pessoa.*

Barthes

O desenvolvimento da noção de autor sofre transformações ao longo dos séculos XVII e XVIII. É desse percurso que trataremos agora, iniciando pelos preceitos desenvolvidos por Foucault até chegarmos à concepção adotada pela AD em relação ao autor. Esse percurso

é de suma importância uma vez que o entendimento e a apropriação desses preceitos são fundamentais para a realização das análises que apresentaremos.

#### 2.4.1 O Desenvolvimento dos Conceitos de Autor e Autoria

Iniciamos a nossa trajetória acerca dos postulados que compõem o conceito de autor pelas proposições feitas por Foucault.

Foucault expõe a tese de que o autor é uma função que permite organizar o universo dos discursos considerando que a ausência é o lugar primeiro do discurso. Essa tese foi apresentada na conferência realizada no dia 22 de fevereiro de 1969 à *Société Française de Philosophie* com o título *Qu'est-ce qu'un auteur?*

O filósofo inicia afirmando que a noção de autor constitui o momento forte da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia e na das ciências. Por isso, o autor é a primeira unidade sólida e fundamental de uma obra, o restante é secundário para Foucault. Isso implica dizer que o homem e a obra são o alvo da crítica, já que a relação do texto com o autor implica a maneira como o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, ao menos na aparência.

Um nome de autor não é simplesmente um elemento de um discurso, esse nome exerce, de acordo com a concepção foucaultiana, certo papel que assegura uma função classificativa, um nome tal que permite organizar, determinar, reagrupar, selecionar e opor um determinado número de textos. O nome de autor faz com que os textos se relacionem entre si. Aqui queremos evidenciar, a título de ilustração e curiosidade, que essa característica apontada por Foucault pode ser observada nas obras de Josué Guimarães, pois, conforme afirma o filósofo francês, o nome do autor serve para caracterizar certo modo de ser do discurso. Importa destacar, no entanto, que o nome do autor não está situado no estado civil dos homens nem na ficção da obra, todavia situa-se na ruptura que instaura certo grupo de discursos e no seu modo singular. Em uma civilização como a nossa, certa quantidade de discursos são providos da função “autor” enquanto que outros discursos não o são<sup>14</sup>. Assim, a função autor é uma característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade:

---

<sup>14</sup> São exemplos de discursos desprovidos da função do autor: uma carta privada, um contrato, um texto anônimo que se lê na parede de uma rua. Todos podem ter um signatário, um fiador ou um redator sem que necessariamente haja um autor.

A função-autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos; não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários “eus” em, simultâneo, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem ocupar (1969, p. 56-57).

A AD delinea o autor de maneira diferente da descrita por Foucault, no entanto é valido destacar que Pêcheux e Foucault, assim como Marx e Freud, têm em comum o fato de não serem apenas autores de suas obras, mas a formação e a atuação em outros textos, ou seja, a interação com outros autores que ocupam uma posição transdiscursiva. Isso ocorre porque são autores de uma categoria arbitrária que Foucault chamou de “fundadores da discursividade”. Isso quer dizer que Marx e Freud, assim como Pêcheux e Foucault, como “instauradores de discursividade”, não só tornaram possível um significativo número de analogias como também possibilitaram que fossem destacadas diferenças abrindo espaço para questão diferente da postulada por eles, mas que, de certa forma, pertence ao que eles fundaram.

Pêcheux trabalha a questão do autor pelo viés das práticas discursivas tanto no domínio das ciências<sup>15</sup> como no da política (domínios não justapostos mas articulados).

O que Pêcheux quer esclarecer é o fato de que não há “discurso da ciência” ou mesmo “discurso de uma ciência”, pois, segundo ele, todo discurso é discurso de um sujeito descartando aqui o sentido behaviorista de comportamento discursivo de um indivíduo, mas afirmando que todo discurso funciona com relação à forma-sujeito, ao passo que o processo de conhecimento é “um processo sem sujeito”. Para resumir, Pêcheux enumera três pontos cuja reunião constitui um paradoxo incompreensível do ponto de vista idealista, já que eles compõem a base de uma posição materialista:

- 1) o processo de produção dos conhecimentos é um processo sem sujeito, isto é, um processo pelo qual o sujeito, como tal, está ausente;
- 2) o processo de produção dos conhecimentos se opera através das tomadas de posição (“demarcações” etc.) pela objetividade científica;
- 3) o processo de produção dos conhecimentos é um “corte continuado”, ele é, como tal, coextensivo às ideologias teóricas, das quais ele não cessa de

---

<sup>15</sup> Distingue-se um duplo sistema de referência para a prática científica e para a prática política, com uma remissão perpétua entre os significantes do conhecimento e os da política.

separar, de modo que é absolutamente impossível encontrar um puro “discurso científico” sem ligação com alguma ideologia.

Esse paradoxo que estabelece a luta entre o materialismo e o idealismo é uma luta sem fim e a única forma de esclarecer essa confusão é reconhecer que:

Na raiz dessa confusão está, finalmente, a ideia de que existe um *discurso da ciência*, isto é, um discurso do sujeito da ciência cuja característica seria a de que esse sujeito está apagado nela, isto é, presente por sua ausência, exatamente como Deus sobre esta terra no discurso religioso (PÊCHEUX, 1995, p.198).

Isso significa dizer que as ciências não podem expelir, de forma alguma, a Filosofia, uma vez que toda ciência supõe em seu desenvolvimento concreto uma tomada de posição pela objetividade. Pêcheux afirma que é impossível permanecer acreditando, mantendo por mais tempo a “evidência” segundo a qual é o homem, o sujeito, a atividade humana que produz os conhecimentos científicos, pois não é o Homem que produz os conhecimentos científicos, são os homens em sociedade e na história, isto é, a atividade humana social e histórica. Isso implica dizer que “todo o indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se, se revestir da forma de sujeito, ou seja, a forma sujeito é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (p.183).

As discursividades produzidas por Foucault e Pêcheux permitiram a outros autores a formulação de outros textos por meio da transdiscursividade. Assim, Orlandi, ocupando uma posição transdiscursiva, dedica-se a estabelecer uma noção de autor. Orlandi (2010) explica: assim como temos um sujeito para o discurso, temos um autor para o texto. A noção de autor se constitui enquanto uma das funções da noção de sujeito. A função- autor é responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto, produzindo, dessa forma, um efeito de continuidade do sujeito. Esse efeito se realiza quando o produtor de linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência e fim. Sendo assim, mesmo não instaurando discursividade, o autor produz um lugar de interpretação em meio a outros. Logo, o sujeito se constitui em autor na medida em que aquilo que produz se torna interpretável, isto é, na medida em que inscreve suas formulações no interdiscurso historiciza o seu dizer. É na representação do sujeito como autor que a sua relação com a linguagem está mais sujeita ao controle social.

Assim sendo, podemos afirmar que o autor é aquele que estabelece uma relação entre o seu interior e o meio externo, é o sujeito que pelo domínio dos mecanismos discursivos por meio da linguagem, representa nela esse papel, o qual está inserido na ordem social.

Em Orlandi (2000) temos que o autor é a função que o “eu” assume enquanto produtor de linguagem ainda, a analista de discurso responde à indagação a respeito do que é ser autor afirmando que é atuar no que define a passagem do sujeito enunciativo para sujeito autor. Portanto, a identidade de autor se constrói quando o sujeito, na posição de autor, reconhece uma exterioridade sobre a qual deve referir-se e, ao mesmo tempo, remete à sua interioridade. Sendo assim, o processo da autoria ocorre quando há a articulação entre exterioridade e interioridade, sendo o autor aquele que, tendo domínio de certos mecanismos escritos, representa pela linguagem o papel na ordem do que está escrito, assumindo a responsabilidade por aquilo que diz. Cabe ressaltar que apenas o dizer não basta para que se constitua a autoria, é necessário que o sujeito se insira na cultura, assuma uma posição no contexto histórico e social, assumindo o papel social na sua relação com a linguagem (ORLANDI, 2000).

Outra autora que, assim como Orlandi, ocupa uma posição transdiscursiva, é Solange Gallo. Esta analista de discurso postula acerca do processo de autoria afirmando que a inserção do sujeito na cultura implica sua posição no contexto histórico-social, que também é construção, consiste, exatamente, na inserção em um discurso legitimado e na elaboração de um sentido único, desambiguizado e coerente.

A assunção da autoria pelo sujeito, ou seja a elaboração da Função-Autor consiste, em última análise, na assunção da “construção” de um “sentido” e de um “fecho” organizadores de todo texto. Esse “fecho” apesar de ser um entre tantos outros possíveis produzirá para o texto, um efeito de sentido único como se não houvesse outro possível. Ou seja, esse “fecho” torna-se “fim” por um efeito ideológico produzido pela “instituição” onde o texto se inscreve: o efeito que faz parecer “único” o que é “múltiplo”, “transparente” o que é “ambíguo” (GALLO, 1992, p.58).

Em síntese, de acordo com Gallo, a autoria ocorre quando o sujeito se constitui na formação discursiva dominante de um discurso legitimado, que pode ser o discurso da escola, da igreja, do Estado etc. Portanto, podemos inferir que o processo de autoria e constituição do sujeito em sujeito-autor é influenciado e determinado pelas formações imaginárias, pelas formações ideológicas e pelas formações discursivas, além do interdiscurso e das condições de produção. Tudo isso, destaca-se, se dá pelo viés da ideologia, que interpela os indivíduos em sujeitos.

Todos os conceitos que abordamos nesse capítulo são importantes para as análises que desenvolveremos no próximo. As sequências discursivas que selecionamos ilustram o

funcionamento da ideologia, das formações imaginárias, das formações discursivas que atuam no funcionamento dos discursos e na constituição do sujeito em sujeito-autor.



### 3 CONFRONTO DISCURSIVO E AUTORIA NA PRODUÇÃO DE DONA ANJA

A Análise do Discurso quando considera as condições de uso da linguagem, busca apreender a singularidade desse uso procurando estabelecer os limites entre um discurso e outro, isso ao mesmo tempo em que visa construir uma generalidade, ou seja, a inserção do uso particular desse discurso em um domínio comum. Esses objetivos um tanto contraditórios revelam, à primeira vista, um dilema na constituição do objeto da análise de discurso. Orlandi (2011) coloca a necessidade metodológica do estabelecimento de um ou vários gêneros do discurso. Segundo a autora, o tipo, em análise de discurso, tem a mesma função classificatória, metodológica, que têm as categorias na análise linguística como princípio organizador: primeiro passo para a possibilidade de se generalizarem certas características, se agruparem certas propriedades e se distinguirem classes. Essa possibilidade, independente da sistematização, está inscrita na própria definição de discurso e na sua inserção ideológica. Conforme já abordamos anteriormente, a formação discursiva caracteriza-se pela sua relação com a a formação ideológica e toda FD deriva de condições de produção específicas (Pêcheux, 1975), isso implica obrigatoriamente na relação dos processos discursivos com o sujeito. Tais processos não se originam necessariamente no sujeito, contudo, nele se realizam. Surge, daí, o fato de considerar a intertextualidade a relação de um discurso com outros discursos existentes, assim como a relação de um discurso com outros discursos possíveis. Orlandi (2011) afirma que isso é possível, considerando não os discursos fechados em si mesmos, nem como propriedades de um locutor observando fora de qualquer determinação histórico-social, mas considerando os discursos como estados de um processo discursivo. Em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto do discurso é que a AD vai chamar de condições de produção do discurso, ou seja, a sistematização deriva da relação com a exterioridade.

Essa exterioridade que a AD chama de condições de produção inclui fatores tanto de situação imediata quanto de situação de enunciação, em sentido lato e sentido estrito, isto é, respectivamente, contexto da situação e os fatores do contexto sócio-histórico e ideológico. Pensar de maneira sistêmica sobre o objeto da análise do discurso implica refletir acerca da tipologia e do estatuto das diferentes espécies de contexto. A forma mais abrangente de estabelecer uma tipologia, conforme a perspectiva da AD, é a que inclui a referência ao

contexto no sentido lato. Nessa perspectiva, nossa posição enquanto analista de discurso é de que todo o discurso deve necessariamente ser referido a uma formação ideológica, ou seja, deve-se estabelecer a relação entre o discurso e a ideologia. Seguindo em conformidade com essa perspectiva é que desenvolvemos a nossa pesquisa.

A seleção da obra literária para uma análise discursiva tem como objetivo apresentar à Academia a possibilidade de integração entre a literatura e os estudos linguísticos, uma vez que este trabalho propõe uma análise discursiva em uma obra literária, pois analisaremos “discursos de determinadas personagens”, estabelecendo a sua relação com o exterior de modo a elucidar como ocorrem os processos de autoria e de constituição do sujeito em sujeito-autor.

Os procedimentos metodológicos baseiam-se na seleção da obra literária, a novela *Dona Anja*, de Josué Guimarães, na escolha de uma das versões datiloescritas da narrativa (optamos pela versão datiloescrita que apresenta as alterações manuais do autor no corpo do texto datilografado). Na sequência, elegemos a primeira edição da obra para cotejarmos a materialidade discursiva dessas duas versões. A seguir, com base nas versões escolhidas e nos materiais disponíveis no ALJOG/UPF formamos um arquivode materiais coletados no acervo e para então delimitarmos o *corpus*. Devido ao grande número de documentos contido em nosso arquivo realizamos recortes que foram organizados em sequências discursivas (Sds). Posteriormente, elaboramos uma legenda para trabalhar com a superfície discursiva das duas versões da obra em estudo, e, assim, proceder com as análises retomando os conceitos e as noções teóricas abordados nos capítulos anteriores. Remetemos a Orlandi (1984) que trabalha a concepção de recorte realizando um deslocamento da noção de texto utilizada pela linguística, definindo o texto como unidade de significação/ processo de significação. Para ela a noção de texto em termos de operacionalização é nuclear se instalando no domínio da significação como multiplicidade. Para isso duas passagens se fazem: em termos de operação, a passagem da segmentação para o recorte; em termos de unidades, a passagem da frase para o texto. Segundo Orlandi, o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, o recorte é um fragmento da situação discursiva. Cabe ainda ressaltar, que o recorte distingue-se do segmento porque o segmento é, simplesmente, uma unidade ou da frase ou do sintagma. No caso da segmentação, o linguista visa a relação entre unidades dispostas linearmente. O princípio sob o qual se efetua o recorte varia segundo os tipos de discurso, segundo a configuração das condições de produção, e mesmo o objetivo e o alcance da análise. Dessa forma, a autora afirma que o texto é um todo organizado de recortes, Esse todo tem o

compromisso com as tais condições de produção, com a situação discursiva. Os recorte são feitos na( e pela) situação de interlocução, aí compreendido um contexto (de interlocução) menos imediato: o da ideologia. Assim, é preciso determinar, através dos recortes, como as relações contextuais são representadas, e essa representação não será , certamente, uma extensão da sintaxe da frase. Uma análise textual pode não ser discursiva. A Análise do Discurso não é um nível diferente de análise, mas um ponto de vista diferente que se instaura o seu objeto de conhecimento, diferente da linguística imanente, pelo fato da linguística não levar em conta as condições de produção.

Remetemos a Pêcheux(1997a) que aborda a noção de arquivo. Segundo ele, entre as maneiras diferentes , ou mesmo contraditórias de ler o arquivo ( entendido no sentido amplo de “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”). Seria do maior interesse reconstruir a história deste sistema diferencial dos gestos de leitura subjacentes, na construção do arquivo, no acesso aos documentos e a maneira de apreendê-los, nas práticas silenciosas de leitura “espontânea” reconstituíveis a partir de seus efeitos na escritura:consistiria em marcar e reconhecer as evidências práticas que organizam estas leituras, mergulhando a “leitura literal” ( enquanto apreensã- do-dodumento) numa “leitura interpretativa” já que é uma escritura. Assim começaria a se constituir *um espaço polêmico das maneiras de ler*, uma descrição do “trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele-mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma”. Apoiados nos apontamentos de ORLANDI (2000) a melhor maneira de atender à questão da constituição do *corpus* é construir montagens discursivas que obedeçam critérios que decorrem de princípios teóricos da análise do discurso, face aos objetivos de análise, e que permitam chegar à sua compreensão visando mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos. Uma vez que para os estudos discursivos a metodologia não está pronta, não há um modelo de aplicação já estabelecido,os conceitos são mobilizados a partir do *corpus* e daquilo que as análises evidenciam a necessidade. Dessa forma, partimos, inicialmente, do arquivo de conceitos e noções teóricas da AD para, assim, proceder com a análise do *corpus* levando em conta que todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma do recorte determina o modo da análise e o dispositivo teórico da interpretação. As análises e comparações de *Dona Anja* visam elucidar as alterações/substituições realizadas pelo autor e, a partir destas, analisar como essas marcas evidenciam os processos discursivos e as condições de produção que influenciaram o autor na escrita do seu texto.

Sabendo que o alcance dos objetivos propostos depende da escolha adequada dos procedimentos metodológicos. A escolha dessa metodologia não é um modelo de aplicação definitivo e rígido, o que fica evidenciado no fato de que, no decorrer da pesquisa ao iniciarmos o estudo do *corpus*, surgiram necessidades de alterações.

Para que esta pesquisa se tornasse viável, apresentamos algumas etapas que foram aplicadas na metodologia escolhida. Essas etapas sofreram modificações e/ou substituições durante o andamento do trabalho. Isso significa que não aconteceram, necessariamente, na ordem aqui apresentada. Consideramos as seguintes etapas para a realização da pesquisa e construção da metodologia:

- leitura da obra *Dona Anja* editada e posteriormente leitura concomitante dos manuscritos/datiloescritos com o texto comercializado.
- visitas regulares ao acervo Josué Guimarães para a leitura e a transcrição dos manuscritos;
- investigação sobre o perfil de Josué Guimarães para compor uma sucinta biografia acerca do perfil do autor;
- pesquisa bibliográfica para aprofundamento da teoria e elaboração do embasamento teórico a ser usado nas análises;
- constatação e elaboração dos principais resultados da análise realizada a partir do *corpus* da pesquisa.

Desse modo, é necessário informar ao leitor que apresentaremos na seção seguinte, detalhadamente, as fases de nossa pesquisa e os procedimentos que foram utilizados para a seleção, a organização e a delimitação do *corpus*, atividades que, uma vez cumpridas, nos possibilitaram a realizar as análises que apresentaremos neste capítulo.

### **3.1 *Corpus* e categorias de análise**

O *corpus* de nossa pesquisa como já explicitamos anteriormente é composto de conceitos e noções teóricas trabalhadas pela AD e de dois momentos da obra literária *Dona Anja*, o primeiro correspondente à versão, datiloescrita que contém as alterações manuais do autor, e o segundo correspondente à sua primeira edição da obra, publicada em 1978. Vale salientar que ao visitarmos o acervo nos deparamos não com uma, mas com quatro versões

datiloescritas da narrativa selecionada para este trabalho de pesquisa. Há quatro caixas etiquetadas com o título “Dona Anja” e, dentro dessas quatro caixas, encontram-se abrigadas quatro versões da obra, selecionamos a primeira versão por esta conter as alterações manuais do autor ao texto que fora datilografado. A versão escolhida dos manuscritos, a primeira versão, é a única que contém alterações manuais realizadas pelo escritor. Isso comprova uma característica de Josué Guimarães, que não gostava de revisar ou de alterar o que havia escrito. Ainda, ao realizarmos um levantamento de dados sobre o autor e sobre os materiais produzidos e utilizados por Josué Guimarães ao longo de sua carreira de jornalista e de escritor, encontramos um caderno de capa dura preto no qual é possível encontrar um esboço, uma espécie de esqueleto de todas as obras que o escritor produziu. Conforme podemos observar na imagem abaixo:

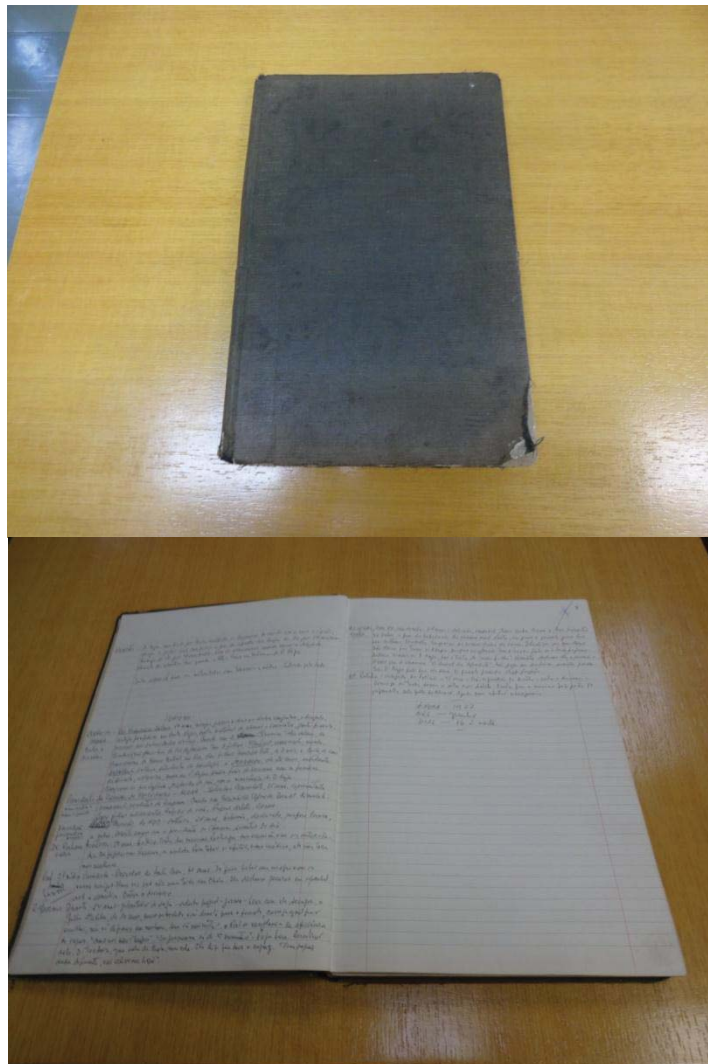


Figura 1 – Foto do caderno utilizado por Josué Guimarães no planejamento de suas obras, abaixo temos o esboço de *Dona Anja* no interior do caderno.

Informamos que não reproduzimos na íntegra o esquema organizado pelo escritor, da narrativa que estamos analisando, para garantir que nenhum documento que se encontra no ALJOG/UPF possa ser utilizado indevidamente ou sem prévia autorização. Para a realização de nossa pesquisa, solicitamos, por meio de um ofício, à Coordenação do acervo, a autorização para a realização da pesquisa bem como as instruções para o manuseio dos arquivos. O manuseio de todos os documentos se deu em conformidade com os critérios e exigências do acervo e nenhum manuscrito foi manipulado sem o uso de luvas descartáveis, cuidado que se faz necessário para a preservação dos documentos que ali estão. O acervo está aberto à comunidade e é dividido em dois ambientes. No primeiro, estão expostos alguns objetos e documentos pessoais do escritor, como passaporte, óculos, máquina de escrever, fotos e registros de atividades. Nas paredes, encontram-se pôsteres que foram produzidos por acadêmicos da UPF que desenvolvem pesquisas no acervo. No segundo ambiente estão dispostos uma mesa grande, para encontro dos pesquisadores e alunos bolsistas que atuam e cuidam do acervo, e dois terminais de computadores com acesso à internet, impressora e scanner. Ainda, há armários onde estão os arquivos datiloscritos das obras do escritor e as publicações da mídia a respeito das suas produções. Todo esse material está organizado por datas e acondicionado em caixas etiquetadas. Ressaltamos que a visitação a esse espaço é aberta à comunidade, no entanto, atividades de pesquisas devem ser previamente autorizadas e estão condicionadas à existência de vínculo institucional com a Universidade de Passo Fundo. Recentemente, a Universidade de Passo Fundo produziu um documentário sobre a vida e as obras do escritor gaúcho Josué Guimarães cujo título é *A Jornada de Josué*, trabalho de excelente qualidade, exibido pela UPF-TV, canal 4, no 3º Encontro Estadual de Escritores Gaúchos, na programação da 14ª Jornada Nacional de Literatura com a presença do Secretário estadual de Cultura, Luiz Antônio de Assis Brasil, e na 57ª Feira do Livro de Porto Alegre e , ainda exibido nas sessões Comentadas Especiais do Santander Cultural, com a presença do Secretário Municipal de Cultura, Sérgio Gonzaga. Ainda, está sendo produzida uma versão compacta desse documentário com 50 min para exibição em rede nacional pelo canal Futura. Esse material, em muitos momentos, foi utilizado como referência nesta pesquisa por conter entrevistas com familiares e amigos pessoais de Josué Guimarães.

Após delimitarmos o *corpus*, procedemos com visitas regulares ao ALJOG/UPF para uma segunda leitura da obra, no entanto, desta vez realizamos a leitura concomitante da obra publicada na primeira edição comparando-a com a primeira versão datiloscrita. Assim, cada alteração, troca ou inclusão realizada pelo autor foi anotada em uma cópia do texto da primeira edição. Feito isso, criamos uma legenda para, num momento posterior, trabalhar com



essas substituições. Na cor rosa, destacamos os elementos que não constavam na primeira versão datiloescrita, mas que foram acrescentados na primeira edição publicada. Na cor verde, destacamos as alterações lexicais, as trocas de palavras. Na sequência, definimos as legendas da seguinte forma: VO para versão original, que fora marcada em verde onde houve alteração lexical; VOI para versão original que fora incluída manualmente pelo autor, no texto depois de datilografado e que está presente no texto da primeira edição. Ainda, no decorrer do trabalho, encontramos a partir do capítulo VIII trechos que constavam na primeira versão datiloescrita e que foram subtraídos do texto da primeira edição. Esses fatos que levantamos das inclusões foram inicialmente trabalhados, sob uma perspectiva literária, em uma pesquisa da aluna e bolsista do ALJOG/UPF Daiane Barbon de Moraes que realizou um estudo no qual argumentou que embora em seu início a narrativa pertencesse ao gênero da novela, em decorrência dos acréscimos realizados pelo autor, passou a integrar o gênero do romance. Salienciamos, no entanto, que a questão do gênero a que a obra pertence não é relevante para a nossa pesquisa, pois o nosso interesse está nas alterações e inclusões realizadas pelo autor com o objetivo de verificar os processos de autoria e constituição do sujeito em sujeito-autor para procedermos com as nossas análises à luz da Análise do Discurso de linha francesa. Posteriormente, repensamos a legenda com a finalidade de facilitar a compreensão do nosso leitor, foi então que chegamos a versão que apresentaremos nos recortes.

O *corpus* foi organizado e dividido em quatro recortes que abarcam sequências discursivas das personagens nessas duas versões do texto. O primeiro recorte é composto de seis sequências discursivas que ilustram o processo de elaboração do título da narrativa. O segundo apresenta os embates ideológicos entre o prefeito Chico Salena e o vereador Pedrinho Macedo acerca do divórcio. O terceiro ilustra outras questões políticas que emergem em meio às discussões que se travam na sala da casa de Dona Anja e o quarto recorte, por fim, traz à tona o lado social do divórcio que, com sua aprovação, pode resolver muitos casos de uniões não reconhecidas pela lei. Os discursos das personagens foram selecionados de forma a cumprir com os objetivos desta pesquisa. Nesse conjunto de recortes são apresentados cotejos entre a primeira versão datiloescrita e a primeira edição publicada da obra, datada de 1978, que são apresentados da seguinte forma:

Quadro 1 – Descrição de personagens e representação em partidos políticos do Brasil

Personagem	Características	Posicionamento sobre o divórcio
Prefeito Francisco Salena	50 anos, míope, cardíaco, casado com Cleonice Telles Salena, pai de três filhos, mantém duas amantes: Isabel e Eugênia, representante da ARENA.	Contra
Vereador Pedrinho Macedo	28 anos, bebedor, desleixado, adversário político do prefeito, membro do MDB (oposição)	A favor

Fonte: elaborado pela autora

Neste segundo recorte, a escolha se deu por essas duas personagens em virtude de elas representarem posicionamentos que divergem em relação à aprovação da emenda do divórcio e por serem adversários políticos, pois o prefeito é membro da ARENA e o vereador é membro do MDB, partidos cuja rivalidade é histórica no Brasil, principalmente no período em que a narrativa foi produzida. Esse posicionamento discrepante entre o prefeito e o vereador ilustra a inscrição deles em formações discursivas distintas. O prefeito está inscrito na FD que rege as práticas do governo e é representada pela legenda da ARENA. Já o vereador, é membro do MDB, que apresenta uma ideologia antagônica ao conjunto de saberes ideológicos da ARENA. Cada um deles, relaciona-se com a ideologia da FD em que estão inscritos e representam em seus discursos o modo como cada um está assujeitado a ideologia de suas filiações partidárias.

Primeiro, apresentaremos a versão original datiloescrita e logo abaixo apresentamos o mesmo trecho, porém, na forma como constou na primeira edição editada da obra, com uma legenda para mostrarmos as substituições/alterações que foram feitas pelo autor da narrativa. Ou seja, cada sequência discursiva (Sd) possui duas versões, uma versão datiloescrita e a versão da primeira edição da obra comercializada, conforme apresentamos no exemplo abaixo com a legenda:

Quadro 2 – Legenda do estudo das alterações no texto da narrativa

Palavras em <b>negrito</b> :	Sofreram alteração/substituição, foram trocadas por outras.
Palavras entre colchetes [.....] e em <b>negrito</b> :	Não estavam na primeira versão datiloescrita, foram acrescentadas ao texto editado, primeira edição.
Palavras ou frases <u>sublinhadas</u> :	São palavras ou frases que estavam nos datiloescritos e foram retirados do texto da primeira edição.

Fonte: elaborado pela autora



Como exemplo, destacamos:

Versão datiloescrita:

Eugênia, a preferida do Doutor Chico – corpo bem fornido, grandes peitos a estourar as costuras – sorriu **matreira**.

Versão da primeira edição:

Eugênia, a preferida do Doutor Chico – corpo bem fornido, grandes peitos a estourar as costuras – sorriu **compreensiva**.

Salientamos que os recortes não foram selecionados aleatoriamente, no entanto, não são, aqui, dispostos em uma ordem cronológica. Verificamos, também, que, acerca da obra escolhida para a nossa pesquisa e análise, além das quatro versões datiloescritas havia outras versões da obra publicada em diferentes edições, inclusive uma versão em espanhol que fora publicada na Argentina, essas publicações apresentam capas diferentes, como podemos observar a seguir:



Figura 2 - 1ª ed. L&PM 1978, 1B 4ª ed.L&PM, 1996 , 1C 9ª ed.,L&PM, 2007 e 1D Edivisión, Compañía Editorial S.A. 1981

Fonte: ALJOG/UPF

Como podemos observar, cada capa, além de pertencer a diferentes edições, apresenta alterações que incluem mudança na cor de fundo, inclusão de imagens e alteração do tipo de fonte. A primeira capa corresponde à primeira edição, datada em 1978, e possivelmente, em virtude da ditadura militar vigente nesse período, não apresenta a imagem do corpo feminino

como ocorre nas capas nas edições de 1981 ,1996 e 2007. A edição de 1981, foi traduzida para o espanhol por Stella Mastragelo e publicada, no México, pela Edivisión, Compañía Editorial S.A. Também, se faz importante compartilhar uma descoberta: inicialmente, quando Josué Guimarães escreveu a narrativa, ele chegou a considerar a possibilidade de publicá-la sob o pseudônimo de Juan Quernavaca. As diferentes capas constituem um material rico para análise, porém, não é esse o objetivo de nossa pesquisa, sobre o que destacamos que sua inserção neste trabalho é justificada pelo fato de que ilustram nossas descobertas para a realização da pesquisa.

Na seção seguinte apresentaremos as análises que compõem a nossa pesquisa, contudo, trabalharemos com os elementos pré-textuais que se encontram na capa, analisando o título da narrativa.

### 3.2 Análise

Para a realização das análises apresentaremos, inicialmente, uma breve síntese e contextualização da obra com a finalidade de situar o leitor sobre o tema abordado na narrativa. Essa síntese é elaborada a partir do planejamento prévio realizado pelo escritor no caderno preto e na obra editada e comercializada. Assim, passamos à síntese e à contextualização da obra.

#### 3.2.1 *Dona Anja*: lugar de embates políticos, ideológicos e amorosos

*Anjo no nome, Angélica na cara!  
 Isso é ser flor e Anjo juntamente:  
 Ser Angélica flor e Anjo florente,  
 [...].*

*Posto que os Anjos nunca dão pesares,  
 Sois Anjo que me tenta, e não me guarda.  
 Gregório de Matos Guerra*

Num momento preliminar, o escritor deu à obra o título *A chocante história de DONA ANJA e suas graciosas meninas*, em seguida definiu a época, ano de 1977, noite do dia 16 de junho e logo após as características do ambiente. A casa seria colonial, localizada próximo ao rio com um salão grande, composta de oito quartos, dois banheiros, com pátio interno, sala de

televisão, um quarto com espelhos no fundo da casa com pequena praia. A casa contaria, ainda, com uma sala especial para receber as autoridades, equipada com televisão e rádio, com entrada lateral. A personagem principal, Dona Anja, é descrita como uma mulher de sessenta anos, gorda, pesando 120kg, cujas características psicológicas são sagacidade, habilidade e persuasão, além do fato de que passa a maior parte do dia sentada em uma grande cadeira de balanço. Ainda sobre a protagonista, Guimarães a constitui com a descrição de que ela come sempre biscoitos, doces, bombons e frutas. Fala sempre nos áureos tempos. Para seu conforto, dispõe dos serviços permanentes de um homossexual, o Neca, que implica continuamente com as mulheres. Dona Anja é a favor do divórcio. Neca é descrito com idade de 25 anos, loiro, frágil emocionalmente mas forte fisicamente. Trata Dona Anja como se ela fosse a sua mãe, chama-a de *mãezinha* e dorme em uma cama que fica aos pés da cama de Dona Anja. Ele é contra o divórcio. Os afazeres culinários ficam por conta da negra Elmira, que é a cozinheira. Ela trata bem as meninas, tem duas filhas, uma com 10 e outra com 12 anos, que moram com ela num quartinho nos fundos. Ambas estudam em colégio público e ajudam a mãe em alguns serviços internos. Próximas à Dona Anja, estão, ainda, as meninas da casa:

Eugênia é a preferida do Dr. Chico Salena, tem 20 anos, é de Santa Maria, tem uma filha de um ano que vive com os avós em Santa Maria. É morena e possui um sinal negro no ventre, é lânguida, delicada e revela-se disposta a apaixonar-se, casar e ter mais filhos. As terças e quintas está reservada para o prefeito. O posicionamento dela acerca do divórcio é de acordo com a posição do prefeito, no entanto, ela não se manifesta.

Lenita tem 25 anos, é oriunda de Porto Alegre e é a favor do divórcio. Possui um corpo voluptuoso com seios e quadris grandes, quase gorda, de origem alemã. Tem uma cicatriz em virtude de um tiro que levou do marido que abandonou. Atende até três homens por noite e nada além disso. Cuida-se com cremes, pois quer trabalhar no ramo até os cinquenta anos. Economiza e não gosta de homens beberrões.

Rosaura, natural de Pelotas, é uma mulata clara, de 23 anos. É forte e mercenária e constantemente ameaça viajar para o Rio de Janeiro. Nas grandes noites faz a dança do ventre. É a favor do divórcio.

Cenira é descendente de índios, é a segunda mais nova das meninas, com 22 anos. É desconfiada, apreensiva, voluntariosa, desatirada, por isso é sempre controlada por Dona Anja. É boa de cama, pois guarda os segredos das índias como lendas e mistérios. Toma banho de lua e já chegou a receber vinte homens numa noite só. Queima ervas em seu quarto. Não se posiciona sobre o divórcio.

Arlete tem 25 anos, é bonita, frágil e tem perfil calado. Tem cabelos castanhos, é uma mulher para tudo, despuorada, muito profissional. Não fala da família nem do passado. Ninguém sabe sobre a vida pessoal dela, é ainda, a que tem mais paciência com os velhos e com os meninos. Também é favorável ao divórcio.

Chola, uruguaia, é atração internacional da casa, com 35 anos, experiente, ajuda no bar e na ordem interna da casa. Teve dois filhos, em Maldonado, com o ex-marido. É a menina de confiança de Dona Anja, pois é a única que tem a chave de tudo. É também a favorita do presidente da Câmara de Vereadores, o vereador Comerlato. É ela quem auxilia Dona Anja a controlar os fregueses. Cobra de acordo com a cara e o jeito do freguês e, quando quer afastar algum deles, chega a pedir mil cruzeiros para acompanhá-los ao quarto. Vende uísque de 20 por 50 cruzeiros e cerveja de 20 por 40 cruzeiros. Conta ainda com a ajuda do delegado para afastar os arruaceiros.

Os homens, que constituem os fregueses e frequentadores da casa de Dona Anja, são todos cidadãos de destaque na sociedade. A casa é muito bem frequentada por figuras ilustres entre eles destacam-se os seguintes frequentadores:

O prefeito da ARENA, Dr. Francisco Salena, homem de cinquenta anos, que necessita de óculos com lentes grossas em virtude da miopia, é advogado e foi professor em Porto Alegre. É casado com Dona Cleonice Telles Salena, com quem tem três filhos e dois netos, do filho Flaubert, que é casado, economista e funcionário do Banco Central. A filha Leopoldina é estudante de Psicologia e o filho Leonardo é estudante de Direito. É o maior combatente do divórcio, defende a indissolubilidade do casamento. Contraditoriamente, não tem uma, mas duas amantes.

O Presidente da Câmara de Vereadores, também membro da ARENA, vereador Salvador Comerlato, tem 55 anos, é casado e tem cinco filhos. É bebedor de vinho e Arlete é a sua preferida. É descrito como um homem grosso. Não defende nem condena o divórcio.

O vereador Pedrinho Macedo, defensor aguerrido do divórcio, é quem faz oposição e resistência ao prefeito. Além de ser seu adversário político, pois é membro do MDB, é quem protagoniza o embate político e ideológico com o prefeito sobre a votação da emenda do divórcio. É a personagem que mobiliza argumentos para rebater e neutralizar o prefeito. Tem o vício da bebida e na casa de Dona Anja prefere Cenira.

O médico, Dr. Ruben Monteiro, é quem cuida e vistoria a saúde e as condições de higiene das meninas. Participa das reuniões com as autoridades locais. Embora dê suas fugidas com Rosaura, para todos os efeitos ele não toca nas mulheres. Monteiro é contra o divórcio.

O professor Elpídio Paradedda é o provedor da Santa Casa de Misericórdia. Passa uma tarde por mês com Chola, que declama poesias em espanhol. Está mais interessado em beber uísque em companhia dos amigos. É avô e asmático. Defende o divórcio, pois tem uma filha com dois filhos que foi abandonada pelo marido.

O plantador de soja, Zeferino Duarte, homem de 54 anos, de grossos modos, leva sempre consigo o filho Atalibinha, de 20 anos, meio retardado e extremamente difícil de saciar e que vai direto para o quarto com as mulheres. Uma de cada vez, mas várias em sequência, parece nunca esgotar-se nem satisfazer-se. O que permite ao pai vangloriar-se da virilidade do filho.

Elíphas, com ph, é amigo do vereador Pedrinho Macedo, seu posicionamento referente ao divórcio não é nítido na narrativa. Percebe-se que ele é sensível, delicado, poeta. Vai para o quarto para ler seus trabalhos, porém, despreza as necessidades da carne e indeniza as mulheres, não permite que elas lhe tirem a roupa. Dedica versos à Dona Anja, a quem promete dedicar seu primeiro livro, que se chamará “ O lençol de Afrodite”.

O delegado de Polícia, Dr. Rutilio, homem de 45 anos, passa as tardes de domingo com Arlete, colabora com a segurança da casa em virtude da falta de alvará ajudando a manter longe os indesejáveis. É contra o divórcio e os subversivos, os trabalhadores que lutam por melhores condições de trabalho e melhores salários.

Todas as descrições das personagens obedecem a um planejamento prévio realizado por Josué Guimarães para construir as suas obras, conforme ele mesmo explica:

Primeiro eu construo a história na cabeça. Não anoto nada. Deixo que a coisa se sedimente na memória. Quando acho que a coisa está pronta, definida, passo para a escolha do nome. Acho importante saber o nome do romance ao começar escrevê-lo. Faço árvore genealógica, levantamento da época e busco relacionar nomes para as personagens. Nunca parto de um plano acabado. Tenho sempre a linha geral (GUIMARÃES, 2006, p. 12).

Destacamos que essas características e descrições detalhadas da casa e das personagens não constam integralmente na narrativa editada. Elas compõem o planejamento do escritor para o desenvolvimento da narrativa. Essa descrição que apresentamos foi embasada nas anotações do caderno preto que encontramos no ALJOG/UPF, e nossa apresentação não é uma transcrição dos originais, uma vez que julgamos pertinente apresentar esse planejamento prévio do autor e, para tal, tivemos o cuidado de não reproduzir na íntegra esse documento com o intuito de preservar os direitos autorais que pertencem aos herdeiros de

Josué Guimarães com isso, apresentamos, aqui, uma breve síntese sobre a obra a fim de otimizar a compreensão do nosso trabalho nas análises.

A narrativa é composta de quatorze capítulos. Nos primeiros três, o autor realiza a apresentação, a caracterização e a transformação da personagem central, Angélica, a esposa do Coronel Quineu. Esta, de esposa passa à viúva, até tornar-se proprietária do prostíbulo e passar a ser chamada de Dona Anja. Já nos capítulos iniciais é possível observar que a esposa do Cel. Quineu possuía características incomuns às mulheres daquela época (1970), já que nesse período as mulheres eram criadas sem receber qualquer instrução sexual por parte da família. Os métodos contraceptivos eram quase inexistentes ou totalmente desconhecidos e à época não se falava em controle de natalidade. O único método para evitar uma gravidez era a abstinência sexual. Pregava-se na igreja e reproduzia-se no discurso familiar a castidade até o casamento. Ainda, em virtude dos casamentos serem, em sua maioria, “arranjados”, o discurso que circulava na sociedade entre as mulheres era um discurso repressor da sexualidade e do prazer feminino. A quase totalidade das mulheres desse período não sabia o que era e muito provavelmente nunca experimentou um orgasmo, o que constitui o grande diferencial com relação à esposa do Cel. Quineu, que, além de ser uma mulher bela e muito atraente, assumia a sua sexualidade e o gosto pelo sexo. Isso faz com que o autor, sob o olhar das senhoras de família, as velhas senhoras mães das novas senhoras, as solteironas e até as meninas novas, descreva Dona Anja como uma mulher doente. Quando essas mulheres passavam por ela trocavam sorrisos enigmáticos que valiam por mil comentários. Sob o olhar desse grupo de mulheres, Angélica, a esposa do Cel. Quineu, é assim descrita na narrativa:

Dona Anja sofria de uma rara moléstia incurável, secreta, terrível e arrasadora, marca dos céus, assassina dos homens que lhe caíam sob as garras, uma fogueira por dentro, lava a escorrer pelo rego dos seios, a fumegar pela boca, com as partes incendiadas, rubras como o ferro derretido. O Coronel Quineu caía na armadilha ao começar a primeira sombra da noite e se consumia madrugada adentro enredado no vulcão que era o princípio e o fim, a doença e a felicidade, doendo e lhe dando tamanho gozo que as pessoas passantes por sob sua janela \_ o velho casarão branco de muitas portas, grades e cães, sacadas e vidros bordados a fogo \_ ouviam os estertores da doida mulher e os ofegos do velho caudilho que deixara as armas de lado, os capangas e a tradição de incontáveis revoluções (...) (GUIMARÃES, 1978, p.10-11).

O pobre homem, para dar conta dos ardores da esposa, tomava escuras poções de ervas aromática e recebia duas vezes por semana a visita do farmacêutico Orozimbo Manhães, que levava a injeção de drogas para o coronel não morrer de esgotamento, cúmplice confesso, criminoso, uma vez que não aplicava nela uma injeção de água de melissa.



“*Ela sim é que precisava acalmar as vergonhas de toda noite*” (GUIMARÃES, 1978 p.11). Esse trecho comprova que se uma mulher assumisse a sua sexualidade seria considerada, naquela época, ou doente ou prostituta. Como Angélica era casada, coube-lhe ser designada como doente, restando-lhe, portanto, após a viuvez, o papel de prostituta.

A narrativa segue, nos capítulos III e IV, descrevendo como a esposa do coronel transformou-se em dona de um bordel. É no Capítulo V que se iniciam os embates ideológicos e amorosos na casa de Dona Anja, numa noite que marcaria para sempre a história do Brasil, qual seja a noite da votação da emenda do divórcio proposta pelo Senador Nelson Carneiro. Ironicamente, ali no prostíbulo reúnem-se as mais altas e respeitadas autoridades da cidade para ouvir pelo rádio a votação do divórcio. Como já apresentamos no início desta seção, a maioria dessas ilustres figuras da sociedade são contrárias ao divórcio e defendem a indissolubilidade do casamento com fortes garras. Cinicamente, o prefeito Chico Salena, que tem duas amantes, é o maior defensor da indissolubilidade do casamento. Nessa fase da narrativa, já é possível perceber que o recurso utilizado pelo autor, para criticar e satirizar o comportamento da sociedade da época, década de 1970, assemelha-se não só com o nome da personagem do poema da epígrafe escolhida para esta seção, como também do recurso que Gregório de Mattos Guerra utilizou para criticar a sociedade brasileira no período colonial. Ambos os autores, Gregório de Mattos Guerra e Josué Guimarães utilizam-se da ironia como recurso linguístico e moralizador para criticar a hipocrisia da sociedade em suas épocas. Nesse quinto capítulo, os adversários políticos Francisco Salena e Pedrinho Macedo travam o seu duelo ideológico, o primeiro representando a ARENA e o segundo o MDB. Mas não são só as ideologias partidárias que se enfrentam, eis que o prefeito, Chico Salena, é contra e o vereador Pedrinho Macedo é a favor do divórcio. Para defenderem as suas convicções, lançam mão do discurso religioso. É com base nesse embate político, ideológico e religioso entre essas duas personagens que mobilizaremos e aplicaremos em nossas análises os conceitos que apresentamos no capítulo dois desta pesquisa.

Até o Capítulo XIII as discussões giram em torno da votação da emenda do divórcio. Contudo, repentinamente, uma tragédia toma conta do ambiente e fere de morte o conceito da respeitável casa de *Dona Anja*. A votação termina com vitória para os divorcistas e a desgraça abate de uma só vez a reputação da Casa de Dona Anja e a do mais ilustre e respeitado freguês. Um infarto deixa nu e literalmente em “maus lençóis” o cadáver e a reputação do prefeito Chico Salena. Homem ilustre, respeitado, “bem casado” e com duas amantes, agora jaz na cama de Eugênia, na casa de Dona Anja, despido, sem vida e com os olhos abertos

parecendo não acreditar que o divórcio foi aprovado. E agora? O que fazer com o corpo do prefeito? A verdade deverá ser contada ou abafada? Cada um irá propor uma solução!

Assim, depois dessa breve apresentação da narrativa, em conformidade com os pressupostos teóricos da AD, julgamos pertinente e necessário contextualizar histórica e socialmente a produção da narrativa, ou seja, apontar as condições de produção da narrativa.

Apoiados em Rettenmaier (2008, p. 144), destacamos que “a literatura não é feita apenas de obras literárias, pois há um mundo no entorno de cada livro”. Considerando a afirmação de Rettenmaier é que justificamos a necessidade de demonstrar esse entorno, da obra *Dona Anja*, no Brasil. Como já informamos, a obra foi publicada no ano de 1978, período sobre o qual se faz necessário destacar que o Brasil vivia num momento de repressão, perseguição, censura e silenciamento, além de casos de tortura. Os militares estiveram no comando de nosso país no período de 1964 a 1985, época em que a Lei Falcão estabeleceu a existência de apenas duas legendas partidárias: ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Enquanto a ARENA reunia os políticos favoráveis ao regime militar, o MDB reunia a oposição, sob o controle dos militares. Isso ocorreu em virtude de um dos ideais do regime militar ser implantar, aqui no Brasil, o modelo bipolar norte-americano, ou seja, apenas dois partidos, a exemplo dos Estados Unidos, em que os Democratas são oposição aos Republicanos e vice-versa. Em 20 de novembro o Ato complementar de número 4 estabeleceu compulsoriamente o sistema bipartidário no Brasil, criando, então, a ARENA e o MDB. De acordo com a visão do então ministro da Justiça, Juracy Magalhães, esse seria o modelo ideal para se alcançar uma maioria parlamentar sólida e estável. As novas organizações partidárias tinham o prazo de 45 dias para constituírem-se desde que obedecessem aos critérios obtendo apoio de um terço dos 360 deputados e dos 63 senadores. Para os governistas, a tarefa não foi árdua, no entanto, os oposicionistas, dentre os quais figuravam Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Pedro Simon, tiveram de batalhar arduamente para que o MDB surgisse. Foi comentário, nos bastidores da época, que o próprio Presidente Castelo Branco havia convencido alguns senadores a integrar o MDB a fim de possibilitar o seu registro para que o governo militar pudesse, de certa forma, mascarar a falta de democracia do seu governo que caracterizar-se-ia pela ditadura de um partido único. Era duplamente conveniente para os militares a existência do MDB, pois dissimularia a ausência de democracia e ainda controlaria as ações dos emedebistas.

A censura não foi imposta imediatamente às redações dos jornais após o golpe militar, uma vez que a maioria dos jornais apoiava o movimento. No entanto, jornais esquerdistas



foram fechados sem mais, a exemplo do jornal *A Última Hora*, que tinha uma tiragem superior a mil exemplares diários no Rio e em Recife e que foi empastelado. A pesquisadora Sandra Reimão, professora da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e pesquisadora do CNPq, em seu estudo “Fases do Ciclo Militar e censura a livros – Brasil, 1964-1978”, destaca que durante os primeiros quatro anos do regime militar conviveram um governo “de direita” e a presença, nas telas de cinema, nos teatros, nos shows e nas livrarias, de várias obras que faziam críticas a esse mesmo regime.

Na literatura, o *Quarup*, de Antonio Callado, *Senhor Embaixador*, de Érico Veríssimo, *Depois do Sol*, de Ignácio de Loyola Brandão e *Pessach* são obras que foram produzidas nesse primeiro momento do regime ditatorial. Uma característica comum entre essas obras é que além de criticarem o governo, a maioria das obras editadas nesse primeiro período tinha Enio Silveira, da Civilização Brasileira, como editor, provavelmente em razão de sua ligação com o Partido Comunista e pelo seu prestígio como intelectual. Enio foi preso diversas vezes, a primeira delas por ter escondido o ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes. Enio travou, ainda, batalha no campo jurídico impetrando um mandado de segurança contra o Departamento Federal de Segurança Pública questionando o confisco de diversos livros sem embasamento legal ou investigação policial. Mesmo assim, o ministro da educação organizou pessoalmente o expurgo das bibliotecas e queimou diversos livros de autores consagrados, como Eça de Queiroz, Graciliano Ramos e Jorge Amado, entre outros. Após essa atitude de “limpeza das bibliotecas” veio a preparação para o Ato Institucional nº 5, o AI-5. Em 12 de dezembro de 1968, então, sob as ordens do general Jayme Portella de Mello, a polícia Federal recebeu a determinação para organizar os preparativos a fim de calar as emissoras de rádio e de televisão e enviar censores aos jornais do Rio e de São Paulo.

Nesse primeiro gesto de silenciamento da imprensa foram presos o diretor do jornal *Correio da Manhã* e o diretor do jornal *Brasil*.

Essas ações deram origem a uma rotina de comunicações entre a censura e as empresas, quase sempre via telefone e informal. Fracassaram, no entanto, duas tentativas de codificação das proibições. Inicialmente, a preocupação dos militares era com notícias relacionadas às prisões ilegais e torturas e, posteriormente, um decreto-lei encaminhado à Câmara é aprovado com 174 votos formalizando, assim, a censura prévia a livros e periódicos. Nesse período, o jornal que mais sofreu perseguições foi o jornal *A Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro. Nem mesmo a imprensa alternativa escapou, os editores do *Pasquim* foram presos e edições dos jornais *Opinião*, *Movimento* e *Versus* foram apreendidas, sendo seus exemplares proibidos de circular. Segundo estimativa do jornalista Zeunir

Ventura, foram censurados cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopses de telenovelas.

Foi nesse contexto de repressão, controle, censura e tortura que a narrativa *Dona Anja* foi produzida. Seu autor, Josué Guimarães, sofreu toda essa perseguição, tendo de viver escondido, camuflado, para não ser torturado, pois, antes mesmo do golpe militar, ele já possuía em seu currículo político a participação no movimento da Legalidade e fora vereador da cidade de Porto Alegre pelo PTB, partido que se fundiu na legenda do MDB, caracterizando oposição à ARENA e ao governo militar. Josué Guimarães era um dos nomes que precisava ser controlado pelo regime militar, pois, além da sua “posição subversiva”, era jornalista.

Com isso, passemos, então, a analisar como todo esse contexto político manifesta-se na narrativa de *Dona Anja*. Iniciamos as nossas análises apresentando o primeiro recorte, o qual é composto de seis Sds que constituem a evolução na elaboração do título da narrativa. Como explicamos no início deste capítulo, reproduziremos antes a legenda que criamos para analisar as alterações realizadas pelo autor.

Quadro 3 – Legenda do estudo das alterações no texto da narrativa

Palavras em <b>negrito</b> :	Sofreram alteração/substituição, foram trocadas por outras
Palavras entre colchetes[.....] e em <b>negrito</b> :	Não estavam na primeira versão datiloescrita, foram acrescentadas ao texto editado, primeira edição.
Palavras ou frases <u>sublinhadas</u> :	São palavras ou frases que estavam nos datiloescritos e foram retirados do texto da primeira edição.

Fonte: elaborado pela autora.

### 3.2.1.1 Os elementos pré-textuais da capa e suas transformações

Nesta seção apresentamos o primeiro recorte, o qual é composto de seis sequências discursivas (Sds). Essas seis Sds foram obtidas nos material pesquisado no ALJOG/UPF, onde encontramos desde o primeiro título para a narrativa até o título final. Então, a primeira Sd, corresponde ao primeiro título que Josué Guimarães deu à obra e, a última ao título final da narrativa. As Sds 2, 3, 4, e 5 ilustram, não só as transformações que o nome da obra sofreu, como também possibilitam observar o processo criativo do autor ao desenvolver o título da obra. Em virtude dessas Sds ilustrarem o processo de criação do nome da obra, e como o

próprio escritor afirmou que para ele era importante ter o nome da obra definido, é que consideramos o título como o primeiro elemento que proporciona ao leitor o contato com a narrativa. Por isso, é que designamos essas sds de elementos pré-textuais.

Ainda, a respeito das alterações do título da narrativa, é possível afirmar, de acordo com as formulações de Dagnese e Schons (2011), que esses elementos pré-textuais da capa instituem o que as autoras pontuam como comentário o qual é constitutivo da memória e faz emergir o silenciado, o proibido, o ainda não pensado na estrutura da língua. Ao se delimitarem esses espaços enunciativos, emerge um posicionamento de crítica e resistência diante da censura prévia e da ação dos censores. As Sds que compõem o recorte 1 foram coletadas de documentos que se encontram arquivados no ALJOG/UPF. Essas Sds ilustram o processo de criação e elaboração da capa da narrativa.

Recorte 1:

Sd1 - “A **chocante** história de DONA ANJA e suas graciosas meninas”

Sd2 - “A história da **trágica noite que foi o início do fim da reputação** de DONA ANJA e suas meninas.”

Sd3 - “ história **trágica e grotesca** de uma **cálida** noite **de junho** que **terminou por ferir de morte o conceito da casa** de DONA ANJA e de **suas pacientes e encantadoras** meninas **contada por Josué Guimarães**”

Sd4 - “história trágica e grotesca de uma cálida noite de junho que terminou por ferir de morte o conceito da casa de DONA ANJA e de suas pacientes e encantadoras meninas contada por **Juan Guernavaca**”

Sd5 - “ história trágica e grotesca de uma cálida noite de junho que acabou por ferir de morte o conceito da casa [**respeitada**] de DONA ANJA e suas pacientes e encantadoras meninas, contada [**com amor**] por **JOSUÉ GUIMARÃES**.”

Sd6 - “[**A**] história trágica e grotesca de uma cálida noite de junho que acabou por ferir de morte o conceito da casa respeitada de DONA ANJA e suas pacientes e encantadoras meninas, contada com amor por **JOSUÉ GUIMARÃES**.”

Há, sem dúvida, inúmeras possibilidades de análise das seis Sds que compõem o recorte 1, e por mais que nos dediquemos exaustivamente a apontar a amplitude que esse recorte proporciona, sabemos que cada sujeito ao ler e avaliar essas Sds poderá encontrar novos gestos de leitura que implicarão novos pontos de vista, de significação e de sentidos.

Considerando as seis Sds que compõem o recorte1, na perspectiva discursiva trabalhada pela AD, importa salientar que os elementos pré-textuais que constituem esse

recorte ilustram por meio das transformações/reformulações o processo criativo do título da obra e anunciam através do comentário uma expectativa acerca da narrativa. Conforme Dagnese e Shons temos:

O efeito do comentário é o de um discurso que produz uma novidade; é constitutivo de identidades que são atravessadas por outras, presentes na história. Assim, a eficácia metafórica caracteriza-se pelo comentário que faz emergir as contradições, as vozes dissonantes, a subversão. Por uma série de substituições ligadas à similaridade, o espaço criado pelo comentário assegura para o sujeito o sentido do objeto que ousa resistir e se insubordinar e se constitui em (e contra) um avesso constante do discurso oficial, fazendo emergir a falta de sentido que esse sujeito não suporta. (DAGNESE E SCHONS, 2011, p.43).

É em decorrência desse efeito produzido pelo comentário que os elementos pré-textuais da capa devem ser avaliados, dentro de um complexo que abarca uma série de fatores que não podem ser desconsiderados, ou seja, as condições de produção da narrativa, a ideologia entre outros aspectos. É preciso levar em conta o modo como o indivíduo, ao ser interpelado em sujeito, manifesta no seu dizer o modo de relacionar-se com a ideologia da classe dominante. De forma mais abrangente, é necessário estabelecer as condições de produção do discurso e relacioná-lo com as realidades complexas que colocam em jogo práticas associadas às relações de lugares, que, por sua vez, são determinados pelas relações de classes. Levar em conta as relações de classe implica considerar posições políticas e ideológicas que não se devem aos indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação. É dentro dessa ótica que passamos a analisar as transformações/reformulações do título da narrativa, evidenciando o processo discursivo e a autoria.

Primeiramente, apresentamos as condições de produção da narrativa que desenvolvemos no capítulo 2, na seção 1.2 que encontra-se na página 24 deste trabalho e que, de acordo com Orlandi (2000, p.15), incluem os sujeitos e a situação, não sendo possível dissociar o sujeito da situação, uma vez que, em toda situação de linguagem, esses contextos funcionam conjuntamente. Ainda, de acordo com a autora, integram as condições de produção a memória discursiva e o interdiscurso. Cabe ressaltar que o sujeito da AD não é o sujeito empírico, mas a posição-sujeito projetada no discurso e isso implica dizer que há em toda a língua mecanismos que nos permitem passar da situação de sujeito para a posição-sujeito no discurso. O enunciador e o destinatário, pelo viés da AD, desenvolvido por Orlandi (2009), enquanto sujeitos, são pontos de relação de interlocução que indicam diferentes posições-

sujeito. Essas posições assumidas pelo sujeito ocorrem pelo viés das chamadas formações ideológicas, que presidem todo discurso, ou seja, da imagem que o sujeito faz de si próprio, do seu interlocutor e do objeto do discurso, bem como da imagem que o interlocutor tem de si mesmo, de quem lhe fala e do objeto de discurso. Nesse jogo entre locutor e interlocutor se assenta o imaginário. Orlandi ainda chama atenção ao fato de que, em relação a esse imaginário o que conta é a projeção da posição social do discurso. Desse modo, quando falamos de um operário ou de um indivíduo divorciado, não estamos falando simplesmente do operário ou do divorciado, mas da imagem que a sociedade faz do operário ou do divorciado. É por aí que podemos refletir o quanto as nossas trocas de linguagem, nosso discurso é (en)formado pelo imaginário. Finalmente, fazem parte do modo como as condições de produção do discurso se estabelecem as relações de força. Ou seja, segundo essas relações de força, o lugar social do qual falamos marca o discurso com a força da locução que este lugar representa e cada um desses lugares tem sua força na relação de interlocução representado nas posições-sujeito. Isso explica a não neutralidade dessas posições, já que elas se carregam do poder que as constituem em suas relações de força e dominação. Com isso, a AD visa à compreensão na mesma medida em que objetiva explicitar a história dos processos de significação para atingir os mecanismos de produção do discurso. Passamos então às CP de *Dona Anja*.

Conforme dados pesquisados, sabemos que Josué Guimarães iniciou a elaboração de *Dona Anja* logo após a votação pelo Congresso da emenda que instituiu o divórcio no Brasil em 1977. Inicialmente, ele a elaborou mentalmente, característica que é peculiar do escritor, que sempre teve a necessidade de construir a história em sua mente para, num momento posterior, fazer o que considerava mais rápido, escrever a história no papel. Conforme relata Josué Guimarães, “não sei escrever um romance a não ser partindo de uma história” (GUIMARÃES, 2006, p.11). Para isso, conforme já mostramos na Figura 1, com a foto do caderno preto o qual era utilizado pelo autor para esquematizar suas ideias, traçar as ações preliminares, detalhar e definir as personagens criando o designer do título da obra. Para Josué Guimarães, saber o nome do romance ao começar escrevê-lo era muito importante.

O ano de 1977 marca a história do Brasil com um importante acontecimento: a aprovação da emenda do divórcio proposta pelo Senador Nelson Carneiro. Mas não é só isso. Com o golpe militar que ocorreu em 1964 o país passou a ser governado pelos militares e em toda a década de 1970 até meados da década de 1980 o país esteve sob o controle dos militares. Esse período ficou conhecido como o período da ditadura militar em virtude das práticas controladoras, repressoras, perseguidoras e silenciadoras promovidas pelo regime da

ditadura militar. Cabe destacar que Josué Guimarães não apenas vivenciou, mas sofreu os efeitos do governo militar, pois foi perseguido e preso pelos militares. Em virtude disso, viveu um período escondido em Santos, no interior de São Paulo, não pode trabalhar como jornalista nessa época em decorrência da repressão, sendo obrigado por força do regime a viver disfarçado sob o pseudônimo de Samuel Ortiz. Nesse período, para prover o sustento de sua família, vendeu enciclopédias. Mesmo após o fim da ditadura ele ainda enfrentou dificuldades para conseguir emprego como jornalista em virtude de sua posição político-ideológica ser de oposição ao regime ditatorial implantado pelos militares. É nesse contexto de perseguições e repressões que o autor dá início ao processo criativo de produção da narrativa *Dona Anja*. Outro fator relevante que cabe aqui salientar é o fato de Josué Guimarães ter se desquitado da primeira esposa e constituído uma segunda união. A lei brasileira daquele período não permitia o divórcio, apenas o desquite, ficando ambos os cônjuges impossibilitados de contraírem legalmente novas núpcias. Essa situação deixava marginalizados na sociedade os que se desquitavam, pois sempre eram alvo de críticas, comentários maldosos, principalmente direcionados às mulheres. Eram, inclusive, proibidos de frequentar as missas da igreja católica. Portanto, Josué Guimarães, além de sofrer as perseguições do regime militar, sofria também com o preconceito da sociedade pelo fato de ter sido corajoso e demonstrado ousadia ao romper com o vínculo do matrimônio para viver o seu grande amor ao lado de Nídia. Preferiu encarar o preconceito a viver uma vida de aparências. Foi nesse contexto de controle, preconceito e hipocrisia que o autor iniciou o processo criativo de *Dona Anja*.

O primeiro *design* elaborado pelo autor do título da narrativa, sd1, já antecipa, pelas escolhas lexicais de Josué Guimarães, o seu propósito com a obra, pois a seleção do vocábulo “chocante” para qualificar/modificar o vocábulo história revela o objetivo do autor em, desde o início, produzir uma história que abordasse uma situação de escândalo e indecência. Conforme o dicionário *on-line* Michaelis, o termo chocante abarca os seguintes significados: “adj m+f (de chocar) 1 Que choca, melindra, revolta; revoltante. 2 Escandaloso, indecente.”

Observamos, que, com base no disposto no dicionário, o termo trata-se de um adjetivo. Pela gramática normativa, adjetivo, numa concepção moderna da morfologia, é todo o vocábulo que modificar um substantivo, ou seja, os adjetivos são utilizados para modificar os substantivos atribuindo a esses características ou especificações que podem ter valores positivos ou negativos. Essas escolhas, no entanto, são realizadas pelo indivíduo que, ao ser interpelado ideologicamente, se constitui em sujeito e passa a assumir uma posição-sujeito que manifesta no seu dizer o modo como ele se relaciona com a ideologia. Essa posição

assumida pelo indivíduo ao constituir-se em sujeito no momento que é interpelado ideologicamente ocorre pelo viés das FIs e das FDs. Essa interpelação pela ideologia evidencia o processo de transformação do sujeito físico, empírico em sujeito universal ao assumir uma posição-sujeito. Essa passagem se dá pela forma-sujeito. Isso ocorre porque em toda língua há mecanismos de projeção que permitem a passagem da situação de sujeito para a posição sujeito no discurso. Isso implica dizer que, além da ilusão de que o sujeito é a origem do seu dizer, ele manifesta no seu discurso o seu assujeitamento, a sua identificação ou desidentificação com uma FD, lembrando que toda FD, conforme Pêcheux, constitui um conjunto de enunciados que regulam o que pode e o que deve ser dito. Aqui, cabe destacar que a posição-sujeito assumida por Josué Guimarães estabelece uma relação de antagonismo, resistência e desidentificação com a formação discursiva do regime militar, FDRM, ao mesmo tempo que revela a sua identificação com a formação discursiva da oposição do regime, FDO. Ao inscrever-se na FDO Josué Guimarães passa a manifestar materialmente no seu discurso, através das suas escolhas lexicais, a sua posição-sujeito, constituindo, tais escolhas, marcas da subjetividade do autor.

Na sd2, o enunciado sofre a sua primeira alteração, incluindo novos vocábulos que modificam a estrutura e o sentido do enunciado. O adjetivo “chocante” é substituído por trágica, no entanto, chocante modificava o vocábulo história e o vocábulo trágica modifica a palavra noite. O significado de trágica, forma feminina de trágico, conforme o dicionário em consulta já citado é: “adj (lat tragicu) 1. Pertencente ou relativo a tragédia. 2. Calamitoso, desgraçado, funesto, triste, catastrófico, sinistro. sm 1. Autor que representa tragédias. 2. Tragediógrafo.”

Verificamos, com essas alterações, que essa substituição de uma palavra por outra não é apenas uma sinonímia, mas tratam-se de registros que atuam na regulamentação da enunciação. Embora ele não se manifeste no enunciado, revela, nas suas escolhas a sua subjetividade e o objetivo de escrever uma narrativa que mostrasse o lado calamitoso, desgraçado, sinistro, triste, porém oculto, da sociedade na década de 1970. Constatamos, pelas escolhas e pelas substituições do autor, a sua crítica, por meio das palavras, à sociedade brasileira. A rede sinonímia utilizada pelo autor estabelece um *litígio*<sup>16</sup> entre as mudanças/transformações da sociedade e o que a lei e a política estabelecem como normas. Ainda, é possível considerar a hipótese de Josué Guimarães referir-se a trágica noite da

<sup>16</sup> Utilizamos a noção de litígio desenvolvida por Rancière que define a política como esfera de atividade de um comum que só pode ser litigioso, pois a relação entre as partes que não passam de partidos e títulos e cuja soma é sempre diferente do todo. Ou seja, o litígio estabelece um conflito de interesses, contendas e que podem ser resolvidos por meios diplomáticos ou coercitivos.



repressão, as suas últimas horas, o início do seu fim, bem como, a uma situação trágica que ironicamente é cômica. Por isso, também, o emprego do adjetivo *grotesca* atuando como modificador de *noite*, afinal, a cena que descreve o prefeito Chico Salena morto, em uma das camas da casa de *Dona Anja*, é, além de trágica, grotesca, burlesca e ridícula.

A Sd3, mais que inclusões e alterações, traz algo novo, calcado no fato de na terceira versão do título da narrativa encontrarmos a presença marcada de quem enuncia, ou seja, Josué Guimarães passa a assumir a sua posição no discurso e marca a sua presença quando no final do enunciado inclui: “-contada por Josué Guimarães”. Essa inclusão marca não só a presença explícita do autor como a assunção da autoria no processo criativo da narrativa. Conforme Foucault, temos:

O nome do autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, ter um nome de autor, o facto de se poder dizer “isto foi escrito por fulano” ou “tal indivíduo é o autor”, indica que esse discurso não é um discurso quotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve numa certa cultura, receber um certo estatuto. Chegaríamos finalmente à ideia de que o nome do autor não transita, como o nome próprio, do interior de um discurso para o indivíduo real e exterior que o produziu, mas que, de algum modo, bordeja os textos, recortando-os, delimitando-os, tornando-lhes manifesto o seu modo de ser ou, pelo menos, caracterizando-lhe (FOUCAULT, 1969, p.45-46).

Em concordância com Foucault, verificamos que o nome do autor não se situa no estado civil dos homens e tampouco na ficção da obra, mas na cisão que instaura certo grupo de discursos e o seu modo de ser singular. Ou seja, é pela materialidade da língua que o sujeito se singulariza no discurso, manifesta o seu modo de ser e caracteriza o seu dizer. A AD postula que o autor é a função que o eu assume enquanto produtor de linguagem, nessa sequência, temos marcadas na materialidade do discurso a autoria e a presença do autor através da língua. Ainda, o autor inclui mais um modificador para o vocábulo história, que passa a ser designada “história trágica e grotesca” e noite passa a ser modificada pelo vocábulo “cálida”. Essas inclusões, além de modificarem os substantivos história e noite, modificam, também, a produção de sentido do enunciado para o título da narrativa, pois o sentido do vocábulo grotesco inclui à história trágica uma nova designação que imprime um novo sentido a história que passa a ser, além de trágica, excêntrica, ridícula, caricata. Dessa forma, o autor, utilizando-se dos recursos que a língua permite, acrescenta características às meninas da casa, que não são mais apenas meninas, passam a ser *meninas pacientes e encantadoras*, ou seja, o acréscimo desses dois novos modificadores ao substantivo meninas,



imprime a elas características que as tornam especiais, como um traço distintivo em relação a outras, essas são fascinantes, sedutoras, ao mesmo tempo em que são tranquilas, serenas, sossegadas, o que não é sabido com relação às outras. A troca de “reputação” por “conceito” não chega a impactar o sentido, pois são vocábulos que se assemelham no sentido, embora sabendo que não há sinônimos perfeitos capazes de substituir um vocábulo pelo seu sinônimo sem que o sentido permaneça inalterado. Assemelhar-se não significa que se equivalem. Esses registros em torno da questão da língua organizam as relações que se estabelecem em cada momento histórico. É no momento da escrita da obra que a rede sinonímia funciona como registro de como o tema funciona para quem narra/conta a história.

A Sd4 mantém a mesma estrutura e os mesmos vocábulos empregados na Sd3, exceto pela troca do enunciador/autor que deixa de ser Josué Guimarães e passa a ser *Juan Quernavaca*. No trabalho investigativo de Moraes(2009), as análises levantadas pela pesquisadora apontam a hipótese do autor criar um narrador para o romance, que segundo ela, essa possibilidade foi abandonada pelo autor. Cabe ressaltar que essa reflexão é possível de ser considerada dentro de uma análise no campo da literatura, contudo, na perspectiva teórica escolhida por nós, AD, nosso olhar difere um pouco do da literatura. Dentro da perspectiva discursiva, consideramos a provável troca do sujeito enunciativo de Josué Guimarães para Juan Quernavaca como uma evidência razoável de o autor estar apreensivo em assumir-se declaradamente como narrador/autor do romance em virtude das práticas e perseguições impostas pelo regime militar no período em que Josué Guimarães estava produzindo a sua narrativa. Conforme dados levantados no ALJOG/UPF obtivemos a informação que, inicialmente, cogitou-se a possibilidade de Josué Guimarães publicar *Dona Anja* com a assinatura do pseudônimo de Juan Quernavaca, no entanto tal hipótese não ocorreu em virtude Juan Quernavaca ser um desconhecido no meio literário..

Nas Sds 5 e 6, as trocas e as inclusões realizadas pelo autor alteram mais uma vez o sentido do enunciado além do retorno Josué Guimarães como autor da narrativa, pois desaparece o pseudônimo de Juan Quernavaca. Ainda, a inclusão do adjetivo “respeitada” modifica o substantivo “casa”, imprimindo um tom de ironia na linguagem utilizada pelo autor. Essa ironia, aqui marcada na materialidade do discurso, conforme veremos mais adiante, se confirma como uma característica da linguagem e do tom do autor em *contar* a história. Sobre isso, há que se esclarecer que a ironia está calcada no fato de que a casa de Dona Anja não é uma casa comum, é uma casa onde funciona um bordel, um prostíbulo comandado pela protagonista *Dona Anja*. Logo, um bordel de respeito? Isso, além de irônico, é satírico e sarcástico.

Embora se dê o retorno do sujeito enunciador para Josué Guimarães, a inclusão da locução adverbial “com amor” ao verbo contava modifica a ação do sujeito em contar a “história trágica e grotesca de uma cálida noite de junho que acabou por ferir de morte o conceito da casa respeitada de DONA ANJA e suas pacientes e encantadoras meninas, contada **com amor** por Josué Guimarães” uma vez que essa história, não será contada de qualquer forma, a locução adverbial “com amor”, imprime um tom de ternura, de doçura, de graça, de brandura a forma como a história será contada. Modifica o tom em que a narrativa será apresentada ao leitor que é o destinatário do locutor/autor da narrativa.

Nessa perspectiva, organizamos as análises em torno dos processos de autoria e constituição do sujeito em sujeito-autor sob influência dos saberes da formação discursiva do regime militar e da formação discursiva de oposição ao regime militar, que envolvem questões políticas. Para pensarmos essas questões, é preciso considerar outros saberes que se articulam às FDs escolhidas como referência para este estudo. Com tal finalidade, organizamos a seção a seguir.

### 3.2.1.2 Os efeitos de paráfrase e a imagem dos adversários políticos

O segundo recorte que selecionamos para nossa pesquisa foi extraído do capítulo V, mais especificamente na página 62 da primeira edição. Apresentamos sete sequências discursivas que ilustram embates sobre o divórcio entre dois adversários políticos, o prefeito Francisco Salena, da ARENA e o vereador Pedrinho Macedo, do MDB. Reafirmamos que cada Sd apresenta duas versões, uma datiloscrita e outra da primeira edição com as alterações realizadas pelo autor da narrativa conforme a legenda já apresentada por nós. Passamos, então, ao próximo recorte.

#### Recorte 2

Neste segundo recorte, apresentaremos sete sequências discursivas que ilustram os embates entre o prefeito Chico Salena e o vereador Pedrinho Macedo. A escolha dessas sequências ocorreu em virtude das personagens envolvidas debaterem o divórcio, tema central da narrativa e por serem adversários político-partidários, pois o prefeito representa a ARENA e o vereador o MDB. Nessas Sds trabalharemos com o funcionamento do discurso em relação

às formações ideológicas bem como os efeitos de paráfrase discursiva e a imagem que os sujeitos fazem de si e do outro.

Na Sd7 apresentamos a fala do vereador Pedrinho Macedo, que, ao chegar à casa de Dona Anja, compartilha com as demais autoridades que já estavam ali a sua atitude naquela noite mediante a aprovação da emenda do divórcio.

### **Versão datiloescrita,**

#### **Pedrinho Macedo**

**Sd7** “O rapaz declarou que beberia naquela noite para comemorar a aprovação da **lei** do divórcio pelo Congresso Nacional (uma demonstração de força popular contra o obscurantismo que desgraçadamente infelicitava a nossa extremada e tão sacrificada Pátria); levantou o dedo como se estivesse na tribuna: neste País que sofre e arqueja sob o tacão de uma ditadura cruel!”

### **Versão da primeira edição:**

**Sd7** “O rapaz declarou [**em altas vozes**] que beberia naquela noite para comemorar a aprovação da **emenda** do divórcio pelo Congresso Nacional (uma demonstração de força popular contra o obscurantismo que desgraçadamente infelicitava a nossa extremada e tão sacrificada Pátria); levantou o dedo como se estivesse na tribuna: neste País que sofre e arqueja sob o tacão de uma ditadura cruel!”(p.62)

A Sd8 narra o momento em que o prefeito saúda o delegado de polícia, seu aliado contra a emenda do divórcio, essa Sd foi extraída do capítulo VIII e encontra-se nas páginas 101 e 102. As Sds 9, 10, 11, 12 e 13 também foram transcritas do capítulo VIII. Na narrativa, esse capítulo é o que apresenta com mais força as discussões acerca do divórcio. Vejamos as demais Sds que integram o recorte 2.

### **Versão datiloescrita**

**Sd8** “O prefeito tornou a tirar a mão do **decote** Eugênia para **abandar** para o delegado, pois ele sabia que o Doutor Rutilio era mais um seguro aliado na luta contra o divórcio que no momento estava em causa.

– A Arena saberá recusar a ignomínia – disse ele a título de saudação – **acrescentando que infelizmente na guerra entre o bem e o mal** o mal ainda **conseguia** aliados ferrenhos.”

### **Versão da primeira edição**

**Sd8** “O prefeito tornou a tirar a mão do **regaco** de Eugênia para **fazer um aceno** para o delegado, pois ele sabia que o Doutor Rutilio era mais um seguro aliado na luta contra o divórcio que no momento estava em causa.

–[ **Quanto ao divórcio, caro amigo,**] a Arena saberá recusar a ignomínia – disse ele a título de saudação – [**mas infelizmente, entre o bem e o mal,**] o mal ainda **consegue seus** aliados ferrenhos.”(p.101-102)

### Versão datiloescrita:

**Sd9** “– O meu caro amigo deve ter lido esta semana – começou o prefeito, dirigindo-se ao vereador – as declarações feitas pelo **nosso** Cardeal a respeito do divórcio. Ele afirmou que seria até preferível que o Brasil **tivesse** perdido a Guerra do Paraguai a instalar o divórcio entre nós. Ele é Cardeal e sabe o que diz, pois se não soubesse, **talvez fosse hoje vereador do MDB**”

**Sd10** “Eliphaz com Ph fingiu não ter ouvido, mas Pedrinho Macedo pulou de onde estava, **disposto a entrar de advogado do amigo.**

– Pois meu caro prefeito, já que o amigo leu a entrevista do Cardeal, o que prova **que é** uma pessoa bem informada, deve ter lido também a resposta sobre tal declaração deu o próprio Senador Néelson Carneiro.

**Sd11** “– E logo a resposta de um anticristo, nobre vereador!”

**Sd12** “Ah, sim agora todos são anticristos, encarnações do diabo na terra, capetas e subversivos, pois já vi que o ilustre prefeito municipal só lê aquilo que lhe interessa; **ele** disse que o Cardeal gostaria que o Brasil fosse uma colônia do Paraguai sob a guante do ditador Stroessner e assim botou uma rolha na boca de todos os reacionários desta terra.”

### Versão da primeira edição:

**Sd9** “– O meu caro amigo deve ter lido esta semana – começou o prefeito, dirigindo-se ao vereador – as declarações feitas pelo **eminente** Cardeal [**D. Vicente Scherer, Arcebispo de Porto Alegre,**] a respeito do divórcio. Ele afirmou que seria preferível que o Brasil **houvesse** perdido a Guerra do Paraguai a instalar-se o divórcio entre nós. Ele é Cardeal e sabe o que diz, pois se não soubesse, **seria hoje apenas um vereador do MDB.**”

**Sd10** “Eliphaz com Ph fingiu não ter ouvido, mas Pedrinho Macedo pulou de onde estava, **disposto a comprar a parada:**

– Pois meu caro prefeito, já que o amigo leu a entrevista do Cardeal, o que prova **ser** uma pessoa bem informada, deve ter lido também a resposta [**que**] sobre tal declaração deu o próprio Senador Néelson Carneiro.”

**Sd11** “– E logo a resposta de um anticristo, nobre vereador!”

**Sd12** “Ah, sim agora todos são anticristos, encarnações do diabo na terra, capetas e subversivos, pois já vi que o ilustre prefeito municipal só lê aquilo que lhe interessa; **o senador** disse que o Cardeal gostaria que o Brasil fosse [**hoje**] uma colônia do Paraguai sob a guante do ditador Stroessner e assim botou uma rolha na boca de todos os reacionários desta terra.”(p.106)

### Versão datiloescrita,

**Sd13** “Em primeiro lugar a família, os filhos, a esposa, afinal **um contrato não só social mas divino** você não leu o que disse o Arcebispo de Brasília? ele disse que ser divorcista ou mesmo votar a favor do divórcio é como divorciar-se do Evangelho e da Pátria, **note bem da Pátria.**”

### Versão da primeira edição

**Sd13** Em primeiro lugar a família, os filhos, a esposa, afinal **o casamento não é só um contrato social, mas divino;** você não leu o que disse o Arcebispo de Brasília? ele disse que ser divorcista ou [**até**] mesmo votar a favor do divórcio é como divorciar-se do Evangelho e da Pátria, **tome bem nota disso, da Pátria!** (p.108-109)

A Sd7 apresenta a chegada do vereador e opositor Pedrinho Macedo à casa de Dona Anja. É possível verificar que o autor, novamente, realiza substituições entre a versão datiloescrita e a versão da primeira edição. Aparentemente, a troca parece sutil, mas não é, pois ao substituir a palavra “lei” pela palavra “emenda” há uma profunda alteração no sentido do enunciado. O substantivo feminino lei imprime um sentido de força que emana de uma autoridade soberana, uma prescrição do poder legislativo, ou seja, uma regra ou norma obrigatória imposta, enquanto a palavra “emenda produz e introduz um sentido diferente, embora possa ser concebida como modificação a uma projeto ou anteprojeto de lei, que se encontre em discussão numa câmara legislativa, ela pode também produzir um efeito de sentido que designa um ato de propor melhorias, ou seja, modificar para melhor um procedimento ou algo que já existe. É nesse sentido que a substituição feita pelo autor dá mais coerência ao que está sendo exposto, já que o próprio vereador enuncia a aprovação do divórcio: “O divórcio\_ exclamou ele em tom grandiloquente \_ vai colocar o Brasil lado a lado, em pé de igualdade, com as nações mais adiantadas do mundo.” Essa afirmação do vereador ao afirmar que o Brasil, após a aprovação do divórcio encontrar-se-á em nível de igualdade com as nações mais adiantadas do mundo, evidencia, um progresso, uma melhora nas relações sociais do brasileiro, portanto, a alteração de “lei” para “emenda”, na Sd7, produz um efeito que garante através da materialidade da língua a coerência.

O *corpus* que dispomos permite uma vasta análise linguística em virtude das substituições feitas pelo autor, no entanto, se prosseguirmos evidenciando os efeitos de sentido que essas alterações provocam, as análises tornar-se-ão repetitivas. Cabe aqui destacar, ainda que não tenhamos realizado todo o percurso analítico, que as alterações realizadas nas versões da narrativa em análise constituem uma regularidade, ou seja, do início ao fim o autor alterou frases, trocou palavras, substituiu enunciados por outros, incluiu informações, descrições sobre as personagens. Isso é possível de ser observado nos quadros abaixo, onde organizamos as alterações entre as duas versões da narrativa nos enunciados das personagens do vereador e do prefeito:

Quadro 4 - Alterações nas falas do vereador Pedrinho Macedo

Sequência Discursiva	Versão datiloescrita	Versão da primeira edição (1978)	Inclusões
Sd7	Lei	Emenda	altas vozes
Sd10	disposto a entrar de advogado do amigo.	disposto a comprar a parada	Que
	que é	Ser	
Sd12	Ele	o senador	Hoje

Fonte: elaborado pela autora

Conforme o quadro quatro nos mostra, é possível afirmar, de acordo com os postulados da AD sobre a não transparência da linguagem, que a enunciação, enquanto acontecimento da produção de sentido, marca, pela tomada da palavra, o posicionamento do sujeito que enuncia. Com base nisso, é possível inferir que as alterações lexicais feitas pelo autor da narrativa evidenciam a sua posição em relação ao divórcio através dos atos enunciativos do vereador Pedrinho Macedo.

A troca do vocábulo “lei” por “emenda” levando em conta a posição de quem enuncia, imprime um sentido de melhora, de aprimoramento. A aprovação do divórcio pelo Congresso, de acordo com a opinião do vereador, gerará melhorias na relação conjugal daqueles brasileiros que vivem na condição de ‘amigados’ por não poderem regularizar a sua situação em decorrência da lei brasileira não permitir o divórcio, apenas o desquite, o que impedia-os de conceberem novas núpias. Outra substituição que é relevante é a troca do pronome *ele*, no enunciado da Sd12, presente na versão datiloescrita,

*ele disse que o Cardeal gostaria que o Brasil fosse uma colônia do Paraguai sob a guante do ditador Stroessner e assim botou uma rolha na boca de todos os reacionários desta terra para*

*o senador disse que o Cardeal gostaria que o Brasil fosse [hoje] uma colônia do Paraguai sob a guante do ditador Stroessner e assim botou uma rolha na boca de todos os reacionários desta terra*, na mesma Sd, porém na versão da primeira edição, introduz um novo sentido ao enunciado, pois o emprego de um substantivo no lugar de um pronome entra na trama do enunciado, mas de forma diferente. Afirmar que *ele* disse em vez de *o senador* disse não tem o mesmo efeito de sentido. Afinal, a posição social do sujeito que enuncia determina a legitimidade e a força do seu discurso. Uma das funções dos pronomes é substituir o substantivo e assumir o lugar sintático do sujeito. No entanto, essa substituição realizada na Sd12 acarreta mudança de sentido, pois o pronome deixa de marcar o sujeito e o lugar de onde esse sujeito enuncia, uma vez que a legitimidade de um enunciado produzido por um senador não é a mesma de um operário, ainda que os signos sejam os mesmos, pois segundo a AD formula, o discurso é afetado pela ideologia, pelo interdiscurso, pelas formações discursivas, pela memória e pela posição que o sujeito ocupa na sociedade. A mesma situação é possível de ser observada no quadro seguinte que ilustra as falas do prefeito.

Quadro 5 - Alterações nas falas do prefeito Francisco Salena

Sequência Discursiva	Versão datiloescrita	Versão da primeira edição (1978)	Inclusões
Sd8	Decote	Regaço	Quanto ao divórcio, caro amigo
	Abanar	fazer um aceno	
	acrescentando que infelizmente na guerra entre o bem e o mal	mas infelizmente, entre o bem e o mal	
	Conseguia	Consegue	Seus
Sd9	Nosso	Eminente	D. Vicente Scherer, Arcebispo de Porto Alegre
	Tivesse	Houvesse	
	fosse hoje vereador do MDB”	seria hoje apenas um vereador do MDB.”	
Sd13	um contrato não só social mas divino	o casamento não é só um contrato social, mas divino	
	note bem da Pátria	tome bem nota disso, da Pátria!	

Fonte: elaborado pela autora

No quadro acima, é possível observar que as alterações (por meio de substituições, supressões e inclusões) não ocorrem de forma simétrica. No movimento entre a escrita e reescrita, há também inscrição do sujeito ora em uma, ora em outra posição. Há, ainda, deslizamentos de sentidos e esses incidem sobre o fazer-constituir-se autor. Na Sd 8, por exemplo, dizer “– A Arena saberá recusar a ignomínia” e dizer “ - **Quanto ao divórcio, caro amigo**, a Arena saberá recusar a ignomínia”, implica deslocar a origem do dizer. Na versão datiloescrita, depreende-se a certeza da recusa do divórcio por parte do partido de situação, assim como a direção da origem dessa voz, que vem do prefeito da cidade. Já, na versão da primeira edição, ao acrescentar “quanto ao divórcio, caro amigo, ...”, podemos observar que aparecem saberes oriundos de uma pergunta, de um diálogo anterior, transferindo, desse modo, a responsabilização do saber ao outro e não à autoridade da cidade, nem ao partido.

Historicamente, a ARENA – Aliança Renovadora Nacional – foi um partido político criado no Brasil em 1965 com a finalidade de sustentar politicamente o governo militar instituído em 1964. O que se observa no acréscimo efetuado na versão da primeira edição a simulação de uma “certa” democracia do partido, tratando-se de um partido conservador e oposicionista ao MDB. Nesta medida, tal mudança nos permite ponderar que o autor, não só realiza uma alteração de linguagem em sua escrita, mas também encontra, na palavra, um jeito de burlar a censura, protegendo-se de eventuais acusações, uma vez que os jornalistas, escritores e intelectuais de modo geral eram bastante monitorados (para não dizer vigiados) no período do regime militar. Vale lembrar que o funcionamento do vocativo “caro amigo”



remete ao jogo democrático, investido de compromissos e deveres moral e cívico. A busca por autenticidade e legitimidade das ações do partido de situação consiste na vontade, na proteção do povo e, nesse caso de acordo com o observado na Sd 8, a perspicácia do enunciador reside na dissimulação e proteção em relação ao trabalho dos censores da época.

O efeito produzido pela imagem do outro (do repressor) pode ser ainda observado na supressão de “guerra” presente na versão datiloescrita para a versão da primeira edição, produzindo efeito de apagamento, redução das fronteiras ideológicas entre um e outro partido, entre uma e outra posição, e mais, produz efeitos no dizer e movimentação do sujeito, influenciando, desse modo, no processo de autoria. O mesmo podemos observar na alteração do tempo verbal pretérito imperfeito “conseguia” da versão datiloescrita para a marca do tempo presente na versão da primeira edição “consegue seus”. Tal mudança produz oscilação entre a função-autoria e a responsabilidade do enunciador, pois o tempo verbal (imperfeito) na versão datiloescrita aponta para uma ação passada, ainda não concluída, no momento da enunciação, ou seja, da escrita de *Dona Anja*, enquanto que o emprego do tempo na versão da primeira edição coloca as articulações políticas do partido de oposição numa relação concomitante à enunciação, ou seja, mesmo que haja mobilização da ARENA, os maus sujeitos – os emedebistas – continuam afrontando o poder, mesmo em período em que se fazem valer os aparelhos repressores de Estado. Há, portanto, uma identificação da posição-sujeito do sujeito-autor com os saberes da formação discursiva de resistência.

Semelhante à análise da Sd 8, uma concepção de que transferindo, pelo dizer do personagem, a reponsabilidade do dizer ao outro, o enunciador proteger-se-ia de qualquer acusação, encontramos, no enunciado da Sd 9, a substituição de “nosso cardeal” da versão datiloescrita por “eminente cardeal” na versão da primeira edição materialidade para sustentar nossa afirmação de que, em *Dona Anja*, o processo da reescritura explicita também um gesto de interpretação e autoria. No lugar do possessivo “nosso” o adjetivo “eminente”, aqui, não há referência à consensualidade, pelo contrario, acentua o dissenso entre partido de situação (que se une à Igreja Católica) e oposição. A comparação do divórcio com a Guerra do Paraguai dá a dimensão do embate político. Quando enuncia “Ele é cardeal e sabe o que diz, pois se não soubesse, talvez **fosse hoje vereador do MDB**”, observamos uma posição-sujeito identificada a um saber da FDG. Em realidade, quando afirma “se não soubesse”, sugere a falta de conhecimento de causa por parte dos emedebistas. O autor enfatiza esse imaginário sobre a oposição criado pelos governos militares no sentido de desarranjar/rearranjar saberes, deslocar sentidos. A modificação desses enunciados na versão da primeira edição para (“as declarações feitas pelo **eminente** Cardeal [D. Vicente Scherer, Arcebispo de Porto Alegre,]



a respeito do divórcio” e “Ele é Cardeal e sabe o que diz, pois se não soubesse, **seria hoje apenas um vereador do MDB.**”), não só comprova a defesa do divórcio de Josué Guimarães, mas também a forte identificação com a oposição o espírito de resistência.

Isso nos estimula ainda a olhar para o deslizamento de sentidos produzido entre “talvez fosse hoje vereador do MDB” e “seria hoje apenas um vereador do MDB.”, a oscilação entre os estados de incerteza (versão datiloescrita) e certeza (versão da primeira edição) reconstrói no sujeito-autor o imaginário de oposição ao olhar do outro. É possível observar no forte desprezo dos arenistas aos emedebistas um certo medo do perigo de que estes pudessem representar e, por que não dizer, forçar a aprovação do divórcio.

Considerando as Sds 10, 11 e 12, dizemos que os saberes que estão sendo linearizados, por um membro da situação, e também político influente, podem ser identificados com o lugar do bom sujeito e não do mau. O mau sujeito, por sua vez, emerge na figura do senador Nelson Carneiro (filiação ao partido de oposição), passa a ser desqualificado, nas determinações “ anticristo” “ encarnações do diabo na terra, capetas e subversivos”. Não se pode aprender/conhecer o todo. Nesse sentido, a ordem do real é heterogênea e os pré-construídos são incorporados do exterior da formação discursiva para o seu interior, o que possibilita a organização do repetível, na reformulação, sobre o que significa ser opositor ao governo. E os deslocamentos, as reformulações, portanto, há novos gestos de interpretação e, por consequência, assunção à autoria.

Quanto ao processo de reformulação na Sd 13, o sujeito enunciador, ao dizer “afinal **o casamento não é só um contrato social, mas divino**”, **observamos** a forte presença de saber da FD religiosa, no caso a posição-sujeito da Igreja Católica. O vínculo dessa posição não aparece somente relacionado à Igreja e, sim, identifica-se com instituições: família, igreja, Estado. Por outro lado, esses fazem ressoar na memória saberes que vêm, especialmente, da posição-sujeito fascista da FDG. Assim, é importante articular a reflexão sobre o processo de discursivização às dinâmicas capitalistas, associadas por governos e amparadas por mecanismos estatais coercitivos no interior de uma sociedade. Os atos de casar e descasar, em nossa análise, significam o modo como o Estado e a Religião exercem força (domínio) sobre o sujeito. Logo, acima da realização pessoal e da felicidade, encontram-se outros saberes ligados à moral, a dogmas.

Com base nas mudanças apresentadas pelos dois quadros ilustrativos, é possível afirmar, de acordo com os apontamentos de Pêcheux e Fuchs (1975), “que a língua por ser o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido, a determinação, que revela da língua

está sempre presente e ela exerce , por exemplo, sob a forma que os linguistas chamam de regras sintáticas”.

A AD desenvolve, a propósito das construções relativas, uma concepção de determinação que se arquiteta colocando em jogo fatores semânticos e fatores sintáticos. Por fatores sintáticos podemos compreender os efeitos e sentido da sintaxe à medida que ela é uma das manifestações daquilo que se pode chamar de autonomia relativa da língua. Essa noção de autonomia relativa da língua assinala a independência de um nível de funcionamento do discurso em relação às formações ideológicas que nele se articulam, nível de funcionamento relativamente autônomo de que a linguística faz teoria. O entendimento que permite pensar este nível de funcionamento é o da língua (*langue*). Essa autonomia é relativa uma vez que a produção e interpretação dos discursos concretos, as fronteiras que separam e revelam face a autonomia relativa da língua não podem ser assinalados *a priori*. Isso quer dizer que, para a AD, todo discurso concreto é duplamente afetado, de um lado, pelas formações ideológicas que se ligam a formações discursivas definidas e, de outro, pela autonomia relativa da língua.

Da relação decorrente entre os dois tipos de determinação do discurso sucede a noção de paráfrase discursiva que, segundo Henry, trata-se de

uma noção “contextual” no sentido de que as paráfrases discursivas dependem das condições de produção e de interpretação, ou seja, das formações discursivas diversas às quais o discurso pode estar relacionado para nelas produzir sentido” (1990,p. 59).

Com isso, observamos que as substituições/alterações/ inclusões de Josué Guimarães ao corpo do texto da narrativa *Dona Anja* constituem evidências materiais da afetação das formações ideológicas e discursivas que funcionam como efeito de paráfrase discursiva e também interferem por meio do intradiscurso e da memória discursiva no processo de constituição do sujeito em sujeito-autor . Além dos efeitos de paráfrase discursiva ilustrados pelas modificações na materialidade discursiva da narrativa, formulamos um terceiro quadro que nos permite delinear a imagem que cada adversário constrói do seu interlocutor. A elaboração do quadro obedece aos postulados de Pêcheux (1997, p.82) ao demonstrar o funcionamento dos processos discursivos e a atuação das formações imaginárias em que os interlocutores, genericamente, são representados por A e B, lembrando que essa representação genérica designa os lugares que A e B atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles

fazem de si, de seu próprio lugar e do lugar do outro e que todo o processo discursivo supõe a existência das seguintes formações imaginárias:

- IA(A): Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A - Quem sou eu para lhe falar assim?
- IA(B): Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A - Quem é ele para que eu lhe fale assim?
- IB(B): Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B - Quem sou eu para que ele me fale assim?
- IB(A): Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B - Quem é ele para que me fale assim?

Sendo que A (corresponde ao prefeito Chico Salena) e B (corresponde ao vereador Pedrinho Macedo) então temos:

IA (A)= a imagem do lugar que o prefeito constitui do seu próprio lugar.

IA (B)= a imagem do lugar do vereador para o prefeito.

IB (B)= a imagem que o vereador constitui do seu próprio lugar.

IB (A)= a imagem do lugar do prefeito para o vereador.

Ao considerarmos o lugar social ocupado pelo sujeito, implica também considerarmos que a posição dos participantes do discurso intervém nas condições de produção deste. Dando continuidade ao que expomos, passamos ao quadro elaborado a partir das Sds que compõem o recorte dois para então prosseguirmos com as considerações.

Quadro 6 – Representação da imagem que os adversários tem um do outro

Imagem que o prefeito tem do vereador	Sujeito que não sabe o que diz, um aliado do mal contra a família e a pátria.
Imagem que o prefeito tem do Senador Nelson Carneiro	Anticristo.
Imagem que o Prefeito tem do Cardeal	Sujeito que está numa posição acima daqueles que o rodeiam, superior.
Imagem que o vereador tem do prefeito	Um sujeito hipócrita que defende o casamento ao mesmo tempo em que tem duas amantes e que só lê o que lhe interessa ou convém.
Imagem que o vereador tem do Senador Nelson Carneiro	Um sujeito que luta por melhorias na vida social dos brasileiros e que irá colocar o Brasil em nível de igualdade com as nações mais adiantadas do mundo.
Imagem que o vereador tem do Cardeal	Um sujeito aferrado à rotina ou às ideias antigas, e, portanto, inimigo do progresso.

Fonte: elaborado pela autora

Com base no quadro, é possível afirmar que a imagem que o prefeito forma do seu lugar social é de um sujeito que representa a cidade, eleito pelo povo, membro da ARENA, aliado do presidente da República, defensor da família, da moral, da virtude, do casamento como um contrato divino e da santa madre igreja católica. Já a imagem que o prefeito organiza acerca do vereador e do lugar do vereador é de um sujeito subversivo, desordeiro, que faz parte da minoria política do país, alguém que não sabe o que diz e por isso é membro do MDB e não da ARENA. Um sujeito aliado do mal que deseja acabar com o vínculo divino do matrimônio ao enunciar-se favorável ao divórcio. Um inimigo da família, da pátria, da santa madre igreja católica, que dá ouvidos a um pastor protestante que se baseia em uma Bíblia que sequer é reconhecida pelo catolicismo. Um sujeito que não possui o mesmo poder e legitimidade que ele, pois um vereador está hierarquicamente abaixo do prefeito.

Já a imagem que o vereador compõe do seu lugar social e de si difere da que o prefeito organiza a seu respeito. O vereador se vê como um sujeito disposto a deflagrar as injustiças sociais do regime imposto pela ARENA bem como a hipocrisia de seus aliados, falsos defensores da família e do povo. Embora faça parte da minoria política, não se corrompe nem se cala, muito menos se deixa calar pelas sanções e coerções impostas pela ditadura da ARENA. Alguém que resiste com bravura e que demonstra conhecer os preceitos de Cristo acerca do divórcio. Para o vereador, o prefeito é um ilustre representante da hipocrisia, um falso defensor da família, do evangelho da santa madre igreja católica e seu adversário político, no entanto, reconhece que, por ocupar o lugar social de chefe do Poder Executivo da municipalidade, é merecedor de um tratamento que respalde isso, conforme podemos verificar no enunciado do vereador extraído do capítulo XIII:

“ \_ Isso não \_ Interrompeu Pedrinho\_ o prefeito não pode aparecer morto aqui na casa de Dona Anja. Ia ser um escândalo dos diabos, o MDB ia tirar proveito **[para as próximas eleições]**” (GUIMARÃES,1978,p. 186).

Esse enunciado evidencia que apesar de fazer suas críticas ao prefeito, de serem adversários políticos e assumirem posições diferentes em relação ao divórcio, o vereador reconhece que Francisco Salena, por ocupar o lugar de chefe executivo da municipalidade, não pode ter a verdade sobre as circunstâncias da sua morte divulgada em virtude do lugar e da posição social que o prefeito ocupa.

Ainda, embora não façam parte do processo discursivo dialógico estabelecido entre o prefeito e o vereador, dois sujeitos que não interagem nesse processo dialógico são citados

pelos interlocutores em seus argumentos e é clara a imagem que cada um dos interlocutores institui para esses sujeitos. O prefeito cita o Cardeal D. Vicente Scherer, Arcebispo de Porto Alegre, que, em sua concepção, é um sujeito que além de ser autoridade do Sacro Colégio Pontifício, é também alguém que, pela designação do adjetivo *eminente* empregado antes do substantivo cardeal, encontra-se em uma posição de superioridade aos demais, que se eleva diante dos que o rodeiam e por isso sabe o que diz.

Da mesma forma, o vereador utiliza-se, no seu discurso, da imagem do Senador Nelson Carneiro, que numa questão hierárquica está acima da posição e do lugar do prefeito. Pedrinho Macedo concebe a imagem do Senador como um sujeito que ocupa o lugar de membro da Câmara alta de um país e também de alguém que se empenha pelo progresso e pelo bem-estar da nação. Tal imagem difere da opinião do prefeito, para quem o Senador Nelson Carneiro, em virtude da sua proposição da emenda do divórcio ao Congresso Nacional, constitui a imagem do anticristo. Para Pedrinho, contudo, Nelson Carneiro é um aliado do povo, um senador que visa melhorar as condições de vida dos brasileiros. Isso que observamos nas Sds que compõem esse recorte que apresentamos pode ser verificado no que postula Durand (2004, p.41): “[...] o imaginário constitui o conector obrigatório pelo qual forma-se qualquer representação humana”.

É com base nessa afirmação de Durand de que o imaginário é o meio pelo qual o homem é representado que buscaremos analisar a representação da classe operária na narrativa.

### 3.2.1.3 A polícia e a política contra os subversivos

Na sequência, apresentamos o recorte 3 o qual é composto de uma sequência discursiva que ilustra o pensamento e a imagem que o delegado de polícia, Dr. Rutílio, concebe daqueles que divergem das práticas do governo e da sociedade. A figura do delegado, representa não só a autoridade policial como também simboliza uma comando político uma vez que é função da polícia zelar pela ordem fazendo cumprirem-se as leis as quais são elaboradas pelo poder legislativo que é formado pelos vereadores, nos municípios, pelos deputados estaduais, nos estados e pelos deputados federais e senadores no Congresso Nacional em Brasília. Portanto, à polícia cabe essa dupla função em virtude de ser uma corporação governamental incumbida de manter a ordem pública, prevenir e descobrir

crimes e fazer respeitar e cumprir as leis zelando pela moralidade dos costumes, averiguando, reprimindo ou apontando as causas que perturbem a sinergia social.

Este recorte tem como objetivo evidenciar a imagem daqueles que ousavam reclamar direitos ou melhorias no período da ditadura. Observaremos a partir da materialidade linguística os efeitos do litígio que os gestos dos sujeitos considerados subversivos produzem.

### Recorte 3

O recorte que exibiremos a seguir foi retirado do Capítulo VIII da narrativa em análise. A Sd14 situa-se entre as páginas 99 e 100 da primeira edição da obra, momento em que ocorre a chegada da autoridade policial, o delegado de polícia, Dr. Rutílio, à casa de Dona Anja. Como nos recortes anteriores, esse também apresenta duas versões da mesma Sd.

#### Versão datiloescrita

**Sd14** “O trinco da porta de entrada girou lentamente e pela fresta aberta surgiu a cara talhada a machado do delegado de polícia, homenzarrão de grossos bigodes e de cabelos ralos, enérgico defensor da tranquilidade da sociedade local, inimigo declarado dos subversivos (que infelicitam a Pátria brasileira), dos líderes operários que nas três fábricas de porte da cidade só queriam aumentos de salários (ele havia declarado ao jornal **A voz da Cidade** que o operário hoje em dia quer ganhar mais do que os bacharéis **que fazem o sacrifício de cinco anos numa escola superior para** conseguir um anel de rubi que **eleve** cultura brasileira diante **dos olhos do mundo**, dos estudantes que colam cartazes ilegais nos muros da cidade (aproveitando-se da calada da noite que acoberta os criminosos) **dos** marginais, **dos fora da lei**. O largo casaco xadrez disfarçava **sempre** o coldre de peitoral que sustentava o revólver 38, cano curto, sob o braço esquerdo e mais **o** outro preso ao cinto, lado direito, para ser puxado nos casos de mais precisão.

#### Versão da primeira edição

**Sd14** “O trinco da porta de entrada girou lentamente e pela fresta aberta surgiu a cara talhada a machado do delegado de polícia, homenzarrão de grossos bigodes e de cabelos ralos, enérgico defensor da tranquilidade da sociedade local, inimigo declarado dos subversivos (que infelicitam a Pátria brasileira), dos líderes operários que nas três fábricas de porte da cidade só queriam [**saber de**] aumentos de salários (ele havia declarado ao jornal **A voz do Povo** que o operário hoje em dia quer ganhar mais do que [**os patrões,**] do que os bacharéis **que precisam de vinte anos de sofridos estudos para** conseguir um anel de rubi que **possa dignificar a** cultura brasileira diante dos **outros povos do** mundo), dos estudantes que colam cartazes ilegais nos muros da cidade (aproveitando-se da calada da noite que acoberta os criminosos) e **os** marginais), [**dos meninos que infestavam as praças e ruas vagabundeando, dos mendigos que se valiam da caridade pública e do amor dos cristãos para não precisarem ganhar o pão com o suor do próprio rosto.**] O largo casco xadrez disfarçava **mal** coldre de peitoral que sustentava o revólver 38, cano curto, sob o braço esquerdo e mais **um** outro preso ao cinto, lado direito, para ser puxado nos casos de mais precisão.”

As alterações que a Sd14 traz permitem, além de uma análise linguística e dos efeitos de sentido produzidos, outros olhares. Nesse recorte, nosso olhar acontece sob a ótica do litígio que se estabelece entre a política e a polícia levando em conta a incompletude do sujeito. Apropriamo-nos do afirmado por Orlandi (1988) de que “ a noção de sujeito deriva da concepção que vê na linguagem um trabalho, uma forma de interação entre o homem e a realidade natural e social”, para destacar que essa concepção de sujeito se conecta pelo viés imaginário, ou seja pela imagem que o sujeito tem de si e do outro.

Não podemos deixar de enfatizar que as substituições realizadas pelo autor, além de representarem e de marcarem a subjetividade dele na materialidade do texto como autor, ilustram uma importante questão social. Quem são os subversivos, os líderes operários, os estudantes, os criminosos, os marginais, os meninos que infestam as praças vagabundeando e os mendigos? Eles são a outra parte da sociedade, aquela parte que não tem parte. Essa parte que não tem parte na sociedade foi o grupo por quem Josué Guimarães esforçou-se, no intuito de melhorar-lhes as condições de vida e de trabalho, quando foi vereador pelo PTB em Porto Alegre.

Rancière afirma que os “clássicos” nos ensinam que a política não se ocupa dos vínculos com os indivíduos, nem das relações entre os indivíduos e a comunidade, ela é da alçada de uma contagem das “partes” da comunidade, contagem que é sempre uma falsa contagem, uma dupla contagem ou um erro na contagem. Essa afirmação resulta de uma concepção de política a qual deriva de duas palavras-chave: igualdade e liberdade. Se aceitarmos que a liberdade vem separar a oligarquia dela mesma, impede-a de governar pelo simples jogo aritmético dos lucros e das dívidas. A lei que rege a oligarquia é, de fato, aquela em que a igualdade “aritmética” manda sem obstáculos, que a riqueza seja imediatamente idêntica à dominação. No passado os pobres submetiam-se aos nobres. Essa estrutura ainda permanece, embora não tenhamos mais a designação “nobres” e “camponeses ou plebeus”, a sociedade capitalista encontra-se organizada em classes, sendo que na classe A, encontram-se os ricos, os representantes da oligarquia. Esses, em virtude das suas posses exercem a sua dominação sob aqueles que vivem na pobreza. O litígio se estabelece quando os dominados (pobres) resolvem reivindicar a sua parcela. Quem são eles para reivindicar algo se eles fazem parte da parcela dos sem parcela? As declarações do delegado Rutilio, expostas no jornal a respeito dos líderes operários que passaram a reclamar melhores salários, dos que se revoltam contra a opressão, dos mendigos e de todos aqueles que reclamam a sua parcela não aceitando mais permanecer sob o jugo das oligarquias, ilustram na narrativa esse litígio, esse desentendimento entre os que dominam e aqueles que são dominados, pois a guerra dos



pobres e dos ricos é a guerra sobre a própria existência da política. E isso é um efeito político conforme postula Rancière

a política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela. Essa instituição é o todo da política enquanto forma específica de um vínculo. Ela define o comum da comunidade como comunidade política, quer dizer, dividida, baseada num dano que escapa à aritmética das trocas e das reparações. Fora dessa instituição, não há política. Há apenas ordem da dominação ou desordem da revolta (1996, p. 27).

O delegado de polícia pertence à parcela dos que exercem poder na sociedade, é ele quem deve garantir a ordem e a segurança dos cidadãos obedecendo à lei. Para ele, qualquer indivíduo que se manifeste contra a dominação ou reivindique melhores condições de vida é, antes de mais nada, um perigo para a ordem da dominação. A atuação do delegado é política e policial, uma vez que a política não é o nome de nada, não podendo ser outra coisa senão a polícia, ou seja, a denegação da igualdade.

Ainda, a Sd14 permite inferir que no discurso/pensamento do delegado encontramos diluído nesse “pensamento” a presença do outro. O outro, nessa situação enunciativa, constitui-se na presença subjetiva do autor que se dilui no discurso da personagem. No dizer de Indursky (1998): “Um sujeito com tais características apresenta ‘o dizer do outro’ como parte integrante da constituição do seu dizer, o outro é constitutivo do eu.”

Essa afirmação de Indursky reforça a nossa tese de que Josué Guimarães se utiliza do dizer do outro imbricado na fala dos personagens, pois, dessa maneira, pode emitir sua crítica à sociedade daquele período, na qual vive, sem se comprometer, uma vez que, em virtude da repressão da ditadura, a censura atua controlando, interditando e silenciando toda e qualquer manifestação contrária ao governo militar. Isso também implica dizer, de acordo com Orlandi (1988), que não se pode apreender no discurso um sujeito-em-si, mas um sujeito constituído socialmente, pois não é apenas as convenções que contam, já que as convenções constituem parte fundamental do dizer. Importa salientar que embora o “pensamento” do delegado pareça em desacordo com o posicionamento do autor, ao manifestar esse pensamento em conformidade com a convenção da oligarquia, Josué Guimarães mostra a imagem que os membros da alta sociedade têm da parcela dos sem parcela. Dessa forma, com sutileza, manifesta a sua crítica àqueles que oprimem e negam melhores condições de vida e de trabalho à grande maioria, ou seja, o povo.

Quadro 7 - Sistematização das sds do recorte 3 com alterações

Sequência Discursiva	Versão datiloescrita	Versão da primeira edição (1978)	Inclusões
Sd14	A Voz da Cidade	A Voz do Povo	Saber de
	os bacharéis que fazem o sacrifício de cinco anos numa escola superior para...	os bacharéis que precisam de vinte anos de sofridos estudos para...	Os patrões
	Eleve	Possa dignificar	
	diante dos olhos do mundo,	diante dos outros povos do mundo	dos meninos que infestavam as praças e ruas vagabundeando, dos mendigos que se valiam da caridade pública e do amor dos cristãos para não precisarem ganhar o pão com o suor do próprio rosto.
	dos marginais, dos fora da lei	e os marginais	
	Sempre	Mal	
	O	Um	

Fonte: elaborado pela autora

A Sd 14, inicia com a descrição física do autor acerca da personagem do delegado. Vemos pelos os detalhes fornecidos que se trata de um homem cujo semblante é desprovido de traços de amabilidade, como podemos observar “surgiu a cara talhada a machado do delegado de polícia, homenzarrão de grossos bigodes e de cabelos ralos”, já de início, o autor imprime a imagem de alguém capaz de usar de todos os meios para garantir a ordem, mesmo que seja necessário torturar ou matar.

O quadro acima, também nos permite observar que as alterações (por meio de substituições, supressões e inclusões), mantém as regularidades e não ocorrem de forma simétrica. Nesse movimento entre a escrita e a reescrita, percebe-se a inscrição do representante da lei, o delegado de polícia, na posição de aliado do governo. Nessa Sd também encontramos deslizamentos de sentidos e esses também incidem sobre o fazer-constituir-se autor. Na Sd 14, quando o autor enuncia sobre a atuação do delegado de polícia como: “enérgico defensor da tranquilidade da sociedade local, inimigo declarado dos subversivos (que infelicitam a Pátria brasileira), dos líderes operários que nas três fábricas de porte da cidade só queriam aumentos de salários ...” o enunciado revela que o delegado usa da força para conter qualquer manifestação que possa colocar em risco o sossego da sociedade. Esse posicionamento do delegado aponta para a inscrição do sujeito enunciativo com filiação aos saberes da FDG e por isso é inimigo declarado dos subversivos, dos líderes operários, dos estudantes, dos marginais e dos meninos e mendigos que infestam as praças. Todos esses representam ameaça ao governo, uma vez que os subversivos visam a propagação de ideias

novas pretendendo uma nova ordem das coisas, ou seja, essas ideias são contrárias às praticadas pelo governo e por isso devem ser silenciadas. Os líderes operários organizados em sindicatos, cuja origem está nas LIGAS e ou nas Associações de Resistência ainda na década se trinta, também oferecem perigo aos interesses da burguesia. No trabalho de SCHONS (2006) encontramos os objetivos da classe operária. Segundo a autora:

A luta política da classe operária deveu-se à crença de que as associações e os sindicatos poderiam atender aos objetivos de: a) servir como entidades fundamentais para a luta pela melhoria das condições de vida do operariado e para a emancipação social; b) servir de base para a construção de uma nova organização econômica da sociedade; c) organizar a luta direta contra o patronato, na qual a greve desempenha um papel fundamental. (2006, p. 19).

Os objetivos apontados por Schons acerca da luta da classe operária ilustram o perigo que os sindicatos representavam à ordem social da divisão do capital e aos interesses da burguesia e do patronato, por isso a necessidade de serem contidos. Aqui vale lembrar, conforme as pesquisas de DE SOUZA SANTOS (2009) que o golpe militar foi financiado pela burguesia e, por isso, os sindicatos necessitavam de controle. Em decorrência da ameaça que eles representavam, o governo militar interveio nos sindicatos, prendeu, assassinou e expulsou do país as principais lideranças políticas e sindicais. De 1945 a 1964, o Movimento Operário e as forças progressistas conquistaram inúmeras vitórias. Porém, não conseguiram impedir o Golpe de classe articulado pelo Grande Capital. O dia 31 de março de 1964 marcou a data do golpe de classe dos capitalistas contra os trabalhadores. A forma de governo mais conveniente para o capital era a ditadura militar. Os novos donos do poder diziam que o golpe veio para acabar com a inflação, com a corrupção, com a desordem e não deixar o país cair nas mãos da União Soviética. E ainda: que iriam fazer as verdadeiras Reformas de Base em benefício de todos os brasileiros. Mas na prática o que ocorreu foi a intervenção nos sindicatos, a prisão, a morte e o exílio de milhares de dirigentes, de operários e de camponeses. O decreto 4.330 de junho de 1964 depois conhecido como lei antigreve deu ênfase à proibição das greves. A ditadura militar extinguiu as negociações diretas entre patrões e empregados e, ainda deliberou reajustes salariais abaixo da inflação e com isso surgiu o arrocho salarial. Todas essas práticas do governo geraram descontentamentos nas classes populares. Para conter qualquer manifestação dos descontentes a polícia teve papel fundamental, uma vez que coube a ela conter, reprimir e dismantelar qualquer atitude que pudesse prejudicar os interesses do governo.

Assim como os líderes operários constituíam ameaça ao regime, os estudantes, do mesmo modo, preocupavam. Dentre os movimentos populares, o Movimento Estudantil (ME) teve expressividade na luta contra o regime militar. O XXX Congresso da UNE ( União Nacional dos Estudantes) que se realizou em Ibiúna, em outubro de 1968 teve presença marcante de líderes como Vladimir Palmeira, José Dirceu e Luís Travassos. O Movimento Estudantil promoveu manifestações contra o regime governamental e gritavam palavras de ordem pelo fim da ditadura e incitavam o povo a se armar para derrubar a ditadura. Em decorrência disso, líderes estudantis foram assassinados. Entre os mortos os nomes de Carlos Marighella, líder na Aliança Libertadora Nacional e de Mário Alves, líder do PCB. Os estudantes foram alvo de repressão, perseguição e silenciamento porque eram engajados na luta da classes operária demonstrando a influência do marxismo-leninismo na UNE.

Todas as lutas dos operários e dos estudantes, de certo modo, foram exploradas pelos governantes da época para produzir um imaginário de que eles seriam os responsáveis pela desordem e criaram uma nova categoria para esses militantes políticos que é a imagem dos criminosos, ou seja, dos “ fora da lei” ( conforme se lê na Sd14). É essa imagem que se traduz/ reproduz na fala do delegado de polícia.

Em virtude de toda a movimentação e atuação dos líderes operários e estudantis que promoviam uma revolta daqueles que fazem “parte da parcela dos sem parcela” conforme Rancière(1999), que essas organizações se tornaram alvo de perseguições e de execuções sob o pretexto de garantir a ordem e o sossego. A polícia teve papel fundamental para assegurar a “tranquilidade”. De acordo com Sd14, a figura do delegado de polícia, em decorrência de todos esses atos de repressão e perseguição que também promoveram mortes, não pode ser descrita como alguém que tivesse um semblante terno, mas sim a imagem de uma face talhada a machado sem nenhum traço de compaixão. Ainda, na versão datiloescrita, podemos observar que todos esses integrantes dos movimentos populares e que faziam greves integravam a lista dos inimigos da pátria.

Na versão da primeira edição da Sd14, as inclusões realizadas pelo autor enfatizam os anos de estudo dos bacharéis “[os patrões,] do que os bacharéis **que precisam de vinte anos de sofridos estudos para** conseguir um anel de rubi que **possa dignificar a** cultura brasileira diante dos **outros povos do mundo),”**, na versão datiloescrita o destaque está apenas nos anos de estudo superior. Aqui vale lembrar, conforme as pesquisas de DE SOUZA SANTOS (2009) a formação acadêmica, no Brasil, seguia os moldes norte-americanos, ou seja, o ensino era voltado para a formação técnica.

Ainda, o quadro sete nos permite inferir que as inclusões realizadas pelo autor ilustram o descaso que as autoridades policiais e políticas tinham em relação à “parcela dos sem parcela” naquele período em que a narrativa foi produzida. Não levam em conta os fatores sociais que obrigavam os meninos e os mendigos à ocuparem as praças públicas, “esqueciam” que é o governo quem deveria criar oportunidades de inclusão social proporcionando o acesso ao mercado de trabalho por meio de um ensino profissionalizante. Preferiam ilustrar uma imagem negativa dos menos favorecidos como quem se vale da “caridade” dos cristãos para não fazerem nada em vez de oferecerem escola para todos. Ao incluir, no enunciado, “os meninos que infestavam as praças e as ruas vagabundeando”, percebemos a proeminência de Josué Guimarães assumindo o papel do jornalista que realiza uma crítica à sociedade elitista e ao governo que não oferecia acesso à educação para todos os brasileiros. Lembramos, que Josué Guimarães sempre lutou em favor dos direitos e do bem-estar social do povo .

É nessa busca pelo bem-estar social que passamos ao quarto recorte o qual apresenta o divórcio como uma possibilidade de melhoria na vida de muitas pessoas que vivem “fora da lei” em virtude de a lei não permitir àqueles que viviam amigados numa segunda união resolverem a sua situação conjugal.

#### 3.2.1.4 Divórcio uma questão de bem-estar social

Apresentamos na sequência o quarto recorte o qual é composto por duas sequências discursivas que representam uma situação enunciativa de interlocução entre o leão-de chácara, Amâncio Romanguera, e o prefeito, Francisco Salena. Esse diálogo encontra-se no Capítulo X, na página 135 da obra em análise. Há que se destacar, sobre isso, que, como os demais recortes, esse também apresenta duas versões para cada Sd, a primeira é a versão datiloescrita e a segunda é a versão da primeira edição.

#### **Recorte 4**

##### **Versão datiloescrita**

**Sd15** “...sabe, doutor, não sei se o que vou dizer é ou não um despautério, mas acho cá no meu fraco entendimento ( eu não tenho nem o curso primário, mas a vida me ensinou muita coisa) até que o divórcio podia resolver **certos casinhos** que andam por aí, com tanto desinfeliz amigado e com filho dentro de casa, uma **pouca** vergonha , e se o marido e a mulher pudessem procurar o padre e tratar do divórcio dentro da lei até que nem seria muito ruim, o senhor não acha doutor?”

**Sd16** “O prefeito recuou como se tivesse sido picado por uma vespa e bateu com o tampo da janela. Retornou ao seu lugar e disse para os demais indignado: querem acabar com a religião, com a moral, com o **civismo**, querem acabar com a consciência das pessoas, querem até mesmo acabar com a imagem de Deus que **já trazemos de berço**, vejam aí um exemplo concreto, até esse pobre homem de porta de rua, que tem **mais de dez filhos**, achando que o divórcio pode resolver todos os problemas do homem e da mulher; é demais, francamente, acho que vamos acabar morrendo **noutro** dilúvio maior, mais arrasador.”

#### Versão da primeira edição

**Sd15** “...sabe, doutor, não sei se o que vou dizer é ou não um despautério, mas acho cá no meu fraco entendimento ( eu não tenho nem o curso primário, mas a vida me ensinou muita coisa) até que o divórcio podia resolver **muita coisa, pelo menos certos casos** que andam por aí , com tanto desinfeliz amigado e com filho dentro de casa, uma **falta de** vergonha , e se o marido e a mulher pudessem procurar o padre e tratar do divórcio dentro da lei até que nem seria muito ruim, o senhor não acha doutor?”

**Sd16** “O prefeito recuou como se tivesse sido picado por uma vespa e bateu com o tampo da janela [**irritado**].Retornou ao seu lugar e disse para os demais indignado: querem acabar com a religião, com a moral, com o **espírito cívico**, querem acabar com a consciência das pessoas, querem até mesmo acabar com a imagem de Deus que **é coisa que a gente traz de berço**, vejam aí um exemplo concreto, até esse pobre homem de porta de rua, que tem **uma penca de filhos, parece que dez ou onze** achando que o divórcio pode resolver todos os problemas do homem e da mulher; é demais, francamente, acho que vamos acabar morrendo **num outro** dilúvio maior, mais arrasador ,[ **sem Arca de Noé e sem nenhum casal sendo salvo para a perpetuação da espécie sobre a face da terra**].”

A partir destas Sds, podemos pensar no quanto são significativos os processos de reformulação e as mudanças que se recuperam nesses processos. Além disso, é importante considerar o nível de envolvimento do sujeito-autor na criação da narrativa. Sob a ilusão de controle do seu dizer, observamos os deslizamentos de sentido, cuja movimentação da posição-sujeito possibilita observar tomadas de posição. Na Sd15 encontramos um saber popular na passagem “( eu não tenho nem o curso primário, mas a vida me ensinou muita coisa) até que o divórcio podia resolver certos casinhos que andam por aí, com tanto desinfeliz amigado e com filho dentro de casa, uma pouca vergonha , e se o marido e a mulher pudessem procurar o padre e tratar do divórcio dentro da lei até que nem seria muito ruim, o senhor não acha doutor?” refletindo o desarranjo e rearranjo de um saber religioso e moral, segundo o qual é fundamental para a aprovação do divórcio, a fim de solucionar “certos casinhos” (versão datiloescrita). Assim como Josué Guimarães, muitos outros casais também necessitavam regularizar a sua situação de “amigados”, o que não constituía tão somente uma questão de honra, mas uma questão de bem-estar social, pois mediante o divórcio ambos os cônjuges estavam livres para contrair novas núpcias, não só legalmente mas com amparo da lei, principalmente no que se refere ao direito dos filhos à pensão alimentícia e à partilha de bens, entre outros fatores. Tal situação pode ser observada no

texto da Lei do Divórcio de 1977, que se encontra na íntegra no Anexo A desta dissertação, mas que terá, aqui, a título de ilustração, pequeno trecho reproduzido:

**Art. 27.** O divórcio não modificará os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos.

Parágrafo único. O novo casamento de qualquer dos pais ou de ambos também não importará restrição a esses direitos e deveres.

**Art. 28.** Os alimentos devidos pelos pais e fixados na sentença de separação poderão ser alterados a qualquer tempo.

**Art. 29.** O novo casamento do cônjuge credor da pensão extinguirá a obrigação do cônjuge devedor.

**Art. 30.** Se o cônjuge devedor da pensão vier a casar-se, o novo casamento não alterará sua obrigação.

**Art. 31.** Não se decretará o divórcio se ainda não houver sentença definitiva de separação judicial, ou se esta não tiver decidido sobre a partilha dos bens.

**Art. 32.** A sentença definitiva do divórcio produzirá efeitos depois de registrada no Registro Público competente.

**Art. 33.** Se os cônjuges divorciados quiserem restabelecer a união conjugal só poderão fazê-lo mediante novo casamento.

Esses sete artigos referem-se à solução para os problemas que Amâncio, o leão-de-chácara, se refere na Sd 15, quando se dirige ao prefeito. No entanto, a solução para os problemas dessas uniões gera um problema grave, não só para o prefeito como para muitos outros cidadãos ilustres, que se aproveitam da indissolubilidade do casamento para manterem relações extraconjugais sob a alegação de que não podem deixar a esposa e os filhos porque a lei brasileira não permite o divórcio. O próprio prefeito utiliza-se desse argumento para passar “tardes de amor” com Isabel, sua amante. O bem-estar que a aprovação do divórcio promove para a maioria dos brasileiros pode ser fatal para uma minoria e é exatamente isso que Josué Guimarães denuncia na narrativa. É por isso que a posição sujeito dele se dilui, se entrelaça, se (con)funde com os discursos de algumas personagens. Conforme formula Orlandi (1988), a relação entre o *eu* e o *tu* é dada pela relação entre o público e o privado, pois esse é o aspecto que ressalta ao pensarmos essa forma de produção literária em que o autor fala diretamente de si, de sua privacidade e de modo público. A autora destaca três aspectos em que essa relação pode ser averiguada. O primeiro é que ao se escrever resgata-se a impotência em relação ao real. Quando se mostra oprimido, o autor identifica o outro que o oprime. Colocando isso numa perspectiva histórica, pode ser visto da seguinte forma: ao contar sua



história (contida) ela vira estória (literatura) e passa para História (contada). É um processo de legitimação. Essa é uma forma da saída do silêncio. Esse silêncio tem o sentido da censura, da opressão, da falta de liberdade e da falta de perspectiva de agir sobre o real, da impossibilidade de criticar e de discordar. Assim, o autor representa um modo de reação à opressão na perspectiva histórico-social, política: ao contar a opressão torna públicos os seus mecanismos. O segundo aspecto levantado pela autora diz respeito à crise de identidade, dada à forma que tem a nossa sociedade: a da dispersão, pois, para a constituição da identidade, não bastam as relações, é preciso recompô-las, dar-lhes unidade a partir de uma vontade que se dá como autoria. E a escrita permite esse distanciamento do cotidiano favorecendo a fixação de pontos de vista. A suspensão dos acontecimentos para a observação pela escrita permite a autorreferência sem as intervenções que se dariam nas situações ordinárias da vida. Nessa situação, o autor escreve para falar de si mesmo. O outro parece ser o objeto da atenção, mas o *eu-mesmo* é o objeto final dela. O último aspecto coloca em questão a ideologia do sucesso: “olha eu aqui, eu sou poeta” “Porque não?”. Na Sd15, a fala da personagem de Amâncio ilustra com clareza os dois primeiros aspectos levantados por Orlandi no que se refere à diluição do eu enunciativo do autor no discurso da personagem como um mecanismo de autorreferência do autor, das suas questões pessoais no corpo da narrativa. A utilização do outro como constitutivo de si é um recurso que permite ao autor escapar do controle e da sanção praticada pelo regime da ditadura naquela época em que a obra foi produzida.

Quadro 8 - Sistematização das sds do recorte 4 com alterações

Sequência Discursiva	Versão datiloescrita	Versão da primeira edição (1978)	Inclusões
Sd15	Certos casinhos	certos casos	Muita coisa, pelo menos
	Pouca	Falta de	
Sd16	Civismo	Espírito cívico	Irritado
	Já trazemos de berço	é coisa que a gente traz de berço	
	Mais de dez filhos	uma penca de filhos, parece que dez ou onze	

Fonte: elaborado pela autora

As alterações que o quadro nos mostra permitem averiguar que, da primeira versão datiloescrita da obra para a versão da primeira edição, o autor mantém, desde os elementos pré-textuais da capa até o fim, a regularidade das alterações/ inclusões/ substituições no corpo do texto da narrativa. Certamente elas são realizadas para, através dos recursos que a língua oferece, produzir com ironia e sarcasmo a sua crítica à sociedade e ao governo daquele período.

A Sd 15, ilustra a fala do leão-de-chacára Amâncio Romanguera e a Sd16 a do prefeito Chico Salena. Ressaltamos, na Sd15, as alterações realizadas pelo autor conforme o quadro 8 nos apresenta, que o emprego do diminutivo pode ser utilizado para expressar afeto ou desprezo e ainda ser um recurso para exprimir ironia. Na Sd 15, versão datiloescrita, *certos casinhos*, foi alterado para *certos casos*. Na versão datiloescrita o uso do diminutivo produz um sentido de desdém, algo sem muita relevância, porém, na versão da primeira edição, essa Sd, com a inclusão da locução adverbial *muita coisa* e a retirada do diminutivo passando de *certos casinhos* para *certos casos* enfatiza a ação descrita pelo verbo *resolver* e garante a coerência no sentido de que a aprovação do divórcio fomenta o bem-estar social. O início da Sd 15, ao marcar na língua, a imagem que o sujeito enunciador tem de si confirma esse efeito de sentido e salienta que não é necessário ser um sujeito letrado ou um membro ilustre da sociedade para perceber os benefícios do divórcio.

Já, na Sd 16, temos a fala do prefeito, que para promover um apagamento no discurso do leão-de-chacára, lança mão das tradições e dos costumes fazendo referência ao texto bíblico que narra o episódio do dilúvio e da Arca de Noé, cotejando a aprovação do divórcio à situação pecaminosa de Sodoma e Gomorra que se espalhou pela humanidade, nos tempos de Noé. Essa inclusão retoma através da memória a situação do dilúvio do texto bíblico e é explicada por Achard que diz:

a memória não restitui frases escutadas no passado, mas julgamentos de verossimelhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrase. Estas considerações deslocam o estatuto do que é provável historicamente, porque a operação de retomada se localiza nesse nível. A Análise do Discurso é uma posição enunciativa que é também aquela de um sujeito histórico (seu discurso, uma vez produzido, é objeto de retomada) mas de um sujeito histórico que se esforça por estabelecer um deslocamento suplementar em relação ao modelo, à hipótese do sujeito histórico de que fala. (1999, p.16-17)

A fala do prefeito elucida esse julgamento que é retomado por meio da memória a qual busca a aparência de verdade acerca do divórcio, ou seja, a sua aprovação constitui um pecado ainda mais grave que o inidente do dilúvio em que Deus poupou somente a família de Noé e de um casal de cada espécie de animal. Dessa vez, na ótica do prefeito não teremos Arca de Noé e nenhum casal será salvo para a perpetuação da espécie sobre a face da terra.

Em nosso estudo, fica explícito que o efeito de sentido se institui nas discussões sobre o divórcio na casa de *Dona Anja* e atuam no controle sobre o sujeito, ou seja, uma ameaça à liberdade. Essa relação entre o público e o privado abordada em *Dona Anja* é um gesto de

eloquência política de Josué Guimarães, em grande parte provocada pela ferramenta \_ a palavra\_ impressa no papel. Na voz de seus personagens, especificamente, num prostíbulo, sacraliza o profano encarnado nas instituições Estado/Igreja. O contraste entre o que essas instituições pregam e o que ocorre na casa de *Dona Anja* coloca em cena a guerra entre o bem e o mal, o divino e o demoníaco, o sagrado e o profano, o público e o privado. Na instituição há lugar para a lei e o divino, no homem, há inclinação para o demoníaco, para o pecaminoso, para a transgressão...

Em todos os recortes que apresentamos, verificamos que as alterações no corpo do texto obedecem uma regularidade, por isso julgamos conveniente realizar algumas considerações gerais sobre os recorte que mostramos.

### 3.3 Considerações gerais sobre os recortes

Conforme o que observamos nesses recortes analisados, as alterações realizadas pelo escritor revelam a sua subjetividade e a sua identidade na materialidade do discurso e do texto da narrativa. Todos esses usos se dão em condições de produção definidas e podem ser referidos a diferentes formações discursivas. Esses aspectos são importantes na constituição do sujeito e sua relação com o sentido. Uma vez que é a linguagem que estabelece uma mediação entre o sujeito e sua realidade, é uma prática simbólica que se relaciona com as práticas sociais em geral. Para fazer sentido, a língua, sujeita a falhas (divisão), se inscreve na história, produzindo a discursividade. Através da materialidade discursiva verificamos como a linguagem se confronta com o social e político permitindo-nos verificar no discurso o lugar em que ocorre a articulação entre língua e ideologia. Dessa forma, as alterações/substituições/inclusões e reformulações que Josué Guimarães realizou no corpo do texto da *Dona Anja* que observamos em nosso *corpus* de pesquisa, constituem-se em evidências materiais da ideologia que interpela os indivíduos em sujeitos “sob a evidência da constatação que veicula e mascara a norma identificadora” (PÊCHEUX, 1995, p. 159). É a ideologia que representa essa relação imaginária dos indivíduos com suas reais condições de existência.

Ainda, na escrita da narrativa, encontramos regularidades nas alterações. O autor quase sempre utilizou-se dos mesmos recursos sintáticos para enfatizar a sua crítica a hipocrisia dos cidadãos ilustres que configuram a oligarquia da sociedade. Verificamos o uso recorrente de adjetivos, de locuções adjetivas e de orações adjetivas bem como de advérbios, locuções adverbiais e de orações adverbiais como modificadores do sujeito ou das ações dos

sujeitos e, ainda, o uso de apostos, para incluir detalhes acerca de determinadas personagens marcando de forma irônica a imagem que Josué Guimarães tem desses indivíduos na sociedade e que foram representados pelas personagens em sua obra. Essas alterações representam, de certa forma, a interferência de questões pessoais e profissionais de Josué Guimarães nas falas das personagens e no processo criativo da narrativa. Na perspectiva discursiva, todas as modificações revelam a subjetividade do autor e a forma como ele se singulariza no texto revelando a sua identidade, pois, para a AD, a identidade do sujeito está ligada com a sua relação externa ao mesmo tempo em que ele se remete à sua própria interioridade. Assim, o sujeito constrói a sua identidade como autor. Isso implica dizer que a identidade é um movimento na história. Ela não se aprende nem resulta de processos de aprendizagem, mas refere as posições que se constituem em processos de memória afetados pelo inconsciente e pela ideologia.

O processo da autoria e de constituição do sujeito em sujeito-autor fica marcado na materialidade discursiva já nos elementos pré-textuais da capa da narrativa no que se refere ao processo criativo do título da obra. Retomando brevemente o que explicitamos no capítulo II de nosso trabalho, com base nos estudos de Foucault, Orlandi salienta que o autor é o princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem de suas significações, tornando-se responsável pelo texto que produz. Com isso passa-se da noção de sujeito para autor. Enquanto a noção de sujeito recobre um lugar uma posição discursiva marcada pela sua descontinuidade nas dissensões múltiplas do texto, a noção de autor constitui-se como uma função da noção de sujeito responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto. Assim, a função autor torna visível o efeito da historicidade inscrita na linguagem e dá textualidade ao gesto de interpretação do texto. Em todo o corpo do texto da narrativa e nos recortes selecionados para as análises foi possível constatar esse processo que descrevemos acerca da autoria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o trabalho de análise de obras da literatura não seja algo novo, visto que ela se faz constantemente em trabalhos acadêmicos (e em diferentes níveis), a análise de *Dona Anja* tem sua (re)introdução na agenda da literatura devido a pluralidade efeitos produzidos pelas formas materiais dos discursos de personagens sobre temáticas do cotidiano humano. A relação entre história e literatura é a instabilidade que se instaura na narrativa do próprio texto e a possibilidade de observar/reavaliar o papel e o lugar do autor. As diversas questões que se vinculam a uma narrativa e considerando o autor como “uma função do discurso” (FOUCAULT, 1969), a circulação e funcionalidade do texto, de certos discursos, retém traços, vestígios da história.

Esse nosso ponto de visa, de certa forma, se concretizou, além da leitura e análise da obra editada, também pela na análise de seus manuscritos abrigados no Acervo Literário Josué Guimarães, na Universidade de Passo Fundo. Foram as análises e comparações de *Dona Anja* nas versões – datiloescrito e primeira edição – que possibilitaram elucidar as alterações/substituições realizadas pelo autor e, a partir destas, gestos de leitura e interpretação dessas marcas nos processos discursivos.

Para atar alguns nós que foram se entrelaçando ao longo de nossa exposição neste texto é preciso juntar as pontas da literatura com a história e a língua. Observamos, com base nas análises realizadas, que tanto os elementos pré-textuais quanto as sequências dos quatro recortes - versão datiloescrita e primeira edição -, remetem a um mesmo imaginário sobre família, igreja e estado, cujas instituições exercem força sobre o sujeito. Ao analisar a heterogeneidade do discurso, identificamos a força do político presente na escrita de Josué Guimarães. As formações imaginárias são resultantes de projeções ligadas a imagens de projeções dos sujeitos. Há, contudo, diferenças entre o que se constrói imaginariamente e o que ocorre na prática social.

Nas ações preliminares, quando elaboramos o projeto, tínhamos como propósito analisar marcas que evidenciassem o processo de autoria e constituição do sujeito em sujeito-autor. Em contato com a obra, chamaram-nos atenção das diversas possibilidades de reflexão que a narrativa e o material analisado proporcionaria. O contato com a pesquisa no Acervo Josué Guimarães nos permitiu estender o nosso olhar para a produção de Josué Guimarães e para a sua obra, o que de certa forma tornou o nosso trabalho mais difícil, embora mais apaixonante, pois delimitar o *corpus* tornou-se uma tarefa complicada em virtude de tudo ser

importante. Não há, contudo, espaço para tudo, nem a língua nos permite dizer tudo e sobre tudo. O que vimos no estudo desse discurso é que a determinação dos sentidos, embora materialmente marcada no linguístico, está relacionada com a história e com a jornada de Josué Guimarães.

Verificou-se que a narrativa ilustra um momento histórico e discursivo, pois o tema em debate na obra é a aprovação da Lei do Divórcio, em 1977. O discurso das personagens revela as diferentes posições-sujeito, que são manifestações da FDRM e da FDO, e da ideologia política daquele período. Importante apresentar, nesse sentido, uma breve consideração sobre a questão da literatura de Josué Guimarães e sua função social, sua importância para cidade de Passo Fundo. Conforme apresentamos no primeiro capítulo, as produções do escritor trabalham com temas que envolvem a figura humana e o seu convívio social, além disso, o autor, em sua jornada, preocupou-se em atuar em prol da formação de leitores. Cabe a todo povo passo-fundense agradecer a Josué Guimarães pelo apoio imensurável ao sonho da professora Tânia Rösing de realizar as jornadas de literatura, que pondera-se, sem o apoio e o convite de Guimarães aos escritores, dificilmente esse sonho tornar-se-ia realidade.

Outra consideração que cabe traçar diz respeito à relação constitutiva que há entre a literatura e a história, que não podem ser concebidas de maneira dissociada. Para um bom trabalho de interpretação de qualquer objeto de estudo, é necessário manter o vínculo entre a literatura e a história, pois as questões históricas estão diretamente ligadas às condições de produção dos discursos e uma obra literária também pode ser considerada um discurso. De maneira específica, consideramos que as obras literárias não devem, de forma alguma, independentemente do contexto em que estejam sendo estudadas, ser vistas fora do seu contexto primeiro de produção. Para que a interpretação seja válida e coerente é necessário considerar os aspectos políticos, sociais e históricos que fazem com que a obra signifique e é isso o que procuramos evidenciar neste estudo: analisar uma obra literária verificando as CPs que fazem com que ela signifique e tenha sentido.

O terceiro e último aspecto sobre o qual ousamos traçar considerações diz respeito aos processos de autoria e constituição do sujeito em autor. A obra selecionada para a nossa pesquisa trata de um aspecto social, legal, moral e religioso, que requer pelo governo legislação específica para solucionar conflitos matrimoniais, sempre considerando que, aos olhos da igreja católica, o divórcio é uma heresia. Os elementos pré-textuais que apresentamos no primeiro recorte, antecipam pelas escolhas e substituições lexicais de Josué Guimarães o final inusitado da narrativa. A cena em que o autor descreve a morte do prefeito

Francisco Salena, na casa de *Dona Anja*, é de fato muito trágica, não só para a esposa e os filhos dele, como para ele mesmo e para a imagem da ARENA, mas é também grotesca, pois a descrição do corpo do prefeito nu, com os olhos abertos, imóvel, no quarto de Eugênia, sua segunda amante, além de ridícula, desconstrói todo o seu discurso moralizador contra o divórcio e remete para um velho ditado popular já cristalizado no cotidiano “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”. É também, mais uma constatação, através da ironia, da crítica que o autor realiza aos não divorcistas e aos membros da ARENA, adversários e perseguidores políticos de Josué Guimarães que com genialidade soube dar a sua alfinetada naqueles que o condenavam pelo seu posicionamento político discrepante da ditadura e das práticas de manutenção das aparências na sociedade.

Destacamos que, tendo em vista a riqueza que a narrativa *Dona Anja* proporciona juntamente com os materiais disponíveis no ALJOG/UPF, torna-se impossível avaliar e analisar todos os aspectos que o *corpus* proporciona. Com isso, salientamos que, embora tenhamos nos empenhado em verificar os processos discursivos e de assunção da autoria, não esgotamos os recursos que o *corpus* nos fornece.

Ao final de nossa jornada, retornamos, embora de modo breve, à epígrafe no início deste texto. Lá, por meio das palavras de Max Weber, afirmamos que “somente quem tem a vocação da política terá certeza de não desmoronar quando o mundo, do seu ponto de vista, for demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para o que ele deseja oferecer”. As análises realizadas ao longo desta dissertação mostram a face discursiva desse contexto alojado em *Dona Anja*: o funcionamento da narrativa acaba revelando o que autoridades brasileiras tanto se empenharam em recriminar, ocultar. E o político dá-se a partir do reconhecimento de que o sujeito-autor, mesmo aparentemente invisível e transmutado na fala de seus personagens, se faz ouvir. Oxalá, à moda pecheutiana, esse sujeito teimoso, ensimesmado e ardente chamado Josué, que resiste ao rolo compressor de instituições como Estado/Igreja que emerge nos espaços da narrativa de *Dona Anja*, defendendo questões imperdoáveis e que, ainda hoje, nos sucumbem com os malditos falsos moralismos.



## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos do estado. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ARCHARD, Pierre. **Papel da memória**[et.al.]: tradução e introdução José Horta Nunes, \_ Campinas, SP: Pontes, 1999
- COURTINE, Jean Jacques. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, Freda & FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Análise do discurso político*: o discurso comunista endereçado aos cristãos. (1981). Trad. Cristina de Campos Velho Birck et al. São Paulo: EdUFSCar, 2009.
- DAGNEZE, Cinara; SCHONS, Carme R. **Trapaceando a língua no governo Médici**: um estudo sobre o imaginário de língua pelo jornal *O Pasquim*. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 11, n. 1, p. 37-57, jan./abr. 2011.
- DE SOUZA SANTOS, Aurora. **A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar**. In: AURORA ano III número 5 – dezembro de 2009 \_\_\_\_ ISSN:1982-8004 [www.marilia.unesp.br/aurora](http://www.marilia.unesp.br/aurora)
- DURAND, Gilbert. **O imaginário**. Ensaios acerca das ciências e da filosofia da imagem. Trad. de René Eve Levié. 3.ed. Rio de Janeiro: Difel, 2004.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- \_\_\_\_\_. **O que é um autor?** Vega: Passagens, 1992. Edição original: 1969.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A Língua Inatingível**: o discurso da linguística. Campinas: RG, 2010.
- GUIMARÃES, Josué. **A história trágica e grotesca de uma cálida noite de junho que acabou por ferir de morte o conceito da respeitada casa de Dona Ana e suas encantadoras e pacientes meninas, contada com amor por Josué Guimarães**. 1.ed. Porto Alegre: L&PM editore Ltda, 1978.
- \_\_\_\_\_. Josué. Josué Guimarães: escrever é um ato de amor. Porto Alegre: Instituto estadual do Livro, 2006.
- HENRY, Paul. **Construções relativas e articulações discursivas**. In: Cadernos de estudos linguísticos. Campinas, (19): p. 43-64, jul/dez. 1990.
- HERBERT, T. **Observações para uma teoria geral das ideologias**. *Rua*, Campinas, n. 1, 1995.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e outras vozes: uma análise do discurso presidencial da terceira república brasileira (1964-1984)**. Tese (doutoramento em Letras) – Unicamp. Campinas, 1992.

\_\_\_\_\_. O sujeito e as feridas narcísicas dos linguistas. In: **Gragotá**, Niterói, nº5, p.111-120. Set, 1988.

\_\_\_\_\_. **A fragmentação do sujeito em Análise do Discurso**. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo. *Discurso, memória e identidade*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2000, p.70-81.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. **O Quadro Atual da Análise de Discurso no Brasil: um breve preâmbulo**. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Orgs.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 13 – 22.

MARIANI, Bethania. Ideologia e inconsciente na constituição do sujeito. In: **Gragotá**. Niterói, Rio de Janeiro: n.5, 2.sem.1998, p.87-95.

MARX, Karl (1918-1983). **O capital**. Gabriel Deville (trad.). 3. ed. São Paulo: Edipro, 2008. Ideologia alemã

MORAES, Daiane Barbon de. **Dona Anja, de Josué Guimarães: dos manuscritos à recepção**. Passo Fundo, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras) - Universidade de Passo Fundo.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Segmentar ou recortar?** *Estudos*, Uberaba, n.10, p.9-26, 1984.

ORLANDI, Eni, P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas – São Paulo: Pontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **A incompletude do sujeito**. Série cadernos PUC, São Paulo: Educ, n.31, p. 9-16 1988.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso**. In: *Discurso e Textualidade*. 2ª. ed. Campinas- SP: Pontes, 2010.

\_\_\_\_\_. **Discurso Fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional**. Eni P. Orlandi (org.). 3ª ed. Campinas- SP: Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Linguagem em seu funcionamento: as formas do discurso**. 5.ed. Campinas- SP: Pontes, 2009.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Leitura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Discurso e em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2012.

\_\_\_\_\_. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **O inteligível, o interpretável e o compreensível.** In: \_\_\_\_\_. Discurso e Leitura. São Paulo: Cortez; Campinas, São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

\_\_\_\_\_. **Terra à vista:** discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. **O próprio da Análise de Discurso.** In: \_\_\_\_\_. Discurso e política. Campinas – SP: LABEURRB - UNICAMP, 1998.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel (1975). **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (Org.) et. al. **Gestos de leitura:** da história no discurso. Homenagem a Denise Maldidier. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997a.

\_\_\_\_\_. **O discurso estrutura ou acontecimento.** Tradução: Eni P. Orlandi, 6. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso:** Michel Pecheux. Textos selecionados: Eni Pulccinelli Orlandi. Campinas, SP: 3ª ed, Pontes Editores, 2012.

\_\_\_\_\_. Análise Automática do Discurso (AAD – 69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma Análise Automática do Discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1997 b.

\_\_\_\_\_. **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar.** In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro.(orgs.). São Carlos: Claraluz, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Língua Inatingível:** o discurso da linguística. 2. ed. Campinas – SP: Editora RG., 2010.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine (1975). A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. 1975. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma Análise Automática do Discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PAGOTTO, Emilio G. Sociolinguística. In: PFEIFFER, Claudia C.; NUNES, José H. (orgs.). **Linguagem, história e conhecimento.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. (Introdução às ciências da linguagem).

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento- política e filosofia.** Tradução de Ângela Leite Lopes. \_ São Paulo: Ed. 34, 1996. 144p.

RETTENMAIER, Miguel. FANFA, Deise. A Jornada de Josué: notas de um documentário. In: FISCHER, Luís Augusto (org.). **Escrever a cidade**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012. 135p.

RETTENMAIER, Miguel. Pesquisa literária e acervo: a maldição dos manuscritos. In: **Desenredo**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade de Passo Fundo. V.4, n.2, p.173, julho/dezembro Passo Fundo: Ed. Da Universidade de Passo Fundo, 2008. p.137-145.

\_\_\_\_\_. **A cegueira das utopias e o desencanto da memória**: uma leitura da esperança nas narrativas de Josué Guimarães e de Ernesto Sabato. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011. 246p.

SCHONS, Carme Regina. **“Adoráveis” Revolucionários**: produção e circulação de práticas políticas discursivas no Brasil da Primeira República\_ 2006. Tese (Doutorado)\_UFRGS, Porto Alegre.

Sites consultados:

Origem da palavra divórcio.

<http://origemdapalavra.com.br/pergunta/pergunta-9084/>

<http://pt.scribd.com/doc/37310266/Nova-Lei-do-Divorcio-Emenda-Constitucional-66-de-2010>

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111441.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111441.htm)

<http://www.oabsp.org.br/noticias/2007/05/02/4147>

<http://www.advogadodivorciocartorio.com.br/divorcio-em-cartorio.html>

<http://comocalaravoz.blogspot.com.br/2011/08/entrevista.html>

Documentário: *A jornada de Josué*. Produzido pela Universidade de Passo Fundo em parceria com o ALJOG e o curso de Jornalismo.

## **ANEXOS**

## ANEXO A

### LEI Nº 6.515 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977 - DOU DE 27/12/77 – Lei do Divórcio

Retificada pela LEI Nº 6.515 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977 - DOU DE 27/12/77

*Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.*

**Art. 1º** A separação judicial, a dissolução do casamento, ou a cessação de seus efeitos civis, de que trata a Emenda Constitucional nº 9, de 28 de junho de 1977, ocorrerão nos casos e segundo a forma que esta Lei regula.

#### CAPÍTULO I - DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL

**Art. 2º** A sociedade conjugal termina:

- I - pela morte de um dos cônjuges;
- II - pela nulidade ou anulação do casamento;
- III - pela separação judicial;
- IV - pelo divórcio.

Parágrafo único. O casamento válido somente se dissolve pela morte de um dos cônjuges ou pelo divórcio.

#### SEÇÃO I - DOS CASOS E EFEITOS DA SEPARAÇÃO JUDICIAL

**Art. 3º** A separação judicial põe termo aos deveres de coabitação, fidelidade recíproca e ao regime matrimonial de bens, como se o casamento fosse dissolvido.

§ 1º O procedimento judicial da separação caberá somente aos cônjuges, e, no caso de incapacidade, serão representados por curador, ascendente ou irmão.

§ 2º O juiz deverá promover todos os meios para que as partes se reconciliem ou (ouvindo pessoal e separadamente cada uma delas e, a seguir, reunindo-as em sua presença, se assim considerar necessário).

§ 3º Após a fase prevista no parágrafo anterior, se os cônjuges pedirem, os advogados deverão ser chamados a assistir aos entendimentos e deles participar.

**Art. 4º** Dar-se-á a separação judicial por mútuo consentimento dos cônjuges, se forem casados há mais de 2 (dois) anos, manifestado perante o juiz e devidamente homologado.

**Art. 5º** A separação judicial pode ser pedida por um só dos cônjuges quando imputar ao outro conduta desonrosa ou qualquer ato que importe em grave violação dos deveres do casamento e torne insuportável a vida em comum.

§ 1º A separação judicial pode, também, ser pedida se um dos cônjuges provar a ruptura da vida em comum há mais de 1 (um) ano consecutivo, e a impossibilidade de sua reconstituição.

§ 2º O cônjuge pode ainda pedir a separação judicial quando o outro estiver acometido de grave doença mental, manifestada após o casamento, que torne impossível a continuação da vida em comum, desde que, após uma duração de 5 (cinco) anos, a enfermidade tenha sido reconhecida de cura improvável.

§ 3º Nos casos dos parágrafos anteriores, reverterão, ao cônjuge que não houver pedido a separação judicial, os remanescentes dos bens que levou para o casamento e, se o regime de bens adotado o permitir, também a meação nos adquiridos na constância da sociedade conjugal.

**Art. 6º** Nos casos dos §§ 1º e 2º do artigo anterior, a separação judicial poderá ser negada, se constituir, respectivamente, causa de agravamento das condições pessoais ou da doença do outro cônjuge, ou determinar, em qualquer caso, consequências morais de excepcional gravidade para os filhos menores.

**Art. 7º** A separação judicial importará na separação de corpos e na partilha de bens.

§ 1º A separação de corpos poderá ser determinada como medida cautelar (art. 96 do Código de Processo Civil).

§ 2º A partilha de bens poderá ser feita mediante proposta dos cônjuges e homologada pelo juiz ou por este decidida.

**Art. 8º** A sentença que julgar a separação judicial produz seus efeitos à data de seu trânsito em julgado, ou à da decisão que tiver concedido separação cautelar.

## **SEÇÃO II - DA PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS**

**Art. 9º** No caso de dissolução da sociedade conjugal pela separação judicial consensual (art. 4º), observar-se-á o que os cônjuges acordarem sobre a guarda dos filhos.

**Art. 10.** Na separação judicial fundada no "caput" do art. 5º, os filhos menores ficarão com o cônjuge que a ela não houver dado causa.

§ 1º Se pela separação judicial forem responsáveis ambos os cônjuges, os filhos menores ficarão em poder da mãe, salvo se o juiz verificar que de tal solução possa advir prejuízo de ordem moral para eles.

§ 2º Verificado que não devem os filhos permanecer em poder da mãe nem do pai, deferirá o juiz a sua guarda a pessoa notoriamente idônea da família de qualquer dos cônjuges.

**Art. 11.** Quando a separação judicial ocorrer com fundamento no § 1º do art. 5º, os filhos ficarão em poder do cônjuge em cuja companhia estavam durante o tempo de ruptura da vida em comum.

**Art. 12.** Na separação judicial fundada no § 2º do art. 5º, o juiz deferirá a entrega dos filhos ao cônjuge que estiver em condições de assumir, normalmente, a responsabilidade de sua guarda e educação.

**Art. 13.** Se houver motivos graves, poderá o juiz, em qualquer caso, a bem dos filhos, regular por maneira diferente da estabelecida nos artigos anteriores a situação deles com os pais.

**Art. 14.** No caso de anulação do casamento, havendo filhos comuns, observar-se-á o disposto nos arts. 10 e 13.

Parágrafo único. Ainda que nenhum dos cônjuges esteja de boa-fé ao contrair o casamento, seus efeitos civis aproveitarão aos filhos comuns.

**Art. 15.** Os pais, em cuja guarda não estejam os filhos, poderão visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo fixar o juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação.

**Art. 16.** As disposições relativas à guarda e à prestação de alimentos aos filhos menores estendem-se aos filhos maiores inválidos.

## **SEÇÃO III - DO USO DO NOME**

**Art. 17.** Vencida na ação de separação judicial (art. 5º, "caput"), voltará a mulher a usar o nome de solteira.

§ 1º Aplica-se, ainda, o disposto neste artigo, quando é da mulher a iniciativa da separação judicial com fundamento nos §§ 1º e 2º do art. 5º.

§ 2º Nos demais casos, caberá à mulher a opção pela conservação do nome de casada.



**Art. 18.** Vencedora na ação de separação judicial (art. 5º, "caput"), poderá a mulher renunciar, a qualquer momento, ao direito de usar o nome do marido.

#### **SEÇÃO IV - DOS ALIMENTOS**

**Art. 19.** O cônjuge responsável pela separação judicial prestará ao outro, se dela necessitar, a pensão que o juiz fixar.

**Art. 20.** Para manutenção dos filhos, os cônjuges, separados judicialmente, contribuirão na proporção de seus recursos.

**Art. 21.** Para assegurar o pagamento da pensão alimentícia, o juiz poderá determinar a constituição de garantia real ou fidejussória.

§ 1º Se o cônjuge credor preferir, o juiz poderá determinar que a pensão consista no usufruto de determinados bens do cônjuge devedor.

§ 2º Aplica-se, também, o disposto no parágrafo anterior, se o cônjuge credor justificar a possibilidade do não-recebimento regular da pensão.

**Art. 22.** Salvo decisão judicial, as prestações alimentícias, de qualquer natureza serão corrigidas monetariamente na forma dos índices de atualização das Obrigações do Tesouro Nacional - OTN.

Parágrafo único. No caso do não-pagamento das referidas prestações no vencimento, o devedor responderá, ainda, por custas e honorários de advogado apurados simultaneamente.

**Art. 23.** A obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor na forma do art. 1.796 do Código Civil.

#### **CAPÍTULO II - DO DIVÓRCIO**

**Art. 24.** O divórcio põe termo ao casamento e aos efeitos civis do matrimônio religioso.

Parágrafo único. O pedido somente competirá aos cônjuges, podendo, contudo ser exercido, em caso de incapacidade, por curador, ascendente ou irmão.

**Art. 25.** A conversão em divórcio da separação judicial dos cônjuges existente há mais de 1 (um) ano, contada da data da decisão ou da que concedeu a medida cautelar correspondente (art. 8º), será decretada por sentença, da qual não constará referência à causa que a determinou.

Parágrafo único. A sentença de conversão determinará que a mulher volte a usar o nome que tinha antes de contrair matrimônio, só conservando o nome de família do ex-marido se a alteração prevista neste artigo acarretar:

I - evidente prejuízo para a sua identificação;

II - manifesta distinção entre o seu nome de família e o dos filhos havidos da união dissolvida;

III - dano grave reconhecido em decisão judicial.

**Art. 26.** No caso de divórcio resultante da separação prevista nos §§ 1º e 2º do art. 5º, o cônjuge que teve a iniciativa da separação continuará com o dever de assistência ao outro (Código Civil, art. 231, III).

**Art. 27.** O divórcio não modificará os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos.

Parágrafo único. O novo casamento de qualquer dos pais ou de ambos também não importará restrição a esses direitos e deveres.

**Art. 28.** Os alimentos devidos pelos pais e fixados na sentença de separação poderão ser alterados a qualquer tempo.

**Art. 29.** O novo casamento do cônjuge credor da pensão extinguirá a obrigação do cônjuge devedor.

**Art. 30.** Se o cônjuge devedor da pensão vier a casar-se, o novo casamento não alterará sua obrigação.

**Art. 31.** Não se decretará o divórcio se ainda não houver sentença definitiva de separação judicial, ou se esta não tiver decidido sobre a partilha dos bens.

**Art. 32.** A sentença definitiva do divórcio produzirá efeitos depois de registrada no Registro Público competente.

**Art. 33.** Se os cônjuges divorciados quiserem restabelecer a união conjugal só poderão fazê-lo mediante novo casamento.

### **CAPÍTULO III - DO PROCESSO**

**Art. 34.** A separação judicial consensual se fará pelo procedimento previsto nos arts. 1.120 e 1.124 do Código de Processo Civil, e as demais pelo procedimento ordinário.

§ 1º A petição será também assinada pelos advogados das partes ou pelo advogado escolhido de comum acordo.

§ 2º O juiz pode recusar a homologação e não decretar a separação judicial, se comprovar que a convenção não preserva suficientemente os interesses dos filhos ou de um dos cônjuges.

§ 3º Se os cônjuges não puderem ou não souberem assinar, é lícito que outrem o faça a rogo deles.

§ 4º As assinaturas, quando não lançadas na presença do juiz, serão, obrigatoriamente, reconhecidas por tabelião.

**Art. 35.** A conversão da separação judicial em divórcio será feita mediante pedido de qualquer dos cônjuges.

Parágrafo único. O pedido será apensado aos autos da separação judicial (art. 48).

**Art. 36.** Do pedido referido no artigo anterior, será citado o outro cônjuge, em cuja resposta não caberá reconvenção.

Parágrafo único. A contestação só pode fundar-se em:

I - falta de decurso de 1 (um) ano da separação judicial;

II - descumprimento das obrigações assumidas pelo requerente na separação.

**Art. 37.** O juiz conheceu diretamente do pedido, quando não houver contestação ou necessidade de produzir prova em audiência, e proferirá sentença dentro em 10 (dez) dias.

§ 1º A sentença limitar-se-á à conversão da separação em divórcio, que não poderá ser negada, salvo se provada qualquer das hipóteses previstas no parágrafo único do artigo anterior.

§ 2º A improcedência do pedido de conversão não impede que o mesmo cônjuge o renove, desde que satisfeita a condição anteriormente descumprida.

**Art. 38.** (Revogado pela Lei nº 7.841, de 17/10/89).

**Art. 39.** No Capítulo III do Título II do Livro IV do Código de Processo Civil as expressões "desquite por mútuo consentimento", "desquite" e "desquite litigioso" são substituídas por "separação consensual" e "separação judicial".

#### **CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 40.** No caso de separação de fato, e desde que completados 2 (dois) anos consecutivos, poderá ser promovida ação de divórcio, na qual deverá ser comprovado decurso do tempo da separação.

§ 1º (Revogado pela Lei nº 7.841, de 17/10/89).

§ 2º No divórcio consensual, o procedimento adotado será o previsto nos arts. 1.120 a 1.124 do Código de Processo Civil, observadas, ainda, as seguintes normas:

I - a petição conterá a indicação dos meios probatórios da separação de fato, e será instruída com a prova documental já existente;

II - a petição fixará o valor da pensão do cônjuge que dela necessitar para sua manutenção, e indicará as garantias para o cumprimento da obrigação assumida;

III - se houver prova testemunhal, ela será produzida na audiência de ratificação do pedido de divórcio, a qual será obrigatoriamente realizada;

IV - a partilha dos bens deverá ser homologada pela sentença do divórcio.

§ 3º Nos demais casos, adotar-se-á o procedimento ordinário.

**Art. 41.** As causas de desquite em curso na data da vigência desta Lei, tanto as que se processam pelo procedimento especial quanto as de procedimento ordinário, passam automaticamente a visar à separação judicial.

**Art. 42.** As sentenças já proferidas em causas de desquite são equiparadas, para os efeitos desta Lei, às de separação judicial.

**Art. 43.** Se, na sentença do desquite, não tiver sido homologada ou decidida a partilha dos bens, ou quando esta não tenha sido feita posteriormente, a decisão de conversão disporá sobre ela.

**Art. 44.** Contar-se-á o prazo de separação judicial a partir da data em que, por decisão judicial proferida em qualquer processo, mesmo nos de jurisdição voluntária, for determinada ou presumida a separação dos cônjuges.

**Art. 45.** Quando o casamento se seguir a uma comunhão de vida entre os nubentes, existente antes de 28 de junho de 1977, que haja perdurado por 10 (dez) anos consecutivos ou da qual tenham resultado filhos, o regime matrimonial de bens será estabelecido livremente, não se lhe aplicando o disposto no art. 258, parágrafo único, II, do Código Civil.

**Art. 46.** Seja qual for a causa da separação judicial, e o modo como esta se faça, é permitido aos cônjuges restabelecer a todo o tempo a sociedade conjugal, nos termos em que fora constituída, contanto que o façam mediante requerimento nos autos da ação de separação.

Parágrafo único. A reconciliação em nada prejudicará os direitos de terceiros, adquiridos antes e durante a separação, seja qual for o regime de bens.

**Art. 47.** Se os autos do desquite ou os da separação judicial tiverem sido extravia dos, ou se encontrarem em outra circunscrição judiciária, o pedido de conversão em divórcio será instruído com a certidão da sentença, ou da sua averbação no assento de casamento.

**Art. 48.** Aplica-se o disposto no artigo anterior, quando a mulher desquitada tiver domicílio diverso daquele em que se julgou o desquite.

**Art. 49.** Os §§ 5º e 6º do art. 7º da Lei de Introdução ao Código Civil passam a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 50.** São introduzidas no Código Civil as alterações seguintes:

**Art. 51.** A Lei nº 883, de 21 de outubro de 1949, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**Art. 52.** O nº I do art. 100, o nº II do art. 155 e o § 2º do art. 733 do Código de Processo Civil passam a vigorar com a seguinte redação:

**"Art.  
100.** .....

I - da residência da mulher, para a ação de separação dos cônjuges e a conversão desta em divórcio, e para a anulação de casamento".

**"Art.  
155.** .....

II - que dizem respeito a casamento, filiação, separação dos cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores."

**"Art.  
733.** .....

§ 2º O cumprimento da pena não exime o devedor do pagamento das prestações vencidas e vincendas."

**Art. 53.** A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 54.** Revogam-se os arts. 315 a 328 e o § 1º do art. 1.605 do Código Civil e as demais disposições em contrário.

Brasília, 26 de dezembro de 1977; 156º da Independência e 89º da República.

***ERNESTO GEISEL***

## ANEXO B



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 11.441, DE 4 DE JANEIRO DE 2007.**

Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 982 e 983 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 982. Havendo testamento ou interessado incapaz, proceder-se-á ao inventário judicial; se todos forem capazes e concordes, poderá fazer-se o inventário e a partilha por escritura pública, a qual constituirá título hábil para o registro imobiliário.

Parágrafo único. O tabelião somente lavrará a escritura pública se todas as partes interessadas estiverem assistidas por advogado comum ou advogados de cada uma delas, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial.” (NR)

“Art. 983. O processo de inventário e partilha deve ser aberto dentro de 60 (sessenta) dias a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 (doze) meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar tais prazos, de ofício ou a requerimento de parte.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

Art. 2º O art. 1.031 da Lei nº 5.869, de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.031. A partilha amigável, celebrada entre partes capazes, nos termos do art. 2.015 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, será homologada de plano pelo juiz, mediante a prova da quitação dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas, com observância dos arts. 1.032 a 1.035 desta Lei.

.....” (NR)

Art. 3º A Lei nº 5.869, de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 1.124-A:

“Art. 1.124-A. A separação consensual e o divórcio consensual, não havendo filhos menores ou incapazes do casal e observados os requisitos legais quanto aos prazos, poderão ser realizados por escritura pública, da qual constarão as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns e à pensão alimentícia e, ainda, ao acordo quanto à retomada pelo cônjuge de seu nome de solteiro ou à manutenção do nome adotado quando se deu o casamento.

§ 1º A escritura não depende de homologação judicial e constitui título hábil para o registro civil e o registro de imóveis.

§ 2º O tabelião somente lavrará a escritura se os contratantes estiverem assistidos por advogado comum ou advogados de cada um deles, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial.

§ 3º A escritura e demais atos notariais serão gratuitos àqueles que se declararem pobres sob as penas da lei.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se o parágrafo único do art. 983 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

Brasília, 4 de janeiro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Márcio Thomaz Bastos*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 5.1.2007.

## ANEXO C

---

### CNJ DISCIPLINA DIVÓRCIO EM CARTÓRIO

---

#### **Resolução do Conselho Nacional de Justiça regulamenta Lei 11.441/07.**

Presidente O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), editou – na terça-feira da semana passada (24/4) - a Resolução 35 que disciplina a LF 11.441/2007, também conhecida **com** ‘Lei das Escrituras’, que possibilita a realização de divórcios, separações, partilhas e inventários consensuais e Cartório, **com** a assistência de um advogado. A Resolução 35, válida para todo o território nacional visando prevenir e evitar conflitos, conta **com** 53 artigos distribuídos em cinco seções: disposições de caráter gerais; disposições pertinentes a inventários e partilhas; a separações e divórcios consensuais; à separação consensual; e referentes ao divórcio consensual.

Um ponto de muito interesse na LF, o preço desses serviços cobrados pelos cartórios (divórcios, separações, partilhas e inventários consensuais) também foi regulamentado pelo CNJ. “ Conforme a Resolução 35, a cobrança pelos serviços não pode ser proporcional ao valor dos bens envolvidos na causa. Também fixa que as escrituras públicas de inventário e partilha, separações e divórcios consensuais não dependem de homologação judicial e são títulos aptos para o registro civil e o registro imobiliário e para a transferência de bens e direitos”, ressalta Márcia Regina Machado Melaré, vice-presidente da OAB SP.

Essas escrituras públicas também podem ser utilizadas para a promoção de todos os atos necessários à concretização das transferências de bens e levantamento de valores em órgãos **como** o Detran, junta **comercial**, registro civil de pessoas jurídicas, instituições financeiras e **companhias** telefônicas, entre outras. Conforme o CNJ, essa cobrança proporcional que acabava encarecendo consideravelmente os trâmites, vinha sendo praticada por cartórios desde o início do ano, quando foi aprovada. Pelo caráter inovador da nova legislação, seu conteúdo gerou muitas divergências, controvérsias e dúvidas **com** relação à sua aplicação. Muitos cartórios passaram a cobrar alto pelos serviços, contrariando os objetivos da nova lei, o de proporcionar as escrituras a um menor custo à população.



Segundo a resolução do CNJ, a cobrança pelos serviços deve corresponder ao efetivo custo e à adequada e suficiente remuneração pela sua prestação. Além disso, o documento também deixa claro que está vedada a fixação de custas em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro. A resolução destaca ainda a gratuidade das escrituras de inventário, partilhas, separação e divórcio consensuais nos casos de apresentação de declaração dos interessados de que não possuem condições de arcar **com** as custas, ainda que as partes tenham advogado.

Resolução Nº 35, 24 de Abril de 2007.

Disciplina a aplicação da Lei nº 11.441/07 pelos serviços notariais e de registro.

A Presidente do Conselho Nacional de Justiça, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, e tendo em vista o disposto no art. 19, I, do Regimento Interno deste Conselho, e:

Considerando que a aplicação da Lei nº 11.441/2007 tem gerado muitas divergências;

Considerando que a finalidade da referida lei foi tornar mais ágeis e menos onerosos os atos a que se refere e, ao mesmo tempo, descongestionar o Poder Judiciário;

Considerando a necessidade de adoção de medidas uniformes quanto à aplicação da Lei nº 11.441/2007 em todo o território nacional, **com** vistas a prevenir e evitar conflitos;

Considerando as sugestões apresentadas pelos Corregedores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal em reunião promovida pela Corregedoria Nacional de Justiça;

Considerando que, sobre o tema, foram ouvidos o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação dos Notários e Registradores do Brasil;

RESOLVE:

## SEÇÃO I

### DISPOSIÇÕES DE CARÁTER GERAL

Art. 1º Para a lavratura dos atos notariais de que trata a Lei nº 11.441/07, é livre a escolha do tabelião de notas, não se aplicando as regras de competência do Código de Processo Civil.

Art. 2º É facultada aos interessados a opção pela via judicial ou extrajudicial; podendo ser solicitada, a qualquer momento, a suspensão, pelo prazo de 30 dias, ou a desistência da via judicial, para promoção da via extrajudicial.

Art. 3º As escrituras públicas de inventário e partilha, separação e divórcio consensuais não dependem de homologação judicial e são títulos hábeis para o registro civil e o registro imobiliário para a transferência de bens e direitos, bem como para promoção de todos os atos necessários à materialização das transferências de bens e levantamento de valores (DETRAN, Junta Comercial, Registro Civil de Pessoas Jurídicas, instituições financeiras, companhias telefônicas, etc.)

Art. 4º O valor dos emolumentos deverá corresponder ao efetivo custo e à adequada e suficiente remuneração dos serviços prestados, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.169/2000, observando-se, quanto a sua fixação, as regras previstas no art. 2º da citada lei.

Art. 5º É vedada a fixação de emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro (Lei nº 10.169, de 2000, art. 3º, inciso II).

Art. 6º A gratuidade prevista na Lei nº 11.441/07 compreende as escrituras de inventário, partilha, separação e divórcio consensuais.

Art. 7º Para a obtenção da gratuidade de que trata a Lei nº 11.441/07, basta a simples declaração dos interessados de que não possuem condições de arcar com os emolumentos, ainda que as partes estejam assistidas por advogado constituído.

Art. 8º É necessária a presença do advogado, dispensada a procuração, ou do defensor público, na lavratura das escrituras decorrentes da Lei 11.441/07, nelas constando seu nome e registro na OAB.

Art. 9º É vedada ao tabelião a indicação de advogado às partes, que deverão comparecer para o ato notarial acompanhadas de profissional de sua confiança. Se as partes não dispuserem de condições econômicas para contratar advogado, o tabelião deverá recomendar-lhes a

Defensoria Pública, onde houver, ou, na sua falta, a Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 10. É desnecessário o registro de escritura pública decorrente da Lei nº 11.441/2007 no Livro "E" de Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais, entretanto, o Tribunal de Justiça deverá promover, no prazo de 180 dias, medidas adequadas para a unificação dos dados que concentrem as informações dessas escrituras no âmbito estadual, possibilitando as buscas, preferencialmente, sem ônus para o interessado.

## SEÇÃO II

### DISPOSIÇÕES REFERENTES AO INVENTÁRIO E À PARTILHA

Art 11. É obrigatória a nomeação de interessado, na escritura pública de inventário e partilha, para representar o espólio, com poderes de inventariante, no cumprimento de obrigações ativas ou passivas pendentes, sem necessidade de seguir a ordem prevista no art. 990 do Código de Processo Civil.

Art. 12. Admitem-se inventário e partilha extrajudiciais com viúvo(a) ou herdeiro(s) capazes, inclusive por emancipação, representado(s) por procuração formalizada por instrumento público com poderes especiais, vedada a acumulação de funções de mandatário e de assistente das partes.

Art. 13. A escritura pública pode ser retificada desde que haja o consentimento de todos os interessados. Os erros materiais poderão ser corrigidos, de ofício ou mediante requerimento de qualquer das partes, ou de seu procurador, por averbação à margem do ato notarial ou, não havendo espaço, por escrituração própria lançada no livro das escrituras públicas e anotação remissiva.

Art. 14. Para as verbas previstas na Lei nº 6.858/80, é também admissível a escritura pública de inventário e partilha.

Art. 15. O recolhimento dos tributos incidentes deve anteceder a lavratura da escritura.

Art. 16. É possível a promoção de inventário extrajudicial por cessionário de direitos hereditários, mesmo na hipótese de cessão de parte do acervo, desde que todos os herdeiros estejam presentes e concordes.

Art. 17. Os cônjuges dos herdeiros deverão comparecer ao ato de lavratura da escritura pública de inventário e partilha quando houver renúncia ou algum tipo de partilha que importe em transmissão, exceto se o casamento se der sob o regime da separação absoluta.

Art. 18. O(A) **companheiro(a)** que tenha direito à sucessão é parte, observada a necessidade de ação judicial se o autor da herança não deixar outro sucessor ou não houver consenso de todos os herdeiros, inclusive quanto ao reconhecimento da união estável.

Art. 19. A meação de **companheiro(a)** pode ser reconhecida na escritura pública, desde que todos os herdeiros e interessados na herança, absolutamente capazes, estejam de acordo.

Art. 20. As partes e respectivos cônjuges devem estar, na escritura, nomeados e qualificados (nacionalidade; profissão; idade; estado civil; regime de bens; data do casamento; pacto antenupcial e seu registro imobiliário, se houver; número do documento de identidade; número de inscrição no CPF/MF; domicílio e residência).

Art. 21. A escritura pública de inventário e partilha conterá a qualificação **completa** do autor da herança; o regime de bens do casamento; pacto antenupcial e seu registro imobiliário, se houver; dia e lugar em que faleceu o autor da herança; data da expedição da certidão de óbito; livro, folha, número do termo e unidade de serviço em que consta o registro do óbito; e a menção ou declaração dos herdeiros de que o autor da herança não deixou testamento e outros herdeiros, sob as penas da lei.

Art. 22. Na lavratura da escritura deverão ser apresentados os seguintes documentos: a) certidão de óbito do autor da herança; b) documento de identidade oficial e CPF das partes e do autor da herança; c) certidão **comprobatória** do vínculo de parentesco dos herdeiros; d) certidão de casamento do cônjuge sobrevivente e dos herdeiros casados e pacto antenupcial, se houver; e) certidão de propriedade de bens imóveis e direitos a eles relativos; f) documentos necessários à **comprovação** da titularidade dos bens móveis e direitos, se houver; g) certidão negativa de tributos; e h) Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR, se houver imóvel rural a ser partilhado.

Art. 23. Os documentos apresentados no ato da lavratura da escritura devem ser originais ou em cópias autenticadas, salvo os de identidade das partes, que sempre serão originais.

Art. 24. A escritura pública deverá fazer menção aos documentos apresentados.

Art. 25. É admissível a sobrepilha por escritura pública, ainda que referente a inventário e partilha judiciais já findos, mesmo que o herdeiro, hoje maior e capaz, fosse menor ou incapaz ao tempo do óbito ou do processo judicial.

Art. 26. Havendo um só herdeiro, maior e capaz, **com** direito à totalidade da herança, não haverá partilha, lavrando-se a escritura de inventário e adjudicação dos bens.

Art. 27. A existência de credores do espólio não impedirá a realização do inventário e partilha, ou adjudicação, por escritura pública.

Art. 28. É admissível inventário negativo por escritura pública.

Art. 29. É vedada a lavratura de escritura pública de inventário e partilha referente a bens localizados no exterior.

Art. 30. Aplica-se a Lei n.º 11.441/07 aos casos de óbitos ocorridos antes de sua vigência.

Art. 31. A escritura pública de inventário e partilha pode ser lavrada a qualquer tempo, cabendo ao tabelião fiscalizar o recolhimento de eventual multa, conforme previsão em legislação tributária estadual e distrital específicas.

Art. 32. O tabelião poderá se negar a lavrar a escritura de inventário ou partilha se houver fundados indícios de fraude ou em caso de dúvidas sobre a declaração de vontade de algum dos herdeiros, fundamentando a recusa por escrito.

### SEÇÃO III

#### DISPOSIÇÕES COMUNS À SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO CONSENSUAIS

Art. 33. Para a lavratura da escritura pública de separação e de divórcio consensuais, deverão ser apresentados: a) certidão de casamento; b) documento de identidade oficial e CPF/MF; c) pacto antenupcial, se houver; d) certidão de nascimento ou outro documento de identidade oficial dos filhos absolutamente capazes, se houver; e) certidão de propriedade de bens imóveis e direitos a eles relativos; e f) documentos necessários à comprovação da titularidade dos bens móveis e direitos, se houver.

Art. 34. As partes devem declarar ao tabelião, no ato da lavratura da escritura, que não têm filhos comuns ou, havendo, que são absolutamente capazes, indicando seus nomes e as datas de nascimento.

Art. 35. Da escritura, deve constar declaração das partes de que estão cientes das conseqüências da separação e do divórcio, firmes no propósito de pôr fim à sociedade conjugal ou ao vínculo matrimonial, respectivamente, sem hesitação, com recusa de reconciliação.

Art. 36. O comparecimento pessoal das partes é dispensável à lavratura de escritura pública de separação e divórcio consensuais, sendo admissível ao(s) separando(s) ou ao(s) divorciando(s) se fazer representar por mandatário constituído, desde que por instrumento público com poderes especiais, descrição das cláusulas essenciais e prazo de validade de trinta dias.

Art. 37. Havendo bens a serem partilhados na escritura, distinguir-se-á o que é do patrimônio individual de cada cônjuge, se houver, do que é do patrimônio comum do casal, conforme o regime de bens, constando isso do corpo da escritura.

Art. 38. Na partilha em que houver transmissão de propriedade do patrimônio individual de um cônjuge ao outro, ou a partilha desigual do patrimônio comum, deverá ser comprovado o recolhimento do tributo devido sobre a fração transferida.

Art. 39. A partilha em escritura pública de separação e divórcio consensuais far-se-á conforme as regras da partilha em inventário extrajudicial, no que couber.

Art. 40. O traslado da escritura pública de separação e divórcio consensuais será apresentado ao Oficial de Registro Civil do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária, independente de autorização judicial e de audiência do Ministério Público.

Art. 41. Havendo alteração do nome de algum cônjuge em razão de escritura de separação, restabelecimento da sociedade conjugal ou divórcio consensuais, o Oficial de Registro Civil que averbar o ato no assento de casamento também anotará a alteração no respectivo assento de nascimento, se de sua unidade, ou, se de outra, comunicará ao Oficial competente para a necessária anotação.

Art. 42. Não há sigilo nas escrituras públicas de separação e divórcio consensuais.

Art. 43. Na escritura pública deve constar que as partes foram orientadas sobre a necessidade de apresentação de seu traslado no registro civil do assento de casamento, para a averbação devida.

Art. 44. É admissível, por consenso das partes, escritura pública de retificação das cláusulas de obrigações alimentares ajustadas na separação e no divórcio consensuais.

Art. 45. A escritura pública de separação ou divórcio consensuais, quanto ao ajuste do uso do nome de casado, pode ser retificada mediante declaração unilateral do interessado na volta ao uso do nome de solteiro, em nova escritura pública, com assistência de advogado.

Art. 46. O tabelião poderá se negar a lavrar a escritura de separação ou divórcio se houver fundados indícios de prejuízo a um dos cônjuges ou em caso de dúvidas sobre a declaração de vontade, fundamentando a recusa por escrito.

#### SEÇÃO IV

#### DISPOSIÇÕES REFERENTES À SEPARAÇÃO CONSENSUAL

Art. 47. São requisitos para lavratura da escritura pública de separação consensual: a) um ano de casamento; b) manifestação da vontade espontânea e isenta de vícios em não mais manter a

sociedade conjugal e desejar a separação conforme as cláusulas ajustadas; c) ausência de filhos menores não emancipados ou incapazes do casal; e d) assistência das partes por advogado, que poderá ser comum.

Art. 48. O restabelecimento de sociedade conjugal pode ser feito por escritura pública, ainda que a separação tenha sido judicial. Neste caso, é necessária e suficiente a apresentação de certidão da sentença de separação ou da averbação da separação no assento de casamento.

Art. 49. Em escritura pública de restabelecimento de sociedade conjugal, o tabelião deve: a) fazer constar que as partes foram orientadas sobre a necessidade de apresentação de seu traslado no registro civil do assento de casamento, para a averbação devida; b) anotar o restabelecimento à margem da escritura pública de separação consensual, quando esta for de sua serventia, ou, quando de outra, comunicar o restabelecimento, para a anotação necessária na serventia competente; e c) comunicar o restabelecimento ao juízo da separação judicial, se for o caso.

Art. 50. A sociedade conjugal não pode ser restabelecida com modificações.

Art. 51. A averbação do restabelecimento da sociedade conjugal somente poderá ser efetivada depois da averbação da separação no registro civil, podendo ser simultâneas.

## SEÇÃO V

### DISPOSIÇÕES REFERENTES AO DIVÓRCIO CONSENSUAL

Art. 52. A Lei nº 11.441/07 permite, na forma extrajudicial, tanto o divórcio direto como a conversão da separação em divórcio. Neste caso, é dispensável a apresentação de certidão atualizada do processo judicial, bastando a certidão da averbação da separação no assento de casamento.

Art. 53. A declaração dos cônjuges não basta para a comprovação do implemento do lapso de dois anos de separação no divórcio direto. Deve o tabelião observar se o casamento foi realizado há mais de dois anos e a prova documental da separação, se houver, podendo colher declaração de testemunha, que consignará na própria escritura pública. Caso o notário se recuse a lavrar a escritura, deverá formalizar a respectiva nota, desde que haja pedido das partes neste sentido.

Art. 54. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra Ellen Gracie



## ANEXO C

### Passo a passo

#### 1º Requerente (cônjuge):

Nome completo:

Endereço Completo:

Profissão:

Número do RG:

Número do CPF:

Vai retomar o nome de solteiro (a) será mantido o nome de casado (a)? Descrever:

#### 2º Requerente (cônjuge):

Nome completo:

Endereço Completo:

Profissão:

Número do RG:

Número do CPF:

Vai retomar o nome de solteiro (a) será mantido o nome de casado (a)? Descrever:

#### Informações comuns:

Data do casamento;

Foi feito pacto antenupcial? Se sim, descrever o que foi contratado:

Há bens a dividir? Se sim, descrever quais bens, valores médios de mercado e localização dos imóveis.

Descrever como foi tratada consensualmente a partilha dos bens;

Descrever o valor da pensão alimentícia (caso o casal deseje estipular) entre os cônjuges;

Descrever o valor de contribuição para criar e educar os filhos maiores (caso o casal deseje estipular)

Descrever o pagamento de eventuais impostos ou dívidas devidas em decorrência dos conviventes ou da partilha de bens.

Documentos necessário (recomendamos imprimir e preencher (x) para não se esquecer de nada e colocar (n/a) para os casos em que não se aplica:

(\_\_\_\_) RG e CPF, comprovante de endereço e informação sobre profissão e endereço dos cônjuges

(\_\_\_\_) RG e CPF, comprovante de endereço e informação sobre profissão e endereço dos filhos maiores (se houver) certidão de casamento (se casados);

(\_\_\_\_) certidão de casamento (atualizada - prazo máximo de 90 dias – 2ª Via)

(\_\_\_\_) escritura de pacto antenupcial (se houver);

(\_\_\_\_) - imóveis urbanos: via original da certidão negativa de ônus expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis atualizada (30 dias), carnê de IPTU, certidão de tributos municipais incidentes sobre imóveis, declaração de quitação de débitos condominiais;

(\_\_\_\_) - imóveis rurais: via original certidão negativa de ônus expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis atualizada (30 dias), declaração de ITR dos últimos 5 (cinco) anos ou Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural emitida pela Secretaria da Receita Federal, CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural expedido pelo INCRA;

(\_\_\_\_)- bens móveis: documento de veículos, extratos de ações, notas fiscais de bens e joias, etc.

(\_\_\_\_) - ITBI: quando houver transmissão de bem imóvel de um cônjuge para outro, a título oneroso, sobre a parte excedente à meação

(\_\_\_\_)- ITCMD: quando houver transmissão de bem móvel ou imóvel de um cônjuge para outro, a título gratuito, sobre a parte excedente à meação

(\_\_\_\_) RG e CPF, informação sobre profissão e endereço das testemunhas (quando aplicável para os casos de separação)